



*2009-2013*



Diretoria de Formação de Professores  
da Educação Básica - DEB

RELATÓRIO DE GESTÃO  
PARFOR

Brasília, 2013

## Sumário

<b>Apresentação</b>	5
<b>1. Introdução</b>	11
<b>2. Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor</b>	27
2.2. O Parfor e sua trajetória	28
2.3. Referências legais:	30
2.4. Participantes	31
2.5. Gestão e Acompanhamento	31
2.5.1. A Plataforma Freire	31
2.6. Novos módulos introduzidos na Plataforma Freire	32
2.6.1. Sistema de Gestão de Bolsas – SGB	34
2.7. Fluxo e organização das atividades do Programa	36
2.8. Financiamento	37
2.8.1. Fomento	37
2.8.2. As bolsas	37
2.9. Resultados do Parfor	39
2.9.1. Demanda	39
2.9.2. Oferta	40
2.9.3. Matrículas e Turmas	41
2.9.4. O Regime de colaboração: a relação com os parceiros	46
2.9.4.1. Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente	46
2.9.4.2. As redes de ensino	47
2.9.4.3. As Instituições de Ensino Superior e os cursos	51
2.9.4.4. A produção do Parfor	53
2.9.4.5. Os professores	56
2.10. II Encontro Nacional do Parfor	58
2.11. Perspectivas para 2014	60
<b>3. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos</b>	62

<b>3.2. Britannica on line</b>	<b>62</b>
<b>3.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação</b>	<b>63</b>
<b>3.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI</b>	<b>63</b>
<b>3.5. Estratégias de Comunicação</b>	<b>63</b>
<b>3.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia</b>	<b>64</b>
<b>3.7. Parceria DEB - FNDE</b>	<b>64</b>
<b>4. Acompanhamento e Avaliação dos Programas</b>	<b>65</b>
<b>5. Novos Programas em análise na DEB</b>	<b>69</b>
<b>6. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013</b>	<b>70</b>
<b>7. Desafios da DEB</b>	<b>88</b>
<b>8. ANEXO I – IES Parceiras</b>	<b>95</b>
<b>9. ANEXO II – IES Parfor</b>	<b>108</b>

## SIGLAS

AAE – Auxílio por Avaliação Educacional  
ACT – Acordo de Cooperação Técnica  
CGIN – Coordenação Geral de Informática – Capes  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CTC/EB - Conselho Técnico-Científico da Educação Básica - Capes  
DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial/Capes  
DED - Diretoria de Educação a Distância/Capes  
DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País/Capes  
DRI - Diretoria de Relações Internacionais/Capes  
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação/Capes  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IES - Instituição de Ensino Superior  
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior  
IGC - Índice Geral de Cursos  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPES - Instituição Pública de Ensino Superior  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Life – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
Paep - Programa de Apoio a Eventos no País - Capes  
Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência  
Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas  
SAC – Sistema de Auxílios e Concessões (Capes)  
SEB – Secretaria de Educação Básica  
SESu - Secretaria de Educação Superior  
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SGB – Sistema de Gestão de Bolsas

## **Apresentação**

Esta Apresentação caracteriza-se como um Resumo Executivo e tem o propósito de dar uma visão sucinta do Relatório de Gestão 2009-2013, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, órgão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Optou-se por elaborar um Relatório consolidado pelo fato de a gestão da formação de professores para a educação básica na Capes, no período 2009-2013, representar uma linha de ação marcada pela continuidade dos programas e pela identidade de visão política dos titulares da DEB sobre a relevância social da carreira do magistério da educação básica. A consolidação das informações em poucas páginas tem o propósito de permitir ao leitor uma visão de conjunto e perceber a evolução da área na Capes.

A Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) foi criada em 2007, quando a Lei 11.502, de 11 de julho de 2007, conferiu à Capes as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 2012, o Decreto nº 7.692, de 2 de março, alterou o nome da diretoria para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB, já consolidada na Capes e nas instituições parceiras. A mudança não alterou o trabalho desta Diretoria, mas revelou de modo mais claro o foco de sua missão: promover ações voltadas para a valorização do magistério por meio da formação de professores.

Importa ressaltar que a diretoria considera que uma política de valorização do magistério decorre de um conjunto articulado e orgânico que atraia novos profissionais e mantenha na rede os já atuantes. Esse conjunto envolve plano de carreira, salário digno, formação inicial e continuada articulada à progressão funcional, boa infraestrutura física e tecnológica na escola, ambiente favorável à aprendizagem e ao convívio, gestão comprometida com o sucesso escolar de todos e, ainda, reconhecimento social. Sendo, porém, a atribuição legal da diretoria direcionada à formação, é nesse segmento que são concentrados os trabalhos.

Em 2013, a DEB buscou fortalecer seus principais programas, com o propósito de organizá-los a partir de eixos comuns, de forma que o conjunto concretize uma política de Estado voltada à formação inicial e continuada. O sucesso dessa política, acrescido dos demais aspectos elencados no parágrafo anterior, certamente contribuirá para a valorização dos professores da educação básica e de suas instituições formadoras e para a melhoria da educação básica brasileira – condição não única, mas estruturante para a construção de um país verdadeiramente democrático, inclusivo e social e economicamente desenvolvido.

Os eixos comuns a essa política são (a) a busca da excelência e da equidade na formação de professores; (b) a integração entre instituições formadoras, escolas públicas de educação básica e programas de pós-graduação e (c) a produção e disseminação do conhecimento produzido.

A preocupação com excelência considera que formar um professor hoje exige alto grau de complexidade científica, acadêmica, metodológica e prática; a busca pela equidade deve-se ao fato de a Capes considerar o Brasil como um todo e a educação como um sistema nacional democrático: portanto, a excelência do processo de ensino e aprendizagem deve estender-se a todo o país.

Os princípios estruturantes da formação de professores induzida e fomentada pela DEB são: conexão entre teoria e prática; integração entre instituições formadoras, escolas e programas de pós-graduação; equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e ética; articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Esses princípios básicos respeitam a

autonomia das instituições formadoras e das redes de ensino e, ainda, as características locais e regionais, mas, ao serem intencionalmente traduzidos nos projetos pedagógicos de cada instituição parceira, produzem uma dinâmica capaz de renovar e inovar a formação dos professores do País.

Os dados registrados neste Relatório sinalizam a forte atuação da diretoria e apontam perspectivas de trabalho que aumentam a cada dia ante os bons resultados que estão sendo colhidos. O diferencial que a Capes traz à formação de professores e aos programas de fomento a estudos, pesquisas e inovação na Educação Básica advém de sua experiência de mais de seis décadas na qualificação, expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil e de uma visão sistêmica da educação brasileira.

Como decorrência dessa visão sistêmica, a Capes incentiva as instituições de educação superior a reconhecerem nas escolas públicas um espaço de produção e de apropriação de conhecimento, tornando-as, simultaneamente, partícipes e beneficiárias dos estudos e dos programas desenvolvidos. Paralelamente, essa integração contribui para unir ensino, pesquisa e extensão, respeitando o direito de aprender dos professores, valorizando os atores envolvidos e comprometendo a comunidade educacional com a elevação do padrão de qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB contabilizou parceria com 311 instituições de ensino superior, algumas com participação em todos os programas fomentados pela Diretoria. Esse número significa o alcance de 1.032 diferentes grupos de docentes de graduação e pós-graduação envolvidos com formação de professores da educação básica. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul. Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em sete estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Percentualmente, na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 80% e na Sul, 80%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas: 64%, contra 36% de públicas.

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação: (a) formação inicial; (b) formação continuada e extensão, (c) formação associada à pesquisa e (d) divulgação científica. A sinergia e a intersecção entre as linhas e os programas podem potencializar os resultados educacionais, modificando o quadro brasileiro com maior velocidade.

É na **formação inicial** do professor que começa a qualidade da educação. A partir desse pensamento, a DEB fomenta três programas importantes. O primeiro, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, destina-se a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; o segundo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, alcança alunos de licenciaturas – professores ainda em formação; e o terceiro, o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, busca promover a melhoria e a inovação nas licenciaturas, inclusive incentivando a atualização dos professores que formam professores.

Para a DEB, a **formação continuada** - nela incluída a extensão - responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um *continuum* que se estende ao longo da vida. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

Nessa linha, estão os programas Novos Talentos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Profissional de Professores, a Residência Docente no Colégio Pedro II, os programas de formação de professores e alunos medalhistas associados às Olimpíadas de Matemática e Química e projetos de iniciação científica da Rede Nacional de Educação e Ciência. O programa Residência Docente abre a linha de indução profissional, tema em discussão nos países avançados, e propõe um acompanhamento especial e uma orientação qualificada a docentes recém-iniciados na rede pública.

A formação *stricto sensu* associada à pesquisa concretiza-se com o Observatório da Educação que, contudo, não forma somente doutores e mestres, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

A divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e, em boa parte, está associada aos demais programas de formação inicial e continuada. Muitas propostas de Feiras de Ciências e Mostras Científicas decorrem de participantes dos programas Pibid, Parfor, Novos Talentos, da Rede Nacional de Educação e Ciência.

O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todas as linhas e, à semelhança do programa Pró-Equipamentos, da pós-graduação, permite às IES públicas a formação de professores com domínio das novas linguagens e tecnologias, em uma vivência de diálogo interdisciplinar.

**O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor** se insere na primeira linha citada. É uma ação emergencial que visa estimular a formação em nível superior de professores em exercício nas redes públicas de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de acesso à qualificação profissional exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desenvolvido em regime de colaboração entre a União – representada pela Capes -, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Programa fomenta a implantação de turmas especiais nos seguintes cursos e programas: a) primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; b) segunda licenciatura – para docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública que atuem em área distinta da sua formação inicial; e c) formação pedagógica – para docentes graduados, mas não licenciados.

O Parfor, na modalidade presencial<sup>1</sup>, apresenta evolução em seu processo de institucionalização e crescimento na demanda e efetivação de matrículas. Em 2009, o número de matriculados era de 4.273 professores, distribuídos em 140 turmas. O Programa encerrou o ano de 2013 com 70.220 professores matriculados em 2.145 turmas especiais ofertadas por 96 IES.

O Parfor é um exemplo do compromisso da Capes com equidade, redução de assimetrias e crescimento inclusivo do Brasil: na modalidade presencial, há 2.480 professores matriculados, oriundos de escolas localizadas em terra indígena dos estados do AC, AM, BA, CE, MA, MT, PA, RR, RS, SC e TO. A região Norte lidera o ranking do número de matrículas efetuadas com o percentual de 48,86%, seguida da Nordeste com 38,18%. No estado do Pará, 71,5% dos professores sem formação estão sendo atendidos pelo Parfor, no Amazonas, 62,4%.

**O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid** lançou oito editais, entre 2007 e 2013. As atividades relativas ao primeiro edital somente foram iniciadas nos primeiros meses de 2009. De um total de 3.088 bolsistas em dezembro de 2009, o programa cresceu para a concessão de 49.321 bolsas, em 2012. Nos editais de 2013, foram aprovadas a ampliação de projetos existentes, a inclusão de novos subprojetos/áreas e a

---

<sup>1</sup> A modalidade a distância é de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância – DED.

participação de bolsistas do ProUni, uma vez que nas instituições privadas são formados cerca de 70% dos professores em exercício. As bolsas serão implementadas em 2014 e alcançam o número de 90.254 concessões, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campi. Na região Nordeste está o maior percentual de bolsistas: 31%.

Mesmo com um tempo de maturação que ainda pode ser considerado pequeno, os relatórios e os relatos das instituições participantes do Pibid mostram impactos significativos, em especial:

- a) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
- b) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais;
- c) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- d) melhoria no desempenho escolar dos alunos envolvidos;
- e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- g) inserção de novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
- h) participação crescente de bolsistas de iniciação em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior.

A avaliação externa do Pibid realizada em 2013 destaca: *“Constata-se que o Pibid vem possibilitando, na visão de todos os envolvidos com sua realização, um aperfeiçoamento da formação inicial de docentes para a educação básica. Em particular destacamos a apreciação dos Licenciandos que participam deste Programa os quais declaram reiteradamente em seus depoimentos como o Pibid está contribuindo fortemente para sua formação profissional em função de propiciar contato direto com a realidade escolar nos inícios de seu curso, contato com a sala de aula e os alunos, possibilitando-lhes conhecer de perto a escola pública e os desafios da profissão docente.”* (Gatti, B.; André, M., 2013)

O **Observatório da Educação** é um exemplo claro da proposta de incentivo à articulação entre programas de pós-graduação e educação básica. É desenvolvido em parceria com o INEP e teve editais em 2006, 2008, 2010 e 2012. Em 2009, por solicitação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secadi, foi publicado o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etnoeducacionais indígenas. Os projetos do Obeduc podem ter de 2 a 4 anos. Em 2013, estavam vigentes 176 projetos, distribuídos em 136 projetos locais e 40 em rede. No exercício, foram alcançados 212 programas de pós-graduação e concedidas 2.846 bolsas, sendo 184 de doutorado, 491 de mestrado, 977 para professores da educação básica, 175 coordenadores dos projetos e 1.019 para alunos de graduação que se envolvem com as pesquisas. Como produtos do Obeduc, contabilizam-se teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos científicos, publicações em periódicos e revistas, realização de seminários, simpósios... Impactos como o aprimoramento de políticas públicas municipais, projetos inovadores nas escolas e formação continuada de professores mostram a relevância educacional do Observatório da Educação e seu potencial de contribuir para elevar a qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB lançou o segundo edital do programa **Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life**, com o propósito de oferecer aos professores a oportunidade de uma formação com tecnologias, em uma ambiente que promova o diálogo interdisciplinar, a inovação didático-pedagógica e o domínio de equipamentos e das novas linguagens presentes na sociedade contemporânea. Com os editais 2012 e 2013, implantaram-se 254 laboratórios em instituições públicas de formação de professores. No



Nordeste estão 30% dos Lifes. Os demais distribuem-se da seguinte forma: 13% no Norte, 11% no Centro-Oeste, 20% no Sudeste e 20% no Sul.

No ano de 2013, estavam vigentes 101 projetos do programa **Novos Talentos**, dos quais 16 do Edital 2010 e 85 do Edital 2012. As instituições participantes desenvolveram subprojetos e atividades extracurriculares, aceitando o desafio de aproximar cursos de graduação e programas de pós-graduação, de professores e alunos da rede pública de educação básica, oferecendo cursos criativos, principalmente em períodos de férias e em ambientes inovadores. É uma visão de educação continuada que leva em conta o contexto e o compromisso com a qualidade da educação básica local.

O **Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência** busca fomentar a inovação, a criatividade e o desenho de currículos e projetos pedagógicos de formação que preparem professores para educar e educar-se junto a crianças e jovens de um mundo em permanente mudança. Em 2013 foi lançado edital que selecionou 66 novas instituições.

Na vertente da cooperação internacional para professores da educação básica, a DEB desenhou e implementa o **Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores**, uma proposta sólida de educação continuada que oferece aos professores da educação básica oportunidade de inserção em universidades e instituições de pesquisa de renome internacional. Algumas ações do programa são realizadas com a Diretoria de Relações Internacionais – DRI. No período 2010 a 2013, 2.119 professores participaram de cursos no exterior e o êxito educacional dessas missões incentiva a Capes a ampliar o programa em número de beneficiados e em áreas atendidas.

Nos **Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica**, a DEB investe em ações que incorporem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, principalmente para professores e alunos da educação básica, em escolas e regiões de baixo IDEB e renda. O apoio à Rede Nacional de Educação e Ciência, às ações de formação decorrentes das Olimpíadas de Química e Matemática e a parceria com o CNPq para fomento a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e a Olimpíadas Científicas mostram o caráter plural e estratégico dessa linha de ação. O Programa Residência Docente no Colégio Pedro II é um exemplo de projeto inovador apoiado e seus resultados em 2012 e 2013 indicam ser oportuna a extensão da proposta a outras escolas de referência.

Em relação à parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Capes participa anualmente com dois terços dos recursos do edital de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e do edital de Apoio a Olimpíadas Científicas. No período 2010-2014 foram apoiadas 23 feiras e mostras de âmbito nacional, 99 na esfera estadual, 250 na municipal e 33 feiras itinerantes.

Merece registro o trabalho que se iniciou em 2011, em articulação com a DAV e a DED de incentivo aos mestrados profissionais para professores da educação básica que deve promover significativo crescimento da oferta dessa linha de cursos para professores da rede pública. Junto com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC-EB, a DEB apoia, na avaliação trienal dos cursos de pós-graduação, a pontuação e o reconhecimento do seu envolvimento com a educação básica. Na avaliação trienal de 2013, todas as áreas da pós-graduação iniciaram esse processo que deve valorizar a docência e a educação básica junto aos programas *stricto sensu*.

Em relação à execução orçamentária, a DEB vem consolidando seu trabalho com reflexos positivos no volume de recursos aplicados e nos percentuais dessa execução. Em 2009, foram aplicados R\$ 44.811.805,00; em 2010, R\$178.967.895,00; em 2011, R\$ 283.190.184,00, em 2012 R\$ 439.807.162,10 e R\$ 500.798.764,92. Nos dois últimos anos, houve contingenciamento. A tendência precisa ser de aumento do montante de recursos orçamentários, considerando (a) o impacto da formação de professores na qualidade da educação; (b) a institucionalização dos programas nas instituições parceiras da DEB, (c) o investimento na racionalização e na informatização dos procedimentos administrativos e no

acompanhamento dos programas, (d) as adequações promovidas pelas Leis 11.502/2007 e 12.695/2013 e (e) as condições institucionais de maior experiência da equipe técnica.

A atual gestão da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB considera que, embora ainda haja muitos desafios a enfrentar, lançou, nesse período de 2009 a 2013, bases sólidas para concretizar a missão institucional da Capes no que se refere à formação de docentes para a educação básica e à valorização do magistério. Há que se destacar a visão sistêmica de educação do Presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães e seu compromisso com a nova missão da agência e, ainda, o empenho e a eficiência da equipe da DEB que movimenta um cotidiano exigente e plural, consciente da ética de ser um servidor público responsável por tão relevante área.

A DEB trabalha ciente da complexidade da educação, das exigências do presente e dos desafios do futuro, e segura de que a Capes será um diferencial no fomento a uma formação de alto padrão, contribuindo para construir um sistema nacional de educação de elevada qualidade.

Nas páginas a seguir, apresentam-se os programas com mais dados e informações.

Carmen Moreira de Castro Neves  
Diretora da DEB

## 1. Introdução

**A** [Lei nº 11.502](#), de 11 de julho de 2007, modificou os termos da [Lei nº. 8.405](#), de 09 de janeiro de 1992, ampliando as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e sua estrutura organizacional, para a agência assumir - além do suporte ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País – a indução e o fomento a ações de formação e valorização dos profissionais do magistério da educação básica pública. Para responder pelas novas atribuições, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

Em 2012, dois novos instrumentos introduziram mudanças, com o propósito de adequar a estrutura da Capes a uma realidade que mostra um acentuado crescimento na demanda e no desenvolvimento de programas de formação de docentes e de internacionalização do ensino superior. Trata-se da [Lei nº 12.695](#), de 25 de julho de 2012, artigo 15, e do [Decreto 7.692](#), de 02 de março de 2012. O referido Decreto aprovou novo Estatuto da Capes e alterou a denominação da Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.

Este Relatório refere-se à Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica cujas atribuições estão definidas no art. 24 do Estatuto da Capes, que estabelece:

*Art. 24. À Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica compete:*

*I - fomentar a articulação e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e de educação superior, inclusive da pós-graduação, para a implementação da política nacional de formação de professores de Magistério da Educação Básica;*

*II - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores da educação básica;*

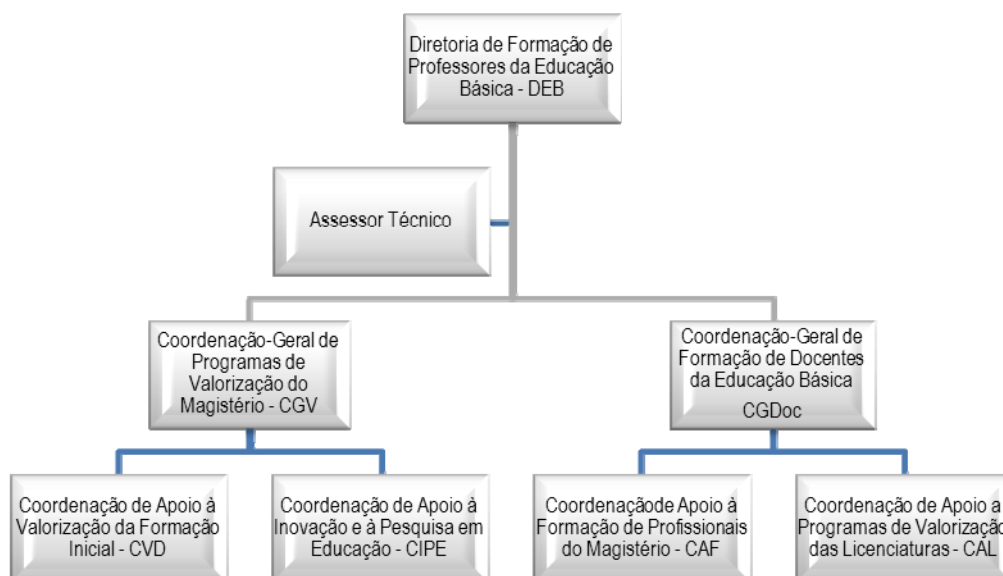
*III - apoiar a formação de professores da Educação Básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos inovadores, conteúdos curriculares e de material didático;*

*IV - apoiar a formação de professores da Educação Básica mediante programas de estímulo ao ingresso na carreira do magistério; e*

*V – fomentar o uso de tecnologias de informação e da comunicação nos processos de formação de professores da Educação Básica.*

Embasa, ainda, a atuação da DEB, o [Decreto 6.755](#), de 29 de janeiro de 2009, em especial seus artigos 8º, 10 e 11. O Decreto institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada.

De acordo com o Decreto 7.692/2012, a DEB está assim estruturada:



**Figura 1: Estrutura da DEB**

### a. Os gestores da DEB

2007

Ao iniciar suas atividades, após o Decreto [6.316/2007](#), hoje revogado, a DEB teve como diretor o Prof. Dr. Dilvo Ristoff e como coordenadores-gerais os professores doutores Helena Freitas (CGDOC) e José André Angotti (CGC).

2009

Em fevereiro de 2009, assumiu a direção o Prof. Dr. João Carlos Teatini. Para as duas coordenações-gerais foram nomeadas a Professora Alba Rossi (CGDOC) e a Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Carmen Moreira de Castro Neves (CGC).

Estava, então, em processo inicial de desenvolvimento o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, com execução orçamentária por meio do FNDE. Com recursos da Secretaria de Educação Superior – SESu, era implementado o Edital 2008 do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, e, com financiamento compartilhado entre INEP e Capes, os editais 2006 e 2008 do Observatório da Educação. No início de 2009, apenas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid tinha recursos próprios da Capes, mas seus descritores no PPA e na LOA limitavam sua implementação e o programa ainda não se concretizara.

Na mudança de direção, em 2009, esses programas tiveram continuidade e a DEB trabalhou para estabelecer uma base orçamentária que lhe assegurasse autonomia na execução e na gestão dos programas e, ainda, ampliasse suas possibilidades de ação.

2011

Em 2011, o diretor Prof. Dr. João Carlos Teatini assumiu a Diretoria de Educação a Distância e a Prof<sup>a</sup> Carmen Moreira de Castro Neves foi nomeada Diretora de Educação Básica Presencial. Com a mudança, passaram a responder pela CGDOC, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Izabel Lima Pessoa, analista de C&T da Capes, e pela CGV, o Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira, cedido à Capes pela Universidade Federal de Uberlândia.

A mudança do nome da DEB. Em 2012, o Decreto 7.692 alterou o nome da antiga Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB. Essa modificação evita confusões com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do MEC e revela de modo mais claro a missão desta Diretoria: promover a formação e valorização de professores da Educação Básica.

## b. Princípios de trabalho

A DEB considera que a formação de professores da educação básica é um componente essencial para a universalização e a democratização da educação de qualidade, para o desenvolvimento humano e social do país e para seu crescimento inclusivo e sustentável. O cenário contemporâneo de alta complexidade impõe um sentido de urgência quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização docente e, na esfera de suas atribuições legais, a Capes, desde 2009 vem investindo de modo crescente na concretização dessas políticas.

Assim, o conjunto dos programas da DEB organiza-se em uma matriz educacional que articula três vertentes: busca pela excelência e pela equidade na formação dos professores brasileiros; integração entre programas de pós-graduação, cursos de formação de professores e escola básica; e produção e disseminação de conhecimento. Na base de cada ação da DEB está o compromisso da Capes de valorizar o magistério da educação básica, conforme ilustra a figura a seguir.



**Figura 2. Matriz educacional da DEB**

Para a diretoria, é na formação inicial do professor que começa a qualidade da educação. Os estudos, as pesquisas e as avaliações do ensino superior indicam a necessidade de reformulação das licenciaturas, inclusive com ações que permitam o redesenho dos currículos e a atualização dos professores que formam professores.

O incentivo à busca pela excelência na formação de professores em todo o país insere-se no compromisso da Capes de reduzir as assimetrias regionais e de zelar pela equidade como uma medida de igualdade de oportunidades e democracia plena. Dessa forma, os programas induzem uma formação que garanta o direito de aprender dos professores, com base em projetos pedagógicos que contemplem os seguintes princípios comuns:

- a) conexão entre teoria e prática;
- b) integração entre as escolas e as instituições formadoras;
- c) equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e a ética que realça a responsabilidade social da profissão e
- d) articulação entre ensino pesquisa e extensão.



**Figura 3. Princípios articuladores da formação de docentes**

Esses princípios devem ser respeitados pelas IES que façam adesão aos editais. Todavia, eles não colocam uma camisa de força nos projetos institucionais, que devem ser elaborados e desenvolvidos com respeito às especificidades locais e regionais e em resposta às demandas e aos desafios dos sistemas de ensino e do mundo em mudança em que vivemos.

Nessa mesma linha pedagógica, a DEB concebe a formação continuada. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

O foco na educação básica e na atração de novos profissionais para a educação ratifica-se na promoção da formação *stricto sensu* associada à pesquisa. A ampliação do programa Observatório da Educação visa não somente formar mais doutores e mestres em temáticas da educação, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

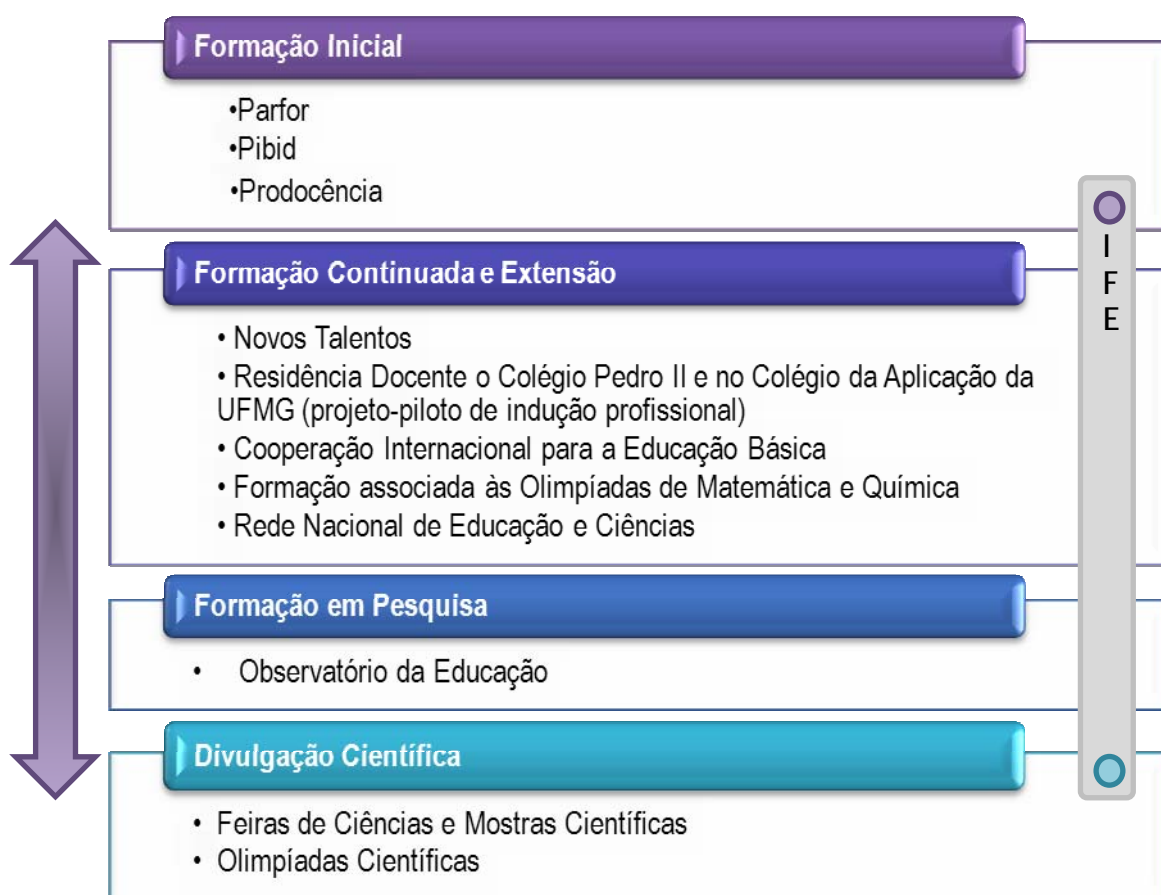
O apoio à divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e facilitar o domínio das novas linguagens e tecnologias. A divulgação científica associada a programas de formação inicial e continuada, reforça uma política de valorização do magistério e mobiliza os jovens e a sociedade, comprometendo-os com a agenda da educação brasileira.

### **c. As linhas de ação da DEB**

Com base na matriz e nos princípios, e considerando a complexidade da formação de docentes, a DEB organiza seus programas levando em conta diferentes momentos da formação: (1) a inicial; (2) a continuada e a extensão, (3) a formação comprometida com a pesquisa e (4) a divulgação científica. O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todos os demais.

A retroalimentação e a sinergia entre os programas e o fato de um programa poder ser enquadrado em mais de um momento, dependendo do enfoque adotado (conforme sugere a seta lateral à Figura 5), otimizam os resultados educacionais. O Pibid, por exemplo, é um programa de formação inicial para os alunos de licenciatura, mas para coordenadores e supervisores, pode adquirir o caráter de formação continuada e pesquisa.

Assim, os programas mantêm um eixo comum com base na matriz educacional e nos princípios de trabalho da DEB, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente e de valorização dos profissionais que nela atuam.



**Figura 4. As linhas de ação da DEB**

#### **d. Modelo de Gestão**

Os programas sob responsabilidade da DEB são desenvolvidos com base no respeito à autonomia das universidades e das redes de ensino; no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura à inovação, a novas propostas e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido.

Destaque-se que o tradicional diálogo da Capes com as IES, as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa, no caso desta diretoria foi ampliado para alcançar o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

Uma ação pouco visível da diretoria, mas intensa nos primeiros anos da educação básica na Capes, foi disseminar a ideia da necessidade do pensamento sistêmico sobre a educação nacional e de que a educação básica – e nela, a formação de professores – impacta em todos os setores do desenvolvimento humano e econômico do Brasil. Assim, todas as áreas da pós-graduação têm ações que se correlacionam com a educação básica e a consciência dessa intersecção pode alavancar as melhorias de que a sociedade brasileira precisa. O planejamento estratégico da Capes, as mudanças na sua legislação após 2007 e o crescimento do orçamento para a área foram decorrentes dessa busca pela institucionalização da educação básica na Capes e na comunidade acadêmica e científica como um todo.

A Capes consolidou seu nome ao investir na indução, no fomento e na avaliação. Nos primeiros anos, a DEB privilegiou a indução e o fomento, mostrando à comunidade acadêmica e gestora da educação básica seu potencial de ação. A plataforma *on line* que divulgará e compartilhará a produção decorrente dos programas, por motivos alheios à diretoria, ainda não pode ser concretizada, mas a partir de 2012, iniciou-se um movimento de avaliação externa dos programas que passará a ser rotina no cotidiano da DEB.



**Figura 5. Ciclo de ação da Capes**

A diretoria trabalha principalmente com editais. Posto que há limite orçamentário, a seleção por meio de editais confere transparência e publicidade aos investimentos feitos e reconhece o mérito das propostas elaboradas pelas instituições, tornando-se um modo de operar democrático. Comissões *ad hoc*, formadas por especialistas em áreas afins e nomeadas por portaria, garantem que o processo seletivo seja feito de maneira idônea.

A periodicidade no lançamento dos editais dos programas e o incentivo à construção de redes colaborativas e de propostas interdisciplinares permitem que as instituições de educação superior aperfeiçoem o desenho de novas propostas de investigação e de trabalho, gerando uma dinâmica de aprimoramento recíproco e contínuo, com impactos positivos na educação brasileira. Os Projetos Especiais representam uma exceção no uso de editais por seu caráter diferenciado e, via-de-regra, por se caracterizarem como projetos-piloto que, uma vez avaliados, podem se transformar em editais que estendam a proposta a novas instituições.



#### e. Vinculação da DEB com o Planejamento Estratégico da Capes e com o PNPG

No marco legal da ampliação de sua missão, em 2010 a Capes elaborou um Planejamento Estratégico que serviu de referência às ações da DEB.

Já no estabelecimento da **missão** da Capes, percebe-se o papel da diretoria: “*Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica (grifo nosso) e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.*”

A valorização e o olhar sistêmico sobre o papel da educação, da ciência e da tecnologia no país estão presentes na **visão**: “*Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.*”

Os objetivos identificados no Mapa Estratégico da Capes, decorrentes do Planejamento, são:

1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
2. Promover a inovação e desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
3. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
4. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento do País.

Do ponto de vista da educação básica, a Capes comprometeu-se a:

1. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;
2. Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;
3. Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais da educação básica;
4. Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a educação básica
5. Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público.

Observa-se claramente a vinculação da DEB a todos os pontos elencados no Planejamento Estratégico da Capes e essa vinculação não acontece por acaso: a diretoria participou ativamente da elaboração desse documento que foi o primeiro a formalizar a inserção da formação de professores da educação básica no âmbito da atuação da agência, após a mudança da lei.

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 dedicou um capítulo à Educação Básica e trouxe um conjunto de recomendações à DEB:

- Ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica, nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação e o Observatório da Educação Escolar Indígena.
- Ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, em especial no que se refere às ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica- PARFOR;
- Ampliação dos editais destinados à valorização e à formação dos profissionais do magistério da educação básica, como PIBID, PARFOR, Prodocência, Novos Talentos, entre outros.
- Estímulo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na Educação Básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania.

Em agosto de 2013, diante da Comissão de Acompanhamento do PNPG, a DEB combinou cada recomendação com as ações em andamento. As informações apresentadas nos próximos capítulos deste Relatório mostrarão que a diretoria atendeu a todas as recomendações propostas, em números e qualidade de seus programas.

Assim, as ações induzidas, fomentadas e desenvolvidas pela DEB guardam estreita relação com as leis que amparam a ação da Capes, com seu Planejamento Estratégico e com o Plano Nacional de Pós-Graduação que dedica um capítulo especial à educação básica.

#### f. Instituições e parcerias da DEB

Em 2013, a DEB alcançou o número de 311 instituições parceiras, somados todos os programas sob responsabilidade da Diretoria. Algumas participam de todos; outras, todavia, como é o caso das privadas, não podem concorrer, ainda, a todos os programas, por força de limites nos editais. Ver IES no **ANEXO I** – IES Participantes de Programas da DEB.

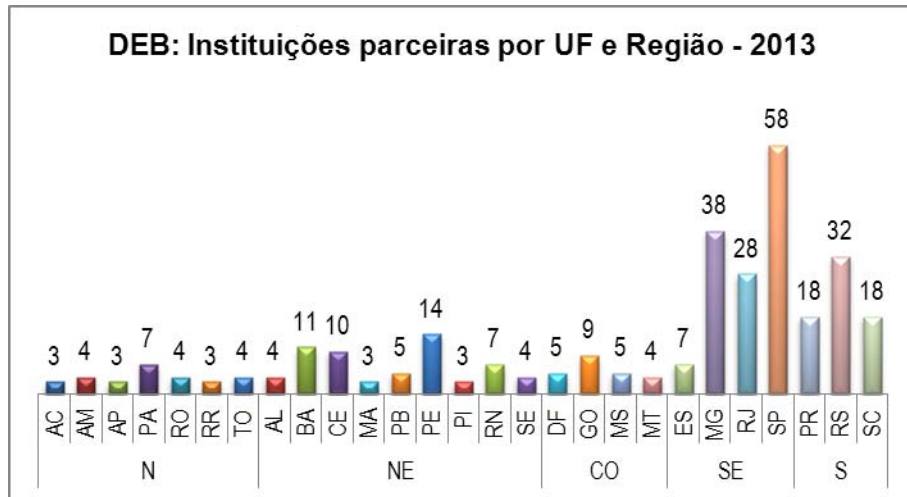
Das 311 IES parceiras, 102 são federais, 41 estaduais, 18 municipais e 150 são comunitárias ou privadas.

Na região Norte, há um total de 28 IES; na Nordeste, 61; na região Centro-Oeste, 23; na Sudeste, 131 e na Sul, 68. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul.

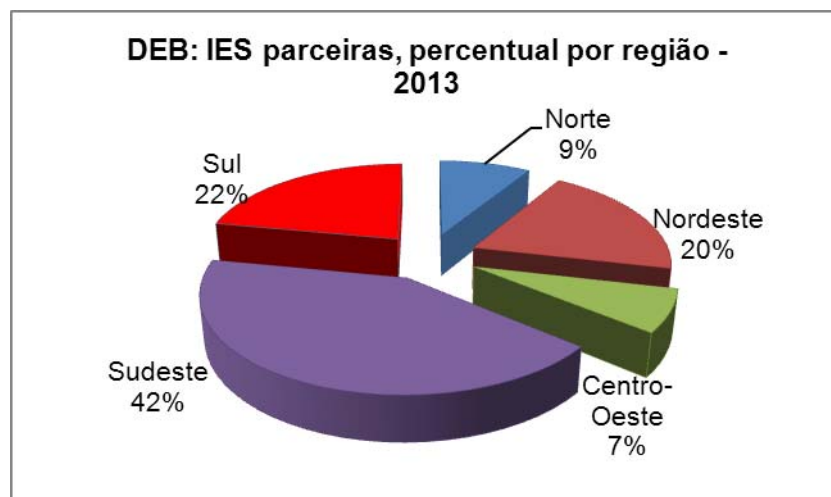
Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em 7 estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 84% e na Sul, 85%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas, em especial devido à inclusão dos bolsistas Prouni no Pibid: 64%, contra 36% de públicas. Os maior volume de recursos, todavia, é destinado às públicas.



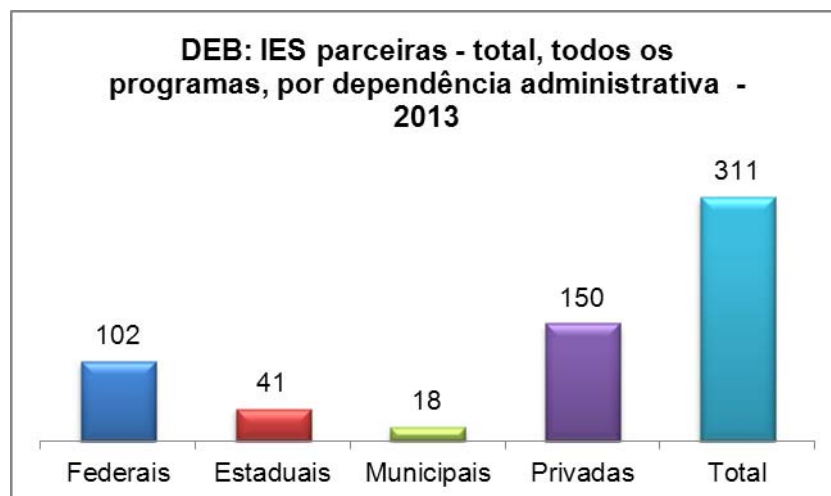
Gráfico 1. DEB: IES parceiras por região, 2013



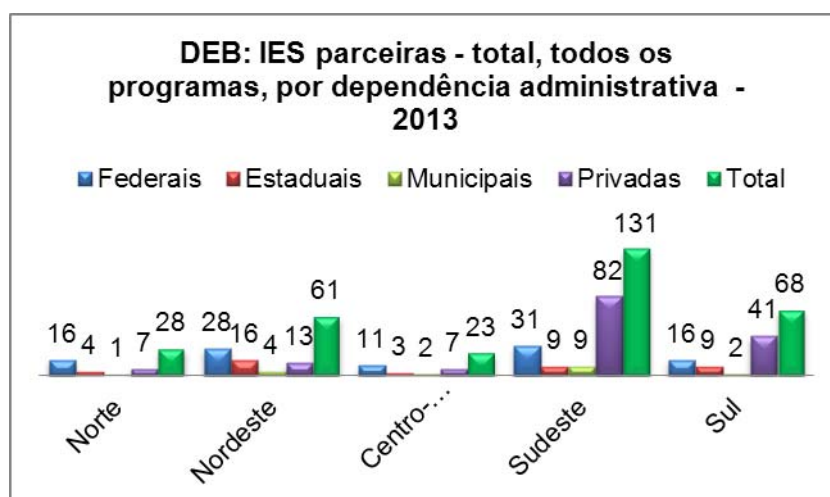
**Gráfico 2. Distribuição das IES parceiras por região e estados, 2013**



**Gráfico 3. IES parceiras, distribuição percentual por região, 2013**



**Gráfico 4. IES parceiras - total, todos os programas, por dependência administrativa, 2013**



**Gráfico 5. DEB: IES parceiras, todos os programas, 2013**

A Tabela discriminando as informações anteriores está a seguir:

**Tabela 1. DEB: Distribuição das IES parcerias por estado, região e esfera administrativa, 2013**

Região	UF	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas
N	AC	3	2	0	0	1
	AM	4	2	1	0	1
	AP	3	2	1	0	0
	PA	7	4	1	0	2
	RO	4	2	0	0	2
	RR	3	2	1	0	0
	TO	4	2	0	1	1
NE	AL	4	2	2	0	0
	BA	12	6	4	0	1
	CE	10	4	3	0	3
	MA	3	2	1	0	0
	PB	5	3	1	0	1
	PE	15	4	1	4	5
	PI	3	2	1	0	0
	RN	7	3	3	0	1
	SE	4	2	0	0	2
CO	DF	5	3	0	0	2
	GO	9	3	1	2	3
	MS	5	3	1	0	1
	MT	4	2	1	0	1
SE	ES	7	2	0	1	4
	MG	38	17	2	0	19
	RJ	28	8	4	0	16
	SP	62	4	3	8	43
S	PR	20	4	7	0	7
	RS	25	8	1	0	23
	SC	25	4	1	2	11
<b>Total</b>		<b>311</b>	<b>102</b>	<b>41</b>	<b>18</b>	<b>150</b>

As 311 IES parceiras podem ter vários grupos envolvidos com os diferentes programas<sup>2</sup>. No caso do Observatório da Educação, por exemplo, em uma mesma IES, podem participar vários programas de pós-graduação (ver capítulo V, sobre o Observatório da Educação).

Nos gráficos e tabelas a seguir, apresenta-se a quantidade de parcerias, por programa e sua distribuição por região. A soma alcança 1.032 parcerias, ampliando a capilaridade dos programas e abrindo espaços para importantes ações de sinergia de atividades formativas. O detalhamento dos números será encontrado nos capítulos sobre cada um dos programas.

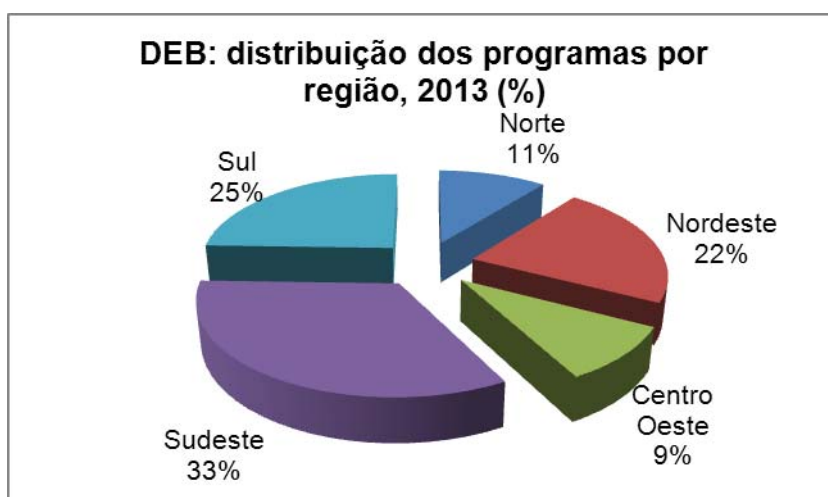


**Gráfico 6. N° de parcerias por programas, 2013**



**Gráfico 7. Distribuição das parcerias, por região, 2013**

<sup>2</sup> Optou-se por utilizar o termo “parcerias”, considerando que uma mesma instituição pode abrigar mais de um projeto educacional ou de pesquisa gerenciados pela DEB/CAPES. Isso ocorre nos programas: Observatório da Educação (94 instituições abrigando 240 grupos de pesquisa), Life (105 instituições abrigando 126 projetos de implementação de laboratórios interdisciplinares), Prodocência (88 instituições abrigando 115 projetos de melhoramento das licenciaturas), Novos Talentos (61 instituições abrigando 101 projetos de apoio à educação básica) e Projetos Especiais (34 instituições abrigando 37 parcerias). Nos casos do Parfor, do Pibid e do Pibid Diversidade, o número bruto apresentado no gráfico 6 equivale ao número de instituições participantes, bem como ao número de projetos institucionais. No total, 311 instituições abrigam 1.032 diferentes parcerias, conforme Anexo I deste relatório.



**Gráfico 8. Distribuição percentual dos programas, 2013, por região**

**Tabela 2. DEB: IES participantes e parcerias, por UF e região, 2013**

DEB 2013		IES	Programas/Parcerias
N	AC	3	5
	AM	4	17
	AP	3	9
	PA	7	42
	RO	4	9
	RR	3	14
	TO	4	14
NE	AL	4	16
	BA	11	54
	CE	10	30
	MA	3	12
	PB	5	23
	PE	14	34
	PI	3	16
	RN	7	28
SE	4	14	
CO	DF	5	22
	GO	9	25
	MS	5	26
	MT	4	25
SE	ES	7	13
	MG	38	101
	RJ	28	79
	SP	58	151
S	PR	18	73
	RS	32	110
	SC	18	70
<b>Total</b>		<b>311</b>	<b>1.032</b>

**Tabela 3. DEB: Distribuição de parcerias por programa e por região, 2013**

	Parfor	Pibid	Pibid Diversidade	Observatório da Educação	Prodocência	Novos Talentos	LIFE	Projetos Especiais	Total
N	16	28	5	19	15	9	14	5	110
NE	26	56	12	33	34	19	35	12	227
CO	5	21	5	24	12	16	11	4	98
SE	23	115	3	96	28	31	39	10	344
S	26	66	7	68	26	27	27	6	253
Total	96	285	32	240	115	101	126	37	1.032

**g. A DEB no Sistema de Disseminação de Informações (SDI), da Capes**

O crescimento da DEB no período 2009-2013 pode ser atestado nos números apresentados neste Relatório e nos relatórios extraídos do [Sistema de Disseminação de Informações](#) – SDI da Capes.

Com base no SDI, em 2013 o Pibid foi o segundo maior programa de bolsas da Capes. O Parfor e o Observatório da Educação aparecem entre os 12 maiores, conforme extrato abaixo. Para uma diretoria nova, trata-se de um resultado a ser considerado do ponto de vista de potencial de impacto de mudança na formação de professores.

**Tabela 4. Principais programas Capes e da DEB (bolsas/ano) em 2013**

Programa	Bolsistas
PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL	67.639
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCENCIA - Pibid	62.070
UAB	35.942
CSF GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	14.149
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Parfor	13.683
PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA	11.156
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2013	10.109
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS IES	8.012
PROGRAMA DE SUPORTE À PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES (MÓDULO TAXAS)	6.316
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2012	4.397
OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO - Obeduc	3.319
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA	3.302

Fonte: SDI/Capes

Ao conceder bolsas nos programas que fomenta, a DEB estabelece uma cota fixa por IES. No entanto, pode haver rotatividade de bolsistas. Exemplificando: se um coordenador de área do Pibid afasta-se da universidade para um pós-doutorado, a bolsa que era ocupada por ele deve ser concedida a outro coordenador. O mesmo acontece quando um licenciando do Pibid completa o curso: sua bolsa é repassada a outro licenciando.

Portanto, se considerarmos a rotatividade de bolsistas ao longo de um ano, teremos números superiores às concessões feitas. Isso, porém, não significa superposição ou duplo pagamento, mas diferentes CPFs que passaram pelos programas, em diferentes períodos de tempo.

Por programa, segundo o SDI, é a seguinte a evolução de bolsas pagas, por CPF:

**Tabela 5. DEB: evolução de bolsistas por CPF, 2009-2013**

Programa	Quantidade de Bolsistas por CPF				
	2009	2010	2011	2012	2013
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid	3.544	18.166	32.188	57.252	62.070
Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor	*	*	8.047	13.016	13.912
Observatório da Educação - Obeduc			1.540	1.785	3.319
Programa Nacional Olimpíadas de Química			292	340	429
Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas					579
Residência Docente no Colégio Pedro II				90	230
Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA				534	1.075
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Portuguesa e Ciências em Portugal					168
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Francesa na França					31
Programa de Integração da Ciência - Pontos de CTI-EB					124
Programa Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica		23	34	11	11
<b>Total</b>	<b>3.544</b>	<b>18.189</b>	<b>42.101</b>	<b>73.028</b>	<b>81.948</b>

\* O Parfor era pago pelo FNDE.

Fonte: SDI/Capes

#### **h. Processos de trabalho da DEB**

As inúmeras atividades decorrentes da implementação e da gestão dos programas envolvem a equipe da DEB em um fluxo contínuo de ações que demandam ritmo intenso de trabalho e globam vários processos, como mostra, de modo sucinto, a ilustração a seguir.



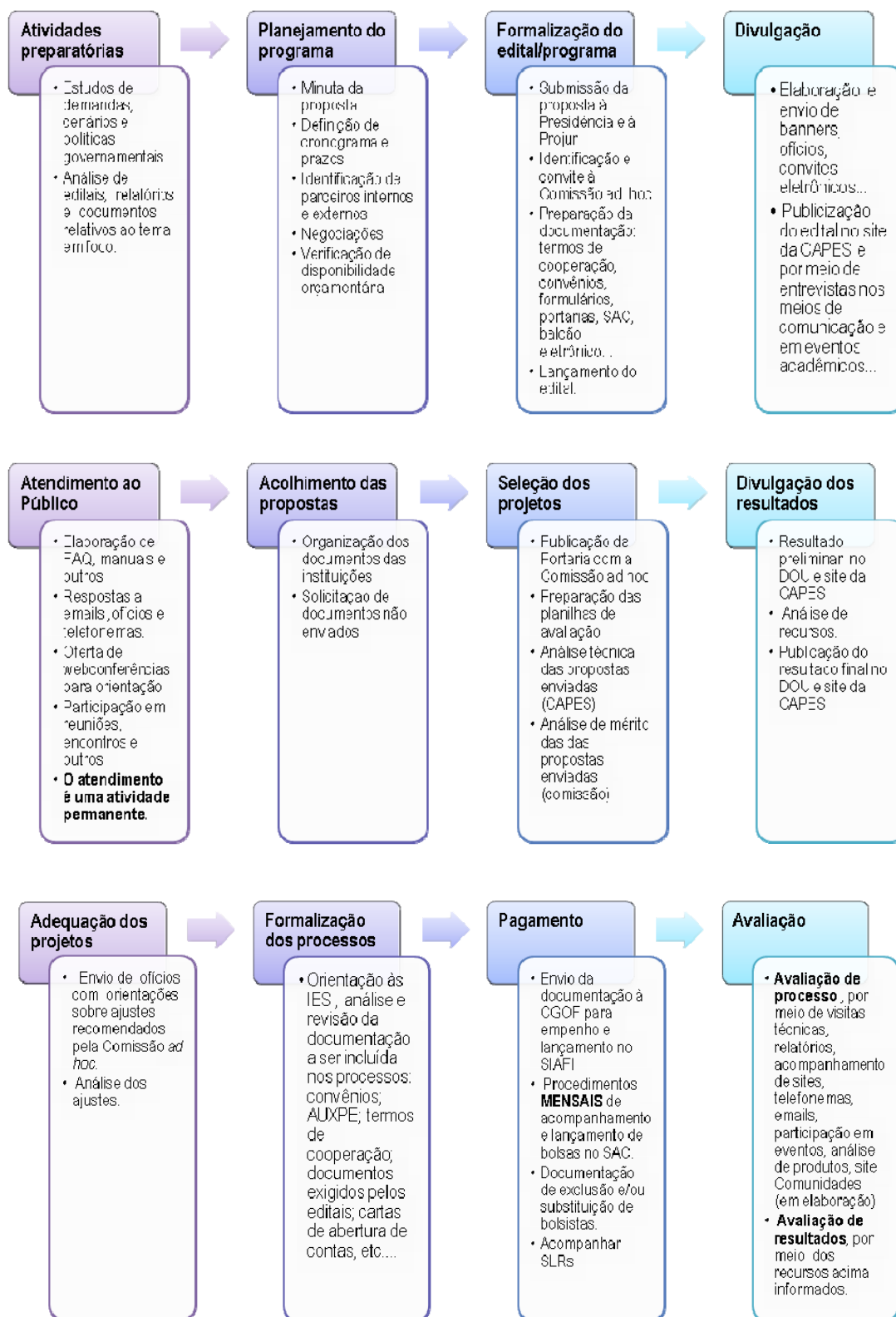


Figura 6. Processos de trabalho da DEB

Nas próximas páginas, são apresentados os programas desenvolvidos pela DEB, no período 2009 a 2013, para preservar a memória dos cinco primeiros anos da educação básica na CAPES.

## 2. Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor



O Parfor foi lançado em 28 de maio de 2009

como uma ação emergencial destinada à formação de professores em serviço. Tem a finalidade de atender às disposições da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação, instituída pelo Decreto nº. 6.755/2009, cujas diretrizes estão ancoradas no Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*, criado pelo Decreto 6.094/2007 como programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Este Plano, lançado em 2007, elenca entre seus objetivos principais a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação.

Sintonizado com as orientações, princípios e diretrizes destes institutos, na modalidade presencial, o Parfor foi estruturado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o DF, os Municípios e as Instituições de Educação Superior (IES), para, respeitados o planejamento e a demanda dos sistemas de ensino, garantir a oferta de cursos de formação inicial, na modalidade presencial.

Baseando-se nas orientações do inciso III do artigo 11 do Decreto 6.755/2009, o Parfor fomenta a oferta de turmas especiais em cursos regulares das IES, destinados, exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que:

- a) não tenham formação superior ou que, mesmo tendo essa formação, queiram realizar curso na área/disciplina ou etapa em que atuam em sala de aula;
- b) atuem em área distinta da sua formação inicial;
- c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura.

A estratégia do Programa é estimular:

- a) a criação de turmas especiais em cursos de licenciatura ofertados pelas IES;
- b) a implementação de cursos de programas de segunda licenciatura nos termos da Resolução CNE/CP nº 1/2009; e
- c) a oferta de programas especiais de formação pedagógica, nos termos da Resolução CNE/CP nº 2/1997.

A participação dos estados foi viabilizada por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre a Capes e as Secretarias Estaduais de Educação ou órgão equivalente. Por sua vez, a participação das IES é efetivada por meio de assinatura de Termo de Adesão ao ACT. Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente analisam a demanda das respectivas redes estadual e municipais, planejam, organizam e acompanham o desenvolvimento da formação em cada unidade federada.

Foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com 26 estados e o Distrito Federal. Aderiram ao Programa 142 IES de diferentes esferas administrativas. Nem todos, porém, concretizaram a oferta de cursos nos primeiros anos.

O Parfor na modalidade presencial é implementado pela Diretoria de Formação dos Professores da Educação Básica – DEB. A Diretoria de Educação a Distância – DED está responsável pela oferta de cursos na modalidade a distância.

## **2.1. Princípios pedagógicos e objetivos do Parfor:**

Os princípios pedagógicos do Parfor estão alicerçados nos mesmos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, explicitados no Art. 2º do Decreto 6.755/2009. Partem do direito de aprender de crianças e jovens, direito este que se estende a seus professores. Nessa perspectiva, a educação deve estabelecer-se em bases científicas e técnicas sólidas e em um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa e inclusiva.

Na formação, os princípios que devem orientar as IES no planejamento pedagógico são especialmente a :

- articulação entre teoria e prática em todo o percurso formativo;
- garantia do domínio de conhecimentos científicos e didáticos;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e
- reconhecimento da escola como espaço necessário à formação inicial dos profissionais do magistério.

Aos princípios e aos objetivos da citada Política Nacional, incluem-se os objetivos específicos do Parfor que são:

- a) promover o acesso dos professores em exercício na rede pública de educação básica à formação superior exigida pela LDD;
- b) consolidar os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, nos termos do Decreto 6.755/20097, como instância de debate, organização e acompanhamento da formação docente em cada unidade da federação;
- c) fomentar a articulação entre educação básica e educação superior, inclusive entre a pós-graduação, as IES e a escola básica;
- d) despertar o interesse dos professores formadores para a realização de estudos e pesquisas sobre formação docente, utilizando as vivências e as trocas de experiência e saberes advindos do estreito contato desses formadores com docentes em pleno exercício;
- e) elevar a qualidade da formação docente nas escolas de educação básica.

## **2.2. O Parfor e sua trajetória**

O Parfor iniciou sua trajetória na Capes, em 2009, com a oferta de cursos formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância, por meio da Plataforma Freire. A partir de 2011, a formação continuada ficou sob responsabilidade da SEB e da SECADI, ambas do MEC, sendo ofertada no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada (Renafor). A Capes permaneceu com a oferta de formação inicial e continuada, na modalidade a distância, por meio da DED; e a DEB com a ação emergencial da oferta de formação inicial, na modalidade presencial. As duas Diretorias ficaram responsáveis pela gestão da Plataforma Freire. No final de 2012, os cursos de formação inicial e continuada, na modalidade a distância passaram a ser ofertados e geridos, exclusivamente, por meio do sistema do Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil. A Plataforma Freire passou, então, a realizar exclusivamente a gestão dos cursos de formação inicial na modalidade presencial.

Essa trajetória institucional transformou o Parfor em um programa cuja ação fomenta a oferta de cursos de Licenciatura, Segunda Licenciatura e Formação Pedagógica para professores em serviço.

A DEB, desde que assumiu o Parfor, identificou a necessidade de desenvolver estratégias para aperfeiçoar os processos de gestão e implementação do Programa. Entre as providências mais visíveis, estavam o estabelecimento de instrumentos normativos e sistemas de gestão que pudessem organizar o fluxo operativo e o acesso às informações e dados do Programa.

Iniciou-se então, um incisivo processo de aperfeiçoamento da Plataforma Freire e regulamentação do Programa, seguidos da implantação de calendário de atividades para organizar o fluxo de atividades a serem desenvolvidas por cada parceiro.

As principais mudanças introduzidas na Plataforma contribuíram para:

- concretizar a participação das secretarias municipais de educação;
- facilitar o processo de elaboração do planejamento estratégico pelos Fóruns Estaduais;
- fortalecer o papel dos Fóruns Estaduais como articuladores da política de formação docente;
- realizar o acompanhamento da demanda, da oferta e das matrículas;
- tornar o ambiente mais amigável aos usuários;
- tornar mais eficiente o processo de gestão do programa por meio da automatização do cadastramento da demanda e da oferta; da pré-inscrição vinculada ao cadastro no Educacenso e da integração da Plataforma Freire com o sistema e-MEC para garantir que as turmas especiais ofertadas estejam vinculadas a IES com IGC válido e criadas em cursos autorizados e ativos para oferta de vagas.

A implantação do Manual Operativo, contendo as normas e orientações sobre o programa, conseguiu dar transparência e esclarecer os parceiros quanto às condicionalidades de participação e financiamento.

A fixação de um calendário de atividades permitiu estabelecer o fluxo operacional do Programa. A partir dele, a Capes, os Fóruns, as secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal e as IES passaram a programar-se e organizar-se antecipadamente para participar com mais efetividade na elaboração do Planejamento Estratégico do seu estado. O cronograma estabelece prazos para: a) inserção da demanda pelas secretarias de educação e da oferta pelas IES; b) análise, ajuste e homologação do Quadro de Oferta de Cursos e Vagas pelos Fóruns; c) período de pré-inscrição, período de validação pelas secretarias estaduais, período de seleção e matrícula e período de repasse dos recursos para IES.

Em 2013, com a finalidade de fortalecer o planejamento estratégico, o Parfor passou a realizar chamada anual para a oferta de cursos e vagas.

A Plataforma Freire seguiu seu processo de reestruturação com a introdução de novos módulos, visando tornar mais eficiente os processo de concessão e o acompanhamento da execução dos recursos investidos no Programa.

Também em 2013, com a finalidade de atender as orientações do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, a DEB lançou o Edital 30/2013, de 29 de julho de 2013, para selecionar Instituições Privadas sem fins lucrativos que desejassem participar do Parfor. Um total de 32 Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos enviaram propostas e todas foram habilitadas a ofertar turmas especiais no Programa. Desse total, apenas 6 são novas. As demais IES já participavam do programa.

As orientações sobre o Parfor encontram-se disponíveis no site da Capes, no link <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>.

### 2.3. Referências legais:

- [Lei nº 9.394](#), (Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) de 20 de dezembro de 1996;
- [Lei nº 11.273](#), de 6 de fevereiro 2006 - Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica;
- [Decreto 6.094](#), de 24 de abril de 2007 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica;
- [Decreto nº. 6.755](#), de 29 de janeiro de 2009 - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências;
- [Portaria MEC nº. 09](#), de 30 de junho de 2009, – Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação;
- [Portaria MEC nº. 883](#), de 16 de setembro de 2009, do Ministério da Educação - Estabelece as diretrizes nacionais para o funcionamento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente;
- [Decreto nº 7.219](#), de 24 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, e introduz alterações no Decreto 6.577/2009 e permite a participação das IES privadas sem fins lucrativos no Parfor;
- [Resolução CNE/CP nº 2](#), de 26 de junho de 1997- Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio;
- [Resolução CNE/CP nº1](#), de 18 de fevereiro de 2002 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- [Parecer CNE/CP nº 8](#), de dezembro de 2008 – Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para professores em exercício na Educação Básica a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior;
- [Resolução CNE/CP nº 1](#), de 11 de fevereiro de 2009 - Estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para professores em exercício na Educação Básica a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior;
- Regulamento do Parfor, disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>;
- Edital 30/2013, de 29 de julho de 2013, disponível em [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/Edital\\_030\\_2013\\_PARFOR\\_ResultadoFinal.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/Edital_030_2013_PARFOR_ResultadoFinal.pdf).

## **2.4. Participantes**

Podem participar do Parfor os Estados que firmarem Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Capes e as IES credenciadas no MEC que formalizarem adesão ao ACT do estado em que estiverem sediadas. Para estarem habilitadas a implantar turmas especiais, as IES devem apresentar Índice Geral de Cursos - IGC com conceito igual ou superior a 3.

A oferta de turmas especiais é realizada em cursos de licenciatura credenciados no Sistema de Regulação do Ensino Superior/e-MEC e que apresentem conceito de curso - CC igual ou superior a 3, se já tiverem sido avaliados pelo INEP. Quando se tratar de IES do sistema estadual e municipal, cujo curso não esteja cadastrado no e-MEC, poderá ser admitida a participação mediante apresentação do documento de autorização do curso pelo órgão estadual credenciado para tal fim.

O Parfor é destinado a professores em exercício na rede pública de educação básica que não possuem a formação exigida pela LDB. Portanto, as turmas especiais devem ser compostas exclusivamente por alunos que comprovarem estar no exercício da docência na rede pública, na área ou na disciplina em que atuam e para a qual não têm formação superior ou grau de licenciatura. A participação do professor nos cursos de formação deve ser autorizada pelo secretário de educação ou órgão equivalente, por meio do processo de validação da pré-inscrição, que é o ato pelo qual o secretário atesta que o professor atende os requisitos do Programa.

A lista das 96 instituições participantes encontra-se no **ANEXO II – IES Participantes do Parfor**.

## **2.5. Gestão e Acompanhamento**

### **2.5.1. A Plataforma Freire**

A [Plataforma Freire](#) é um sistema criado pelo MEC para realizar a gestão dos cursos de formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância, ofertados no âmbito da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, estabelecida pelo Decreto 6.755/2009.

Até abril de 2012, o sistema foi administrado pela equipe da Diretoria de Tecnologia e Informação - DTI do MEC. Ao definir-se que a oferta de cursos de formação inicial seria de competência da Capes, a gestão da Plataforma Freire foi transferida para esta Agência, sendo compartilhada pela DEB e DED. No final de 2012, a gestão do sistema passou a ser realizada integralmente pela DEB e a abrigar, exclusivamente, os cursos de formação inicial, na modalidade presencial.

Assim, a DEB, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Capes, desenvolveu novos módulos e introduziu mudanças na ferramenta para torná-la mais interativa e eficiente no processo de acompanhamento e gestão do Programa.

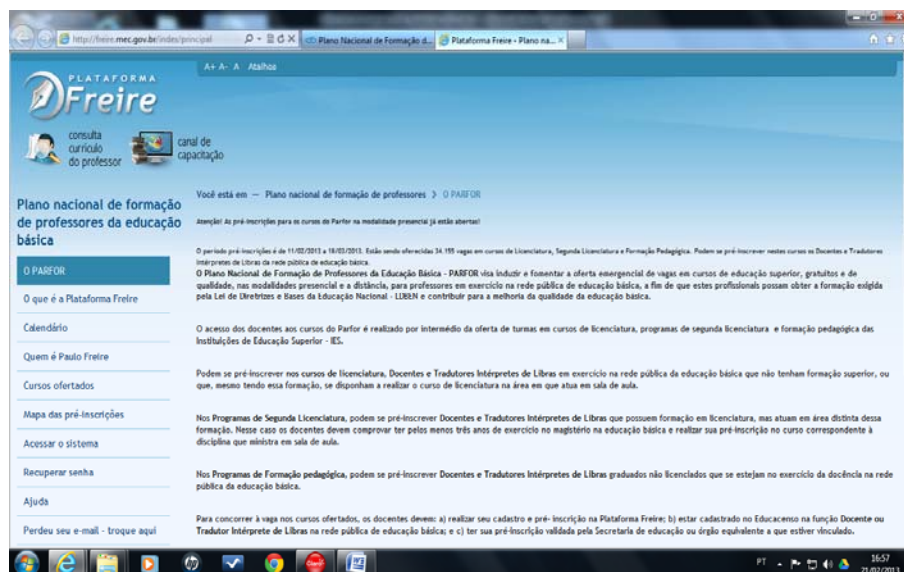


Figura 7. Plataforma Freire - Tela inicial

## 2.6. Novos módulos introduzidos na Plataforma Freire

O relatório de 2012 apresentou as novas funcionalidades introduzidas na Plataforma e relatou sobre o processo de reestruturação do sistema, com destaque para o módulo matrícula e o módulo demanda, que ofereceram aos gestores e parceiros do Programa ferramentas para auxiliar na elaboração do planejamento e o acompanhamento da demanda por formação da oferta de cursos, da participação dos docentes.

Em 2013, além do aprimoramento dos módulos criados em 2012, foram introduzidas as seguintes mudanças:

- a) Módulo matrícula – introduziu-se a funcionalidade de renovação de matrículas, onde as IES devem informar anualmente a situação da matrícula do aluno, visando ao acompanhamento da trajetória acadêmica de cada professor que efetuou matrícula no Parfor.

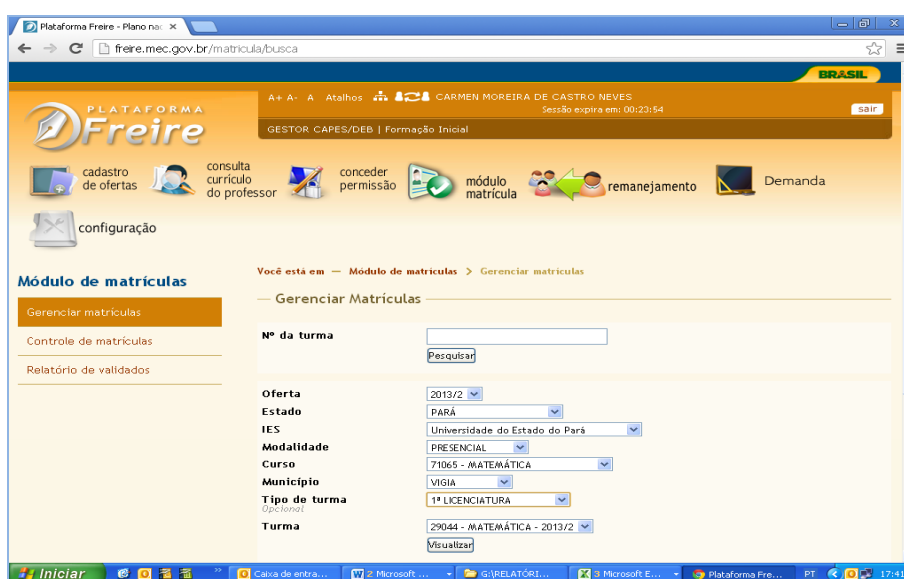


Figura 8. Plataforma Freire: Tela do Módulo Matrícula



- b) Módulo Demanda – este módulo permite a participação efetiva das secretarias de educação municipais e contribui para aperfeiçoar o planejamento estratégico do estado. Nele os gestores das redes de ensino informam eletronicamente a demanda por curso e vagas. Os dados da demanda ficam disponíveis *online* para os Fóruns e as IES que podem definir a oferta a partir do que foi solicitado pelas redes estaduais e municipais de educação básica.

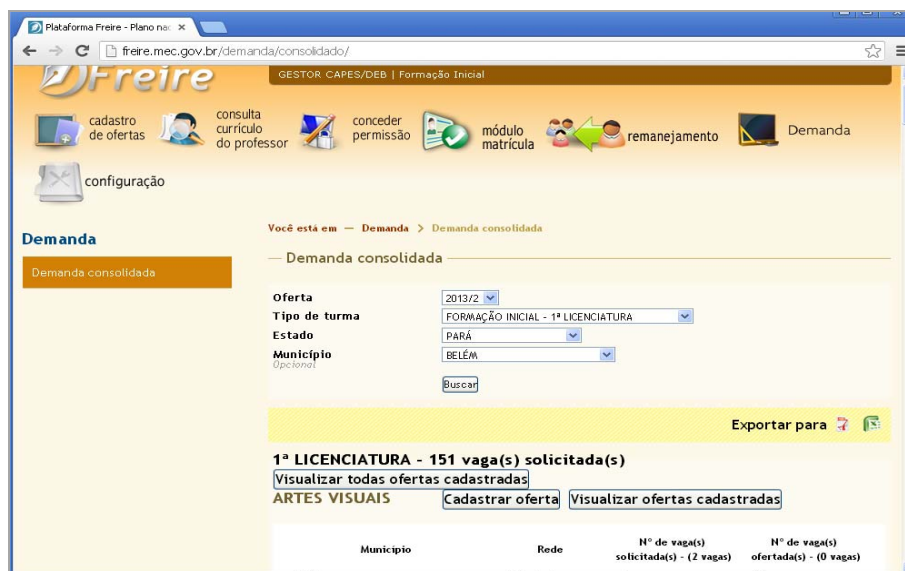


Figura 9. Plataforma Freire:Tela do Módulo Demanda

- c) Módulo Financeiro – função que permite a geração e aprovação do quadro financeiro com o detalhamento do repasse de recursos para as IES parceiras da Capes e elaboração e aprovação do termo de referência no sistema.

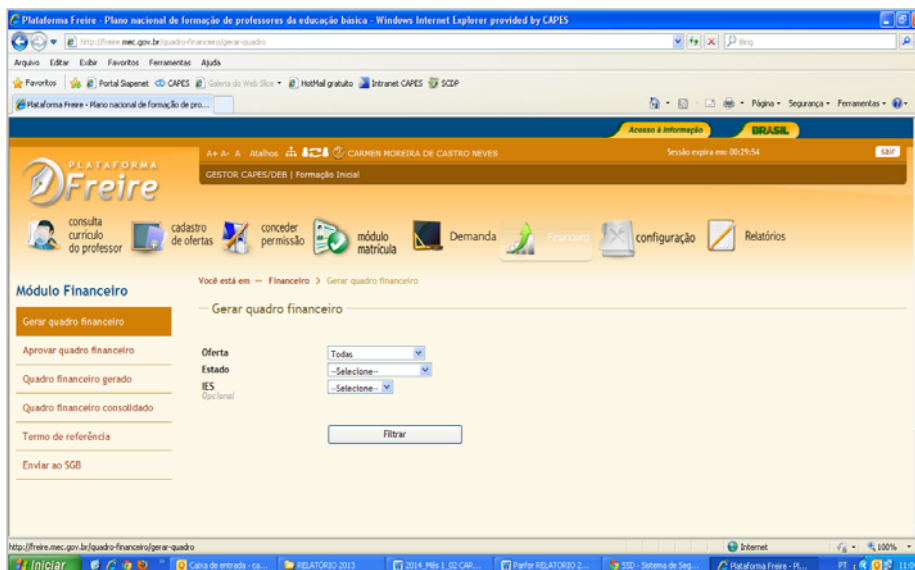


Figura 10. Plataforma Freire: tela do Módulo Financeiro

- d) Módulo Ajuda – manual interativo que permite ao usuário verificar a função de cada módulo.

- e) Integração da Plataforma Freire com o Sistema de Gestão de Bolsas – em fase de conclusão, essa ação confere maior segurança à concessão de bolsas do Programa. A integração visa automatizar a concessão das quotas de bolsa às turmas efetivamente implementadas, evitando a necessidade de lançamentos manuais no sistema.

### 2.6.1. Sistema de Gestão de Bolsas – SGB

Em 2013, a DEB realizou ajustes no Sistema de Gestão de Bolsas da Capes, com a finalidade de aperfeiçoar o processo de gestão, a concessão e o acompanhamento de bolsas no Parfor. O Sistema controla e parametriza a quantidade de bolsas, que são concedidas por turma. Desse modo, para evitar a possibilidade de erros na inserção dos dados que servem de parâmetro para a concessão de bolsas, o sistema está sendo preparado para extrair da Plataforma Freire os dados das turmas efetivamente implantadas. Com esse procedimento o processo de automatização da concessão das quotas de bolsa estará concluído.

Com o objetivo de ampliar a autonomia das Instituições de Ensino Superior no que se refere à adequação do financiamento às demandas da execução do projeto pedagógico do curso, foram disponibilizadas no SGB as seguintes ferramentas para auxiliar os Coordenadores Gerais do Programa na gestão e acompanhamento do pagamento de bolsa:

- a) Remanejamento de cotas: A partir da consulta do Relatório de Saldo de Cotas, é possível optar pelo remanejamento de cotas de Professores Formadores entre as turmas de um mesmo curso ou entre cursos diferentes. Nesse módulo pode-se visualizar o detalhamento do saldo de cotas da turma selecionada e remanejar esse saldo de cotas para outra turma. Esse procedimento requer certificação digital. Os remanejamentos realizados podem ser consultados posteriormente sempre que necessário.

The screenshot displays the SGB interface for quota management. At the top, there are dropdown menus for 'Tipo de Curso' (1ª LICENCIATURA), 'Curso' (EDUCAÇÃO FÍSICA), and 'Grupo de Função' (PROFESSOR FORMADOR). Below these is a section 'Selecione o curso a receber as cotas' with a table of available groups of functions. The table has columns for 'Grupo de Funções', 'Município', 'Oferta', 'Controle', 'Data Inicio', 'Data Fim', and 'Qtd. Cotas'. Two rows are visible, both for 'PROFESSOR FORMADOR' in different municipalities (Parnaíba and Teresina) with 360 quotas each. Below the table is a 'Remanejar' section with 'Curso: EDUCAÇÃO FÍSICA' and 'Grupo: PROFESSOR FORMADOR'. It shows 'Cotas atuais: 111' and a 'Cotas a remanejar' input field with a 'CALCULAR' button. To the right, there is a 'Resultado' section with 'Origem:' and 'Destino:' labels, each followed by 'Cotas:' and 'Valor:'. At the bottom right, there is a 'REMANEJAR COTAS' button. Red arrows point to the 'Selecione o curso a receber as cotas' section and the 'REMANEJAR COTAS' button.

Grupo de Funções	Município	Oferta	Controle	Data Inicio	Data Fim	Qtd. Cotas
<input checked="" type="radio"/> PROFESSOR FORMADOR	Parnaíba	2º/2012	Período	01/2013	07/2017	360
<input type="radio"/> PROFESSOR FORMADOR	Teresina	2º/2012	Período	01/2013	07/2017	360

Figura 11. SGB: tela de remanejamento de cotas

Todos os remanejamentos realizados podem ser consultados posteriormente, clicando em "Relatórios" e, em seguida, em "Relatórios de cotas remanejadas", onde fica registrado o histórico das alterações realizadas.

- b) **Prévia do Lote de Pagamento:** permite à IES ver o espelho do lote de pagamento antes de sua efetiva geração a fim de possibilitar o planejamento do uso das cotas e a correção prévia de vinculações de bolsistas que não tiveram seu nome incluído no lote por erros em seu cadastro.

PROGRAMA: PARFOR >>> LORENA LINS DAMASCENO - 24/05/2013 - 17:43

Acesso Público | Controle de Acesso | Acompanhamento | Gerenciar | Auxiliares | Relatórios

### Relatório da prévia do lote de pagamentos

Filtro para pesquisa

Programa  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tipo Entidade\*  
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IF

Entidade\*  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Mês e Ano de referência\*  
07/2013 mm/aaaa

PESQUISAR

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, CEP 70040-020 - Brasília, DF  
CNPJ 00896934/0001-08 - Copyright 2010 Capes. Todos os direitos reservados. 1.60.000

Figura 12. SGB: Tela Prévia do lote de pagamento

O uso dessa ferramenta possibilita que o gestor local:

- exclua a vinculação de bolsistas que não fizeram jus ao recebimento da bolsa no mês indicado, antes que o lote seja efetivamente gerado. Esse procedimento evita pagamentos indevidos e o transtorno da devolução, pelo bolsista, dos valores pagos indevidamente.
- atualize, antes da geração do lote principal, o cadastro dos bolsistas cujos nomes não aparecerem na prévia por não estarem corretamente vinculados. Esse procedimento diminuiu a quantidade de solicitação de geração de lotes complementares.

- c) **Relatório de vinculações vencendo:** Esse relatório permite que o Gestor Local visualize a lista de todos os bolsistas que terão sua vinculação vencida antes da geração do lote. Essa consulta evita o esquecimento da renovação da vinculação dos bolsistas que permaneceram atuando nos meses subsequentes.

- d) **Cronograma de Pagamento de bolsas:** Foi disponibilizado na página inicial do SGB o cronograma de pagamento de bolsas, para que os Coordenadores Gerais possam visualizá-lo a qualquer momento. Anteriormente esse cronograma era enviado por e-mail.



Figura 13. SGB: Tela do Cronograma de pagamento de bolsas

## 2.7. Fluxo e organização das atividades do Programa

Até 2012, o Parfor apresentava dois calendários para a oferta de cursos e vagas no Parfor. A partir de 2013, a DEB, com a anuência do Fórum e das IES, passou a realizar apenas uma chamada, estabelecendo um cronograma de atividades anual. Essa alteração teve o objetivo de permitir que todos os participantes do Programa possam preparar-se antecipadamente para o processo de elaboração do planejamento estratégico, tornando-o mais eficiente.

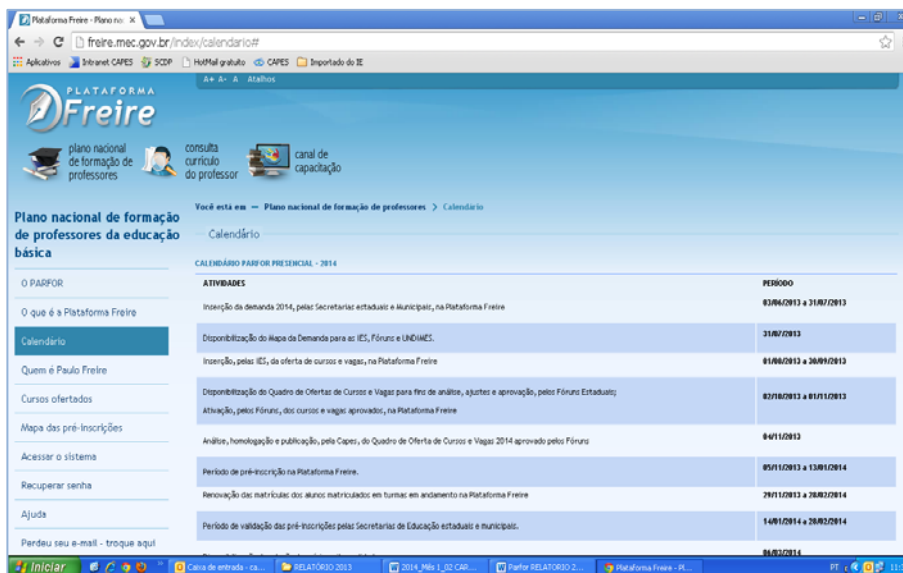


Figura 14. Plataforma Freire: Calendário do Parfor

O [Calendário](#) apresenta o seguinte fluxo: (1) inserção da demanda pelas secretarias de educação estaduais e municipais; (2) disponibilização da oferta de cursos e vagas pelas IES; (3) análise do mapa da oferta e demanda pelo Fórum e (4) publicação do Quadro Geral de Oferta de Cursos e Vagas para a pré-inscrição dos professores das redes.

Na etapa seguinte, (5) a lista de pré-inscritos é submetida à validação pelas secretarias de educação estaduais ou municipais. Encerrado o período de validação, (6) a relação

contendo os pré-inscritos validados é disponibilizada para as IES, para que estas (7) realizem o processo seletivo e, depois, (8) os procedimentos acadêmicos necessários para a realização da matrícula dos selecionados.

Após a efetivação das matrículas na IES, (9) esta deve registrar os matriculados na Plataforma Freire para que (10) a Capes possa efetuar o repasse dos recursos de custeio (e capital, quando houver) e concessão das cotas de bolsas.

As ações de aprimoramento da Plataforma Freire e do Sistema de Gestão de Bolsas vêm contribuindo para o desenvolvimento, gestão e *accountability* do Parfor.

## **2.8. Financiamento**

### **2.8.1. Fomento**

O apoio financeiro concedido no Parfor Presencial é realizado mediante a concessão de recursos de custeio e de bolsas. A destinação de recursos de capital depende de autorização na Lei Orçamentária Anual.

O montante de recursos de custeio é calculado com base no número de turmas especiais efetivamente implantadas e previstas, da seguinte forma:

- a) para as turmas implantadas na sede ou distante dela até 300 km, será repassado o valor de R\$ 15.000,00 por turma, por semestre;
- b) para as turmas implantadas em localidades com distância da sede superior a 300 km, o valor repassado será de R\$ 20.000,00 por turma, por semestre.

O valor destinado às despesas de capital é fixado de acordo com os recursos disponibilizados na dotação orçamentária da Capes em cada exercício.

Em 2013, as Instituições parceiras foram autorizadas a conceder, com os recursos de custeio repassados ao Programa, auxílio financeiro a estudantes, no caso, os professores cursistas do Parfor. A concessão deve ser realizada da seguinte forma: não ultrapassar o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais por aluno, podendo a IES definir a quantidade de mensalidades a serem concedidas; os beneficiários devem ser selecionados pela Coordenação Geral do Parfor na IES; o auxílio deve ser concedido, prioritariamente, aos professores efetivos das redes municipais de educação. Se, após a concessão a esses professores, a IES possuir recursos remanescentes, poderá destiná-los aos professores das redes estaduais de educação. Os requisitos mínimos dos beneficiários são: estar no exercício da docência na rede pública de educação básica; estar regularmente matriculado na IES e ser aluno do curso e turma especial do Parfor Presencial; ter o currículo na Plataforma Freire; constar na lista de matriculados da Plataforma Freire, na situação "Cursando"; não ser beneficiário de qualquer outro tipo de bolsa ou apoio para participação no Parfor. Desde que observados os requisitos acima elencados, a IES poderá estabelecer outros critérios que considerar necessários para atender o processo de seleção dos alunos que farão jus ao auxílio.

### **2.8.2. As bolsas**

As bolsas são concedidas para os participantes do programa que desempenharem as atividades de coordenação e docência. As modalidades e valores são os seguintes:

**Tabela 6. Valores aplicados às bolsas concedidas no Parfor, 2013**

Modalidade de bolsa	Pré-requisitos	Valor (R\$)
Coordenador Geral I	Comprovar, no mínimo, três anos de exercício no magistério superior.	1.500,00
Coordenador Geral II	Ter titulação mínima em nível superior e comprovar, no mínimo, um ano de exercício no magistério superior ou titulação de mestre ou doutor, ou vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado.	1.100,00
Coordenador Adjunto I	Comprovar, no mínimo, três anos de exercício no magistério superior	1.400,00
Coordenador Adjunto II	Ter titulação mínima em nível superior e comprovar, no mínimo, um ano de exercício no magistério superior ou titulação de mestre ou doutor, ou vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado.	1.100,00
Coordenador de Curso I	Comprovar, no mínimo, três anos de exercício no magistério superior.	1.400,00
Coordenador de Curso II	Ter titulação mínima em nível superior e comprovar, no mínimo, um ano de exercício no magistério superior ou titulação de mestre ou doutor, ou vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado.	1.100,00
Coordenador Local	Comprovar ser servidor do quadro efetivo da instituição de ensino superior ou da secretaria estadual ou municipal de educação ou de órgão equivalente; ter sua indicação aprovada pela Pró-reitoria da IES ou órgão equivalente; quando tratar-se de servidor das secretarias estaduais ou municipais de educação ter sua indicação aprovada pelo representante máximo das respectivas Secretarias ou órgão equivalente; comprovar formação em nível superior; comprovar experiência de 3 (três) anos no magistério na educação básica ou 1 (um) ano no magistério no ensino superior.	1.100,00
Professor Formador I, Professor Orientador I, Supervisor de Estágio I	Comprovar formação acadêmica na área de conhecimento da disciplina em que irá atuar; pertencer, preferencialmente, ao corpo docente da IES; comprovar experiência mínima de 3 (três) anos no magistério superior; ter título de mestre ou doutor.	1.300,00
Professor Formador II, Professor Orientador II, Supervisor de Estágio II	Comprovar formação acadêmica na área de conhecimento da disciplina em que irá atuar; pertencer, preferencialmente, ao corpo docente da IES; comprovar experiência mínima de 1 (um) ano no magistério superior ou ter título de mestre ou doutor ou vinculação a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	1.100,00

Em 2013, o Programa contou com a participação de 16.669 bolsistas, nas seguintes modalidades:

**Tabela 7. Parfor: concessão de bolsas, por modalidade, 2013**

Modalidade de bolsas	Quantidade de bolsas concedidas
Coordenador Geral I	113
Coordenador Geral II	2
Coordenador Adjunto I	26
Coordenador Adjunto II	2
Coordenador de Curso I	454
Coordenador de Curso II	14
Coordenador Local	488
Professor Formador I,	9.095
Professor Formador II,	4.159
Professor Orientador I,	702
Professor Orientador II,	316
Supervisor de Estágio I	950
Supervisor de Estágio II	348
<b>TOTAL</b>	<b>16.669</b>

Fonte: SGB

Entre 2009 e 2013, investiu-se no Parfor o montante de R\$ 529.111.171,35 (quinhentos e vinte e nove milhões, cento e onze mil, cento e setenta e um reais e trinta e cinco centavos). O desembolso anual está apresentado na próxima tabela.

**Tabela 8. Financiamento de turmas especiais presenciais especiais do Parfor - 2009 a 2013**

Ano	Totais por ano (R\$)
2009	12.394.341,09
2010	70.914.408,33
2011	110.987.220,82
2012	162.895.436,02
2013	171.919.765,09
<b>Total</b>	<b>529.111.171,35</b>

## **2.9. Resultados do Parfor**

As informações deste relatório podem apresentar variações em relação às contidas nas versões anteriores, haja vista a atualização decorrente da inclusão de dados recuperados e que não haviam sido registrados na Plataforma Freire até 2013.

Nesta seção, as informações resultam dos ajustes realizados durante o processo de implementação do Parfor e aperfeiçoamentos na Plataforma Freire e reúnem um conjunto de indicadores que embasarão a proposição de ações na DEB para atender à formação de professores em serviço nas redes públicas de educação básica.

### **2.9.1. Demanda**

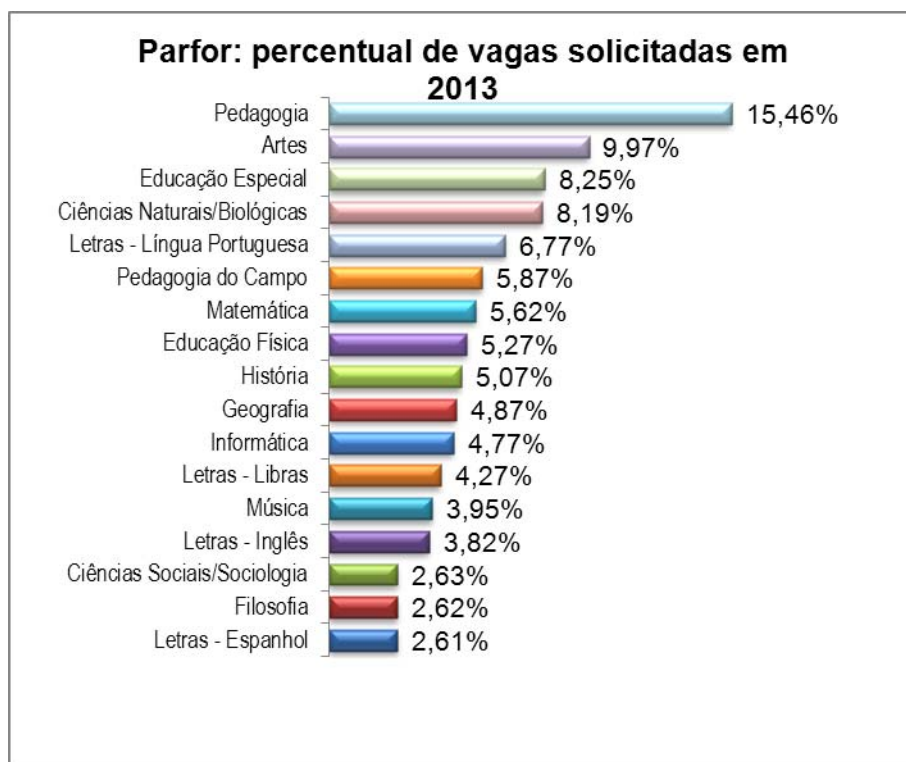
Em 2012, com a introdução o módulo “Demanda” na Plataforma Freire, as redes de ensino puderam informar sua demanda por formação inicial para 2013. Em parceria com os Fóruns e as IES, a DEB buscou orientar as secretarias de educação estadual e municipal sobre os objetivos e condicionalidades para a participação no Programa, estimulando-as a buscarem identificar quem e quantos são seus professores que necessitam de formação inicial.

Para 2013, foram solicitadas 361.020 vagas. Desse total 78,92% é demanda da rede municipal e 21,08% da estadual. Com relação ao tipo de turma observa-se que 71,07% das vagas foram solicitadas em cursos de Primeira Licenciatura, 26,31% em Segunda Licenciatura e 2,62% em Formação Pedagógica.

Os dados das redes estaduais demonstram que elas conhecem os objetivos do Programa e realizaram sua demanda visando dar aos docentes de sua rede a formação na área, disciplina ou etapa em que atuam, mas para a qual não tem a formação. Quanto às redes municipais, por sua vez, os números superestimados de demanda em áreas que não se aplicam ao ensino fundamental indicam que alguns municípios não entendem objetivamente o Parfor e que ainda não estão suficientemente preparados para elaborar o planejamento das ações de formação docente em suas unidades administrativas. Tal cenário é um indicativo que é necessário investir e atuar na formação dos gestores em educação.

Quanto aos dados da demanda por curso, observou-se que a Pedagogia lidera os números de vagas solicitadas. Constatou-se que o maior percentual de solicitação de vagas em 2013,

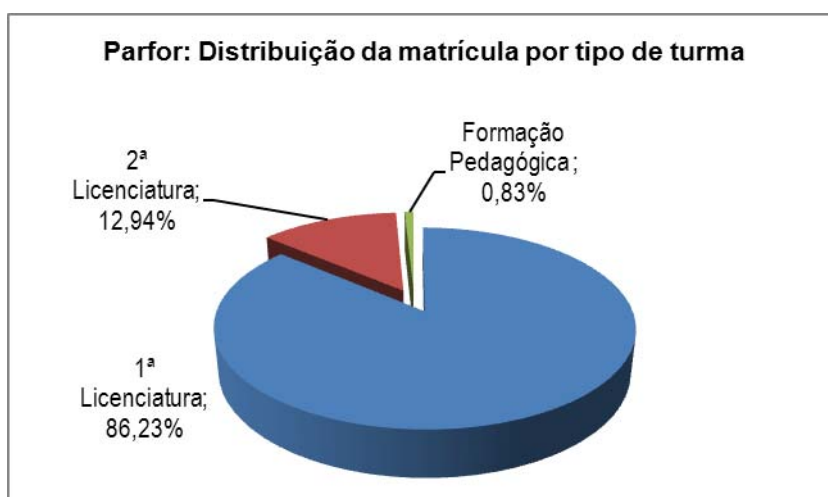
foi oriundo das redes municipais de educação, o que reforça a inserção do Parfor no interior do País.



**Gráfico 9. Parfor: Percentual de vagas solicitadas por curso em 2013. Fonte: Plataforma Freire**

### 2.9.2. Oferta

Entre 2009 e 2013, foi ofertado no Parfor um total de 244.065 vagas. Deste total 70,09% são cursos de Primeira Licenciatura, 26,59% de Segunda Licenciatura e 3,32% de Formação Pedagógica.



**Gráfico 10. Parfor: Oferta de curso por tipo de turma**



**Tabela 9. Parfor: distribuição das matrículas por tipo de curso 2009-2013**

Ano	1ª Licenciatura	2ª Licenciatura	Formação Pedagógica	Totais
2009	8.826	1.208	0	10.034
2010	22.012	2.387	95	24.494
2011	11.279	1.040	0	12.319
2012	13.221	3.300	307	16.828
2013	5.214	1.150	181	6.545
<b>Total</b>	<b>60.552</b>	<b>9.085</b>	<b>583</b>	<b>70.220</b>

A intenção de oferta foi feita por 132 IES, que se propuseram a implantar turmas em cerca de 500 municípios brasileiros, localizados em 26 Unidades da Federação. Somente as instituições do estado de Sergipe não realizaram, até o momento, oferta de turma no Parfor. Até o final de 2013, foram implantadas por 96 IES, 2.145 turmas em 422 municípios localizados em 24 estados da federação. As matrículas correspondem a 28,77% do total de vagas ofertadas. Esse dado indica um alto índice de adesão das IES ao Programa, porém torna evidente que estratégias devem ser adotadas tanto para estimular a participação dos professores como para adequar a oferta à demanda.

### 2.9.3. Matrículas e Turmas

Das 27 unidades da federação, apenas os estados de Alagoas, Sergipe e Goiás não abrigaram turmas implantadas no Parfor. Goiás, todavia, possui professores matriculados em cursos ofertados no Distrito Federal.

Entre 2009 e 2013, um total de 70.220 professores da rede pública efetuou matrícula em 2.145 turmas implantadas. A região Norte lidera o *ranking* do número de matrículas efetuadas com o percentual de 48,86%, seguida da Nordeste com 38,18%, o Sul com 7,76%, o Sudeste com 3,81% e o Centro-Oeste com 1,38%. Essa liderança se sobressai, também, nas matrículas ativas: Norte (52,50%), Nordeste (36,40%), Sul (6,67%), Sudeste (3,20%) e Centro-Oeste (1,23%).

**Tabela 10. Distribuição Regional das matrículas 2009-2013**

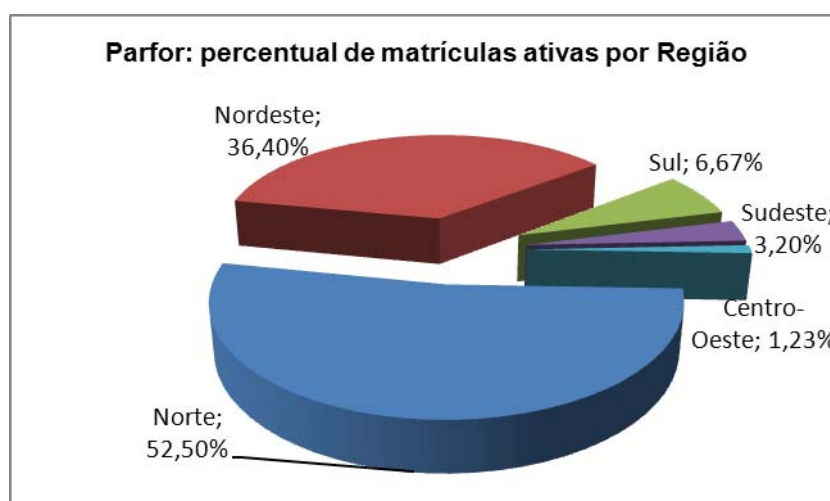
Região	Percentual de matrícula por Região
Norte	48,86%
Nordeste	38,18%
Centro-Oeste	1,38%
Sul	7,76%
Sudeste	3,81%
<b>Totais</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Plataforma Freire (2013)

**Tabela 11. Número de matriculados por situação de matrícula e região**

Região	Cursando	Desvinculados	Falecidos	Trancados	Transferidos	Formados
Norte	30.367	2835	9	106	0	994
Nordeste	21.118	4.817	15	11	0	852
Centro-Oeste	711	145	1	2	0	112
Sul	3750	1.369	1	120	1	207
Sudeste	1795	795	0	63	0	24
<b>Totais</b>	<b>57.741</b>	<b>9.961</b>	<b>26</b>	<b>302</b>	<b>1</b>	<b>2.189</b>

Fonte: Plataforma Freire (2013)



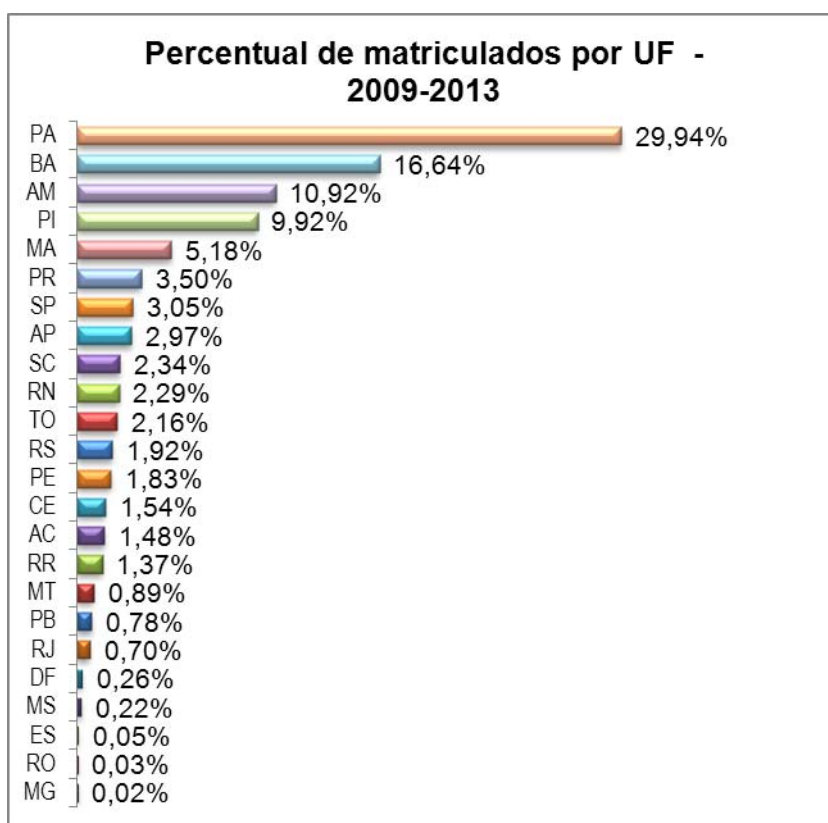
**Gráfico 11. Parfor: percentual de matrículas ativas, por região, 2013**

Do total de matriculados, o estado do Pará (29,24%), Bahia (16,64%), Amazonas (10,92%), Piauí (9,92%) e Maranhão (5,18%) abrigam, juntos, 62,68% das matrículas no Parfor. De acordo com os dados do Educacenso 2012, essas unidades federativas registraram, respectivamente, os percentuais de 33,13%, 42,95%, 20,87%, 30,07% e 43,31% de funções docentes sem formação superior. Tomando-se como referência os dados de matriculados em cursos de Primeira Licenciatura, observa-se que o Programa está alcançando seu objetivo de promover o acesso dos professores em serviço à formação superior, conforme demonstram os dados a seguir.

**Tabela 12. Relação entre o número de funções docentes sem formação superior e o de matriculados em curso de Primeira Licenciatura**

UF	Nº de funções docentes	Nº de funções docentes sem formação superior	Nº de matriculados em cursos de 1ª Licenciatura	Percentual de atendimento
Pará	88.750	29.406	21.022	71,49%
Bahia	174.059	74.760	11.554	15,45%
Piauí	50.882	15.298	5.082	33,22%
Amazonas	44.441	9.276	5.785	62,37%
Maranhão	106.739	46.232	2.602	5,63%

Fonte: Educacenso 2012; Plataforma Freire (2013)



**Gráfico 12. Parfor: percentual de matrículas por UF, 2009-2013**

**Tabela 13. Parfor: turmas por UF**

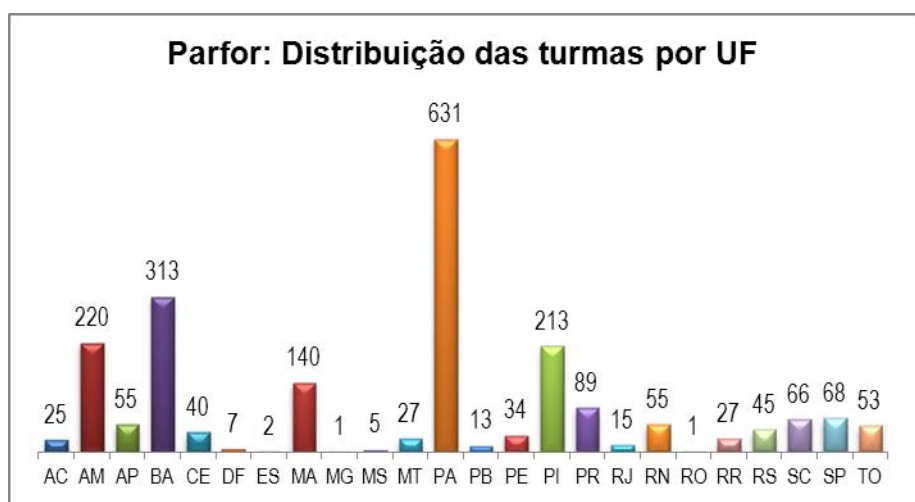
UF	Percentual	Turmas
AC	1,17%	25
AM	10,26%	220
AP	2,56%	55
BA	14,59%	313
CE	1,86%	40
DF	0,33%	7
ES	0,09%	2
MA	6,53%	140
MG	0,05%	1
MS	0,23%	5
MT	1,26%	27
PA	29,42%	631
PB	0,61%	13
PE	1,59%	34
PI	9,93%	213
PR	4,15%	89
RJ	0,70%	15
RN	2,56%	55
RO	0,05%	1
RR	1,26%	27
RS	2,10%	45
SC	3,08%	66
SP	3,17%	68
TO	2,47%	53
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>2145</b>

As 2.145 turmas foram implantadas em 422 municípios sediados em 22 capitais. Desse total 83,03% são de Primeira Licenciatura, 15,9% de Segunda Licenciatura e apenas 1,07% de Formação Pedagógica.

**Tabela 14. Número de turmas por ano da oferta e tipo de turma 2009-2013**

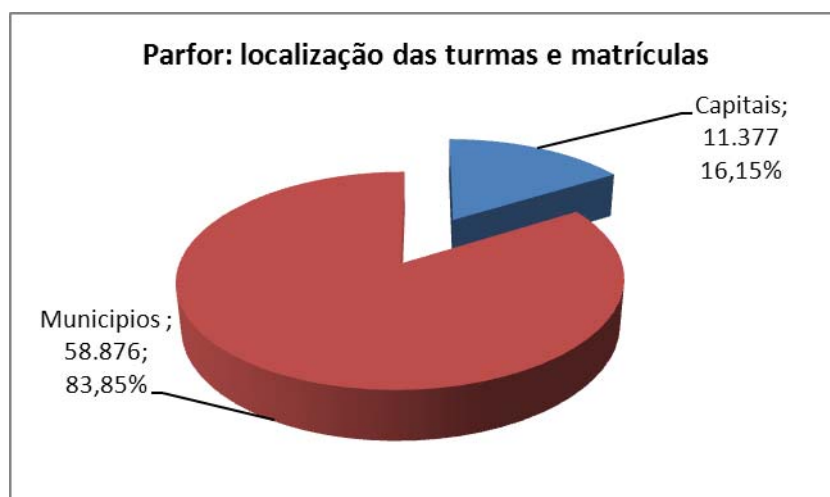
Ano	Primeira Licenciatura	Segunda Licenciatura	Formação Pedagógica	Totais
2009	254	50	0	304
2010	661	100	5	766
2011	332	37	0	369
2012	378	112	11	501
2013	156	42	7	205
<b>Totais</b>	<b>1.781</b>	<b>341</b>	<b>23</b>	<b>2.145</b>

Fonte: Plataforma Freire (2013)



**Gráfico 13. Parfor: distribuição das turmas por UF**

Um total de 70.220 (83,85%) matrículas foram realizadas em turmas sediadas em 422 municípios e 11.377 (16,15%) nas capitais, o que indica que o Parfor é uma ação que promove a interiorização da formação docente.



**Gráfico 14. Localização das matrículas e turmas implantadas**

Do total de matriculados 82,23% estão cursando, 14,19% desistiram; 0,43% trancaram matrícula; 0,04% faleceram e 3,12% já se formaram. Esses dados indicam que a taxa de evasão nas turmas do Parfor alcança o percentual de 16,53%, seguindo a tendência dos cursos regulares. No Parfor, os índices da evasão estão particularmente associados à inexistência de apoio aos docentes em formação. A maioria destes docentes utilizam seu tempo livre (férias, feriados e finais de semana) para realizar o curso e necessitam se deslocar para as localidades onde as atividades acadêmicas são desenvolvidas, no entanto, com poucas exceções, não recebem qualquer tipo de apoio das redes às quais estão vinculados.

As tabelas e gráficos ajudam a visualizar os dados de matrículas no período de 2009-2013.

**Tabela 15. Distribuição das matrículas em turmas implantadas por ano de oferta**

Ano da Oferta	Cursando	Desvinculados	Falecidos	Trancados	Transferidos	Formados	Total
2009	6445	2.535	5	6	0	1.043	10.034
2010	20.074	3.321	10	75	1	1.013	24.494
2011	10.206	1.890	9	110	0	104	12.319
2012	14.517	2.169	2	111	0	29	16.828
2013	6.499	46	0	0	0	0	6.545
<b>Totais</b>	<b>57.741</b>	<b>9.961</b>	<b>26</b>	<b>302</b>	<b>1</b>	<b>2.189</b>	<b>70.220</b>

Fonte: Plataforma Freire (2013)

**Tabela 16. Número de matrículas em turmas implantadas por EA 2009-2013**

EA	Cursando	Desvinculados	Falecidos	Trancados	Transferidos	Formados	Total
Federais	32.799	3.274	14	168	1	1.074	37.330
Estaduais	21.978	5.389	12	9	0	1.102	28.490
Municipais	109	80	0	7	0	0	196
Privadas	2.855	1.218	0	118	0	13	4.204
<b>Totais</b>	<b>57.741</b>	<b>9.961</b>	<b>26</b>	<b>302</b>	<b>1</b>	<b>2189</b>	<b>70.220</b>

Fonte: Plataforma Freire (2013)

As Instituições Federais de Ensino Superior abrigam 53,16% dos matriculados, seguida das instituições da esfera estadual (40,57%), privadas sem fins lucrativos (5,99%) e das municipais (0,28%). Portanto, 93,73% dos alunos do Parfor estão frequentando cursos de licenciatura em instituição pública.

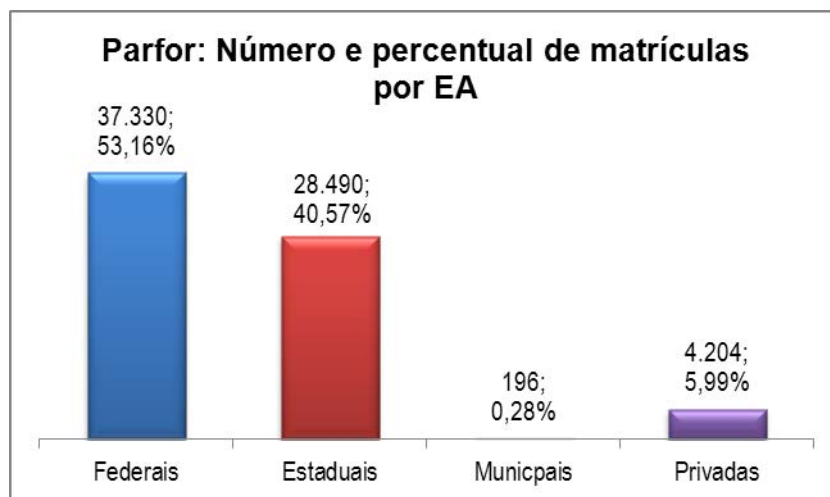


Gráfico 15. Parfor: Número e percentual de matrículas por EA

#### 2.9.4. O Regime de colaboração: a relação com os parceiros

##### 2.9.4.1. Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente

Decreto 6.755/2009 estabelece que a “Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação”. O Parfor tem desenvolvido suas atividades em estrita observação a essa orientação.

A DEB, quando é solicitada ou quando a agenda inclui os cursos de formação inicial, na modalidade presencial, tem participado ativamente das reuniões dos fóruns nos diferentes Estados. Em 2013, a DEB encaminhou representantes para reuniões dos Fóruns de SP, PA, SC, PR, PB, AC, RS, BA, GO, AM, MS, PE, ES e MA.

Para intensificar o diálogo no âmbito do Fórum e a elaboração do planejamento estratégico, a DEB empreendeu algumas ações, entre as quais: a realização de reuniões técnicas com os representantes dos Fóruns, concessão dos perfis na Plataforma Freire do representante do Fórum e da UNDIME. Além disso, estabeleceu no fluxo do Programa, um período para o Fórum articular a oferta e demanda com plena autonomia, podendo, inclusive, realizar as alterações que se fizerem necessárias no mapa de oferta de vagas, visando adequá-lo ao que for definido pelos seus membros.

Por meio do perfil Fórum, as unidades da federação podem acompanhar todos os dados do Parfor no seu Estado.

A DEB tem se empenhado em manter os Fóruns atualizados em relação aos dados da Formação e os Editais dirigidos aos profissionais da educação. Todas essas informações são encaminhadas, por meio eletrônico, aos representantes dos Fóruns que mantêm seu

cadastro atualizado na Plataforma Freire. Essa parceria tem contribuído para aproximar a DEB das secretarias de educação estaduais e municipais e das entidades da sociedade civil participantes dos Fóruns e que atuam com a educação básica.

#### **2.9.4.2. As redes de ensino**

Em 2009, quando a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica foi lançada, a Capes firmou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com as Secretarias Estaduais de Educação ou órgão equivalente, com a finalidade de estabelecer o compromisso entre o Estado e a União. Por sua vez, a participação das IES foi efetivada por meio de assinatura de Termo de Adesão ao ACT.

Foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com 26 estados e o Distrito Federal. Aderiram ao Programa 142 IES de diferentes esferas administrativas. Nem todos, porém, concretizaram a oferta de cursos nos primeiros anos.

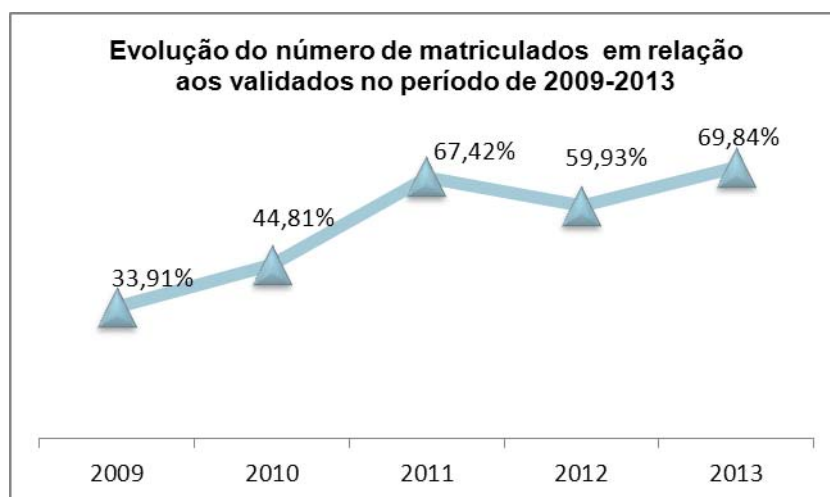
No início do Parfor, a participação efetiva de cada município ocorria sempre no momento do processo de avaliação das pré-inscrições. A partir de 2012, com a introdução do módulo “Demanda” essa participação foi institucionalizada. Neste módulo, as secretarias de educação além de poderem informar sua demanda, realizam a adesão ao Programa, por meio de um formulário eletrônico. Com a adesão, as secretarias tomam conhecimento das normas de participação no Programa e podem decidir se desejam ou não participar do Programa.

Apesar das dificuldades observadas com a divulgação do Programa no âmbito das redes municipais, nota-se crescimento no interesse dos municípios em participar do Programa. Entre os dados indicativos desse crescimento destaca-se o percentual de pré-inscrições não avaliadas. Tomando-se por base o processo de validação de 2011 a 2013<sup>3</sup>, observa-se que o percentual de pré-inscrições não avaliadas pelas secretarias de educação decresceu de 13,79% em 2011 para 6,64% em 2013.

Quanto aos dados agregados por turma implantada entre 2009 e 2013, nota-se que o número de matrículas efetivadas em relação ao número de validados cresceu de 33,91% em 2009 para 69,84% em 2013, o que sugere a existência de algum tipo de apoio das redes à participação dos professores nos cursos de formação.

---

<sup>3</sup> Optou-se por excluir os exercícios de 2009 e 2010 porque nesse período os professores podiam realizar pré-inscrição em até três cursos, o que superdimensionou o número de pré-inscrições e, conseqüentemente, houve reflexos nos números da validação.



**Gráfico 16. Parfor: Evolução do número de matriculados em relação aos validados, 2009-2013**

Os dados não agregados também confirmam a tendência. Note que no período de 2011 a 2013, houve crescimento de 21,76% para 32,10% no percentual de aproveitamento de vagas em relação à pré-inscrição.

**Tabela 17. Percentual de aproveitamento da matrícula por ano em relação à pré-inscrição e validação**

Ano da oferta	Pré-inscritos	Validados	Matriculados	Percentual de aproveitamento de vagas em relação à pré-inscrição
2011	56.609	31.620	12.319	21,76%
2012	68.152	51.466	16.828	24,69%
*2013	20.390	18.820	6.545	32,10%

\*Neste ano houve somente um chamada para oferta de cursos  
 Fonte: Plataforma Freire (2013)

Outro dado que merece atenção é o número de municípios atendidos. Até 2013, 2.344 municípios possuíam, pelo menos um professor matriculado no Parfor entre 2009 e 2013. Desse total 43% municípios da região Nordeste, 19% da região Sudeste, 18% da Sul, 15% da Norte e 5% da Centro-Oeste.





Figura 15. Parfor: municípios com pelo menos um professor matriculado, 2013

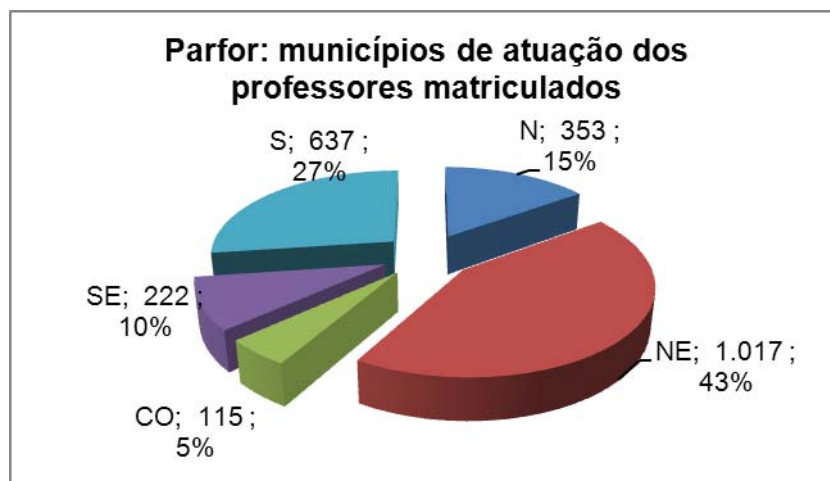
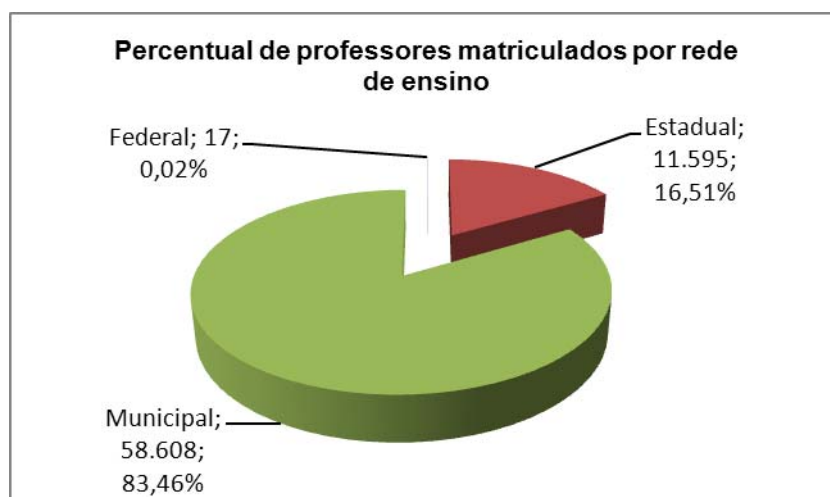


Gráfico 17. Parfor: municípios de atuação dos professores matriculados

Quanto à distribuição dos matriculados por rede, os dados indicam que o Programa tem como principais beneficiários os professores da rede municipal com 83,46% dos matriculados e a estadual com 16,51%. Todavia, o Parfor alcança também a rede federal com 0,02% de matriculados.



**Gráfico 18 . Parfor: percentual de professores matriculados por rede de ensino, 2013**

**Tabela 18. Municípios, turmas e matrículas do Parfor, por estado**

Região	Estados	Municípios com turmas implantadas	Municípios de atuação dos professores	Nº de turmas	Matrículas
Norte	AC	11	21	25	1.041
	AM	37	55	220	7.665
	AP	1	16	55	2.083
	PA	71	142	631	21.022
	RO	1	6	1	23
	RR	3	15	27	962
	TO	7	98	53	1.515
Nordeste	BA	105	354	313	11.688
	CE	13	63	40	1.082
	MA	42	125	140	3.639
	PB	7	87	13	548
	PE	6	95	34	1.283
	PI	24	173	213	6.964
	RN	7	120	55	1.609
Centro-Oeste	DF	1	1	7	163
	GO	0	3	0	23
	MS	3	25	5	157
	MT	9	86	27	628
Sudeste	ES	2	17	2	35
	MG	1	9	1	11
	RJ	3	24	15	489
	SP	20	172	68	2.142
Sul	PR	11	247	89	2.456
	RS	13	173	45	1.351
	SC	24	217	66	1.641
<b>Totais</b>		<b>422</b>	<b>2.344</b>	<b>2.145</b>	<b>70.220</b>

Fonte: Plataforma Freire (2013).

O número de escolas em que pelos menos um professor se matriculou no Parfor no período de 2009-2013, é de 24.380, observando-se que 42% delas estão sediadas na região Nordeste, 38% na Norte, 10% na Sudeste, 8% na Sul e 2% na Centro-Oeste. Esse dado

reforça outros que mostram a capilaridade do Parfor e seu potencial de redução das assimetrias regionais.

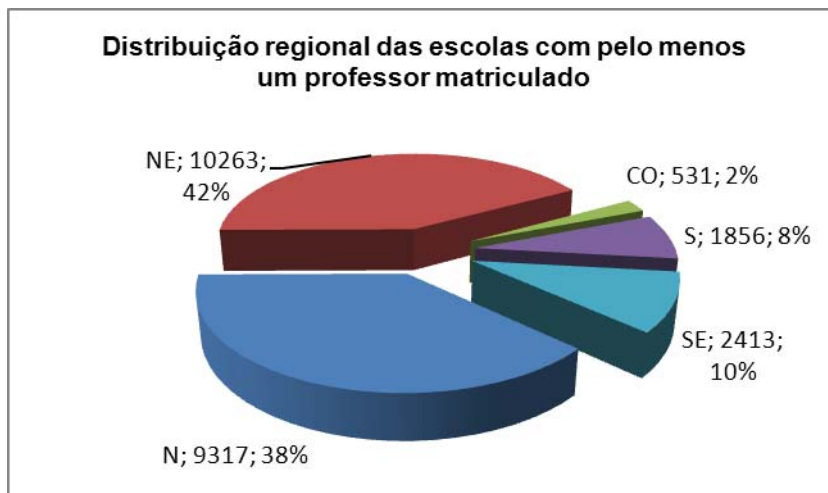


Gráfico 19. Parfor: distribuição das escolas com pelo menos um professor matriculado em curso do Parfor, por região.

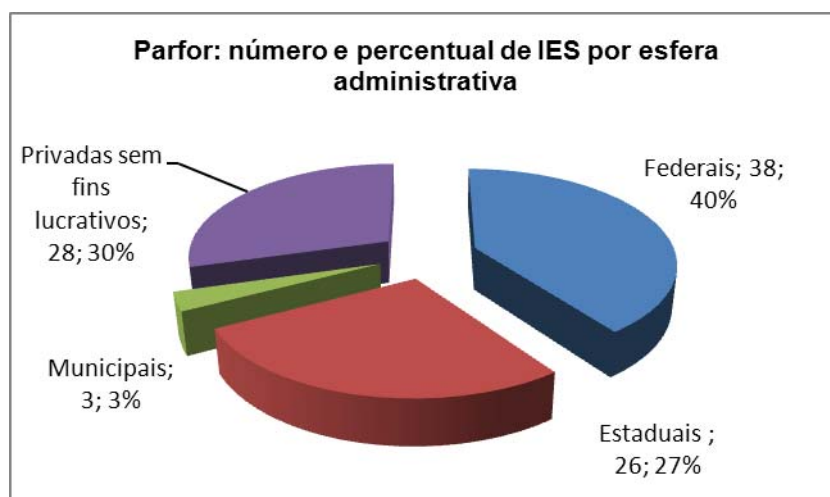
#### 2.9.4.3. As Instituições de Ensino Superior e os cursos

Até 2013, 96 IES sediadas em 24 estados ofertavam turmas especiais. Do total de instituições participantes, 16 (representando 16,67% do total) estão na região Norte; 26 (27,08%) na Nordeste; 5 (5,21%) na Centro-Oeste; 23 (23,96%) na Sudeste e 26 (27,08%) na Sul.

Tabela 19. Evolução do número de IES com turmas implantadas – 2009-2013

Ano	IES
2009	32
2010	79
2011	86
2012	92
2013	96

Do total de IES, 40% são públicas, 27,37% são estaduais, 3,16% municipais e 29,47% são privadas sem fins lucrativos.



**Gráfico 20. Parfor: número e percentual de IES por esfera administrativa, 2013**

Para ofertar turma no Parfor, as IES, quando avaliadas, devem possuir Índice Geral de Curso – IGC mínimo 3. Das IES participantes 54 possuem IGC 3, 35 possuem nota 4, 6 IES ainda não foram avaliadas pelo INEP e 1 apresenta IGC 2. Esta IES não realiza oferta no Programa desde 2011. As turmas em andamento tiveram início em 2009 e 2010 antes de a IES obter a nota 2.

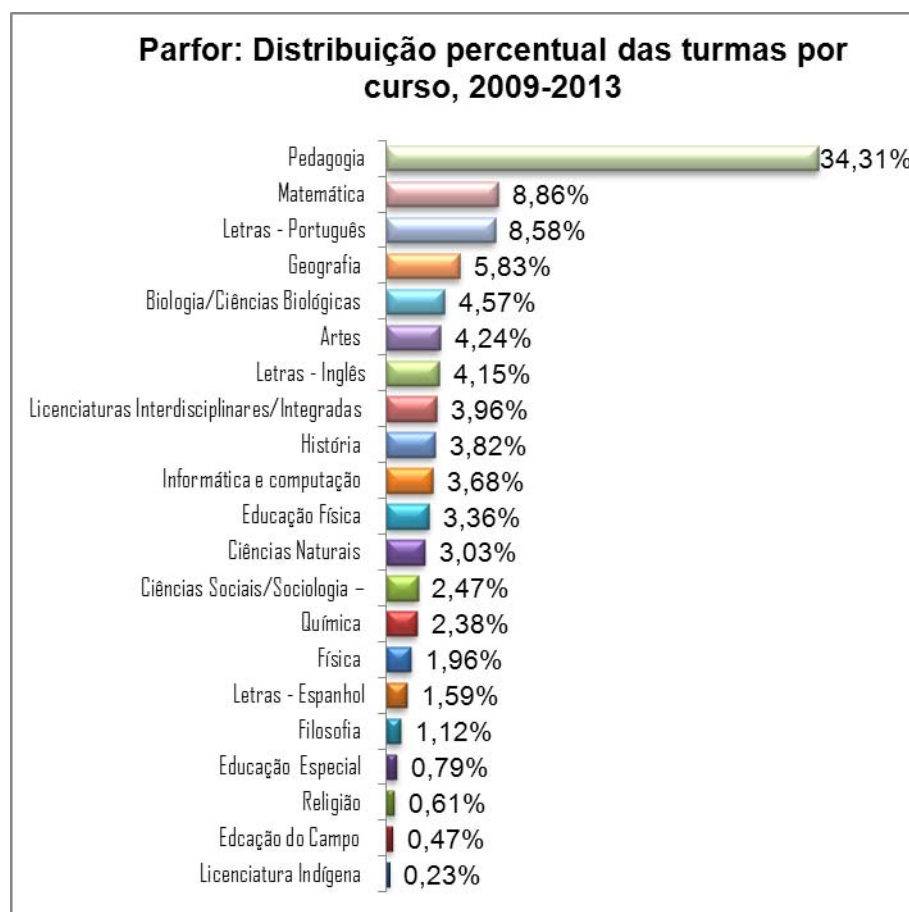
**Tabela 20. Parfor: IGC das IES participantes**

IGC	Nº de IES	%
IGC 2	1	1,04%
IGC 3	54	56,25%
IGC 4	35	36,46%
Ainda não foram avaliadas	6	6,25%
<b>Totais</b>	<b>96</b>	<b>100,00%</b>

As Instituições Federais de Educação Superior e as da iniciativa privada sem fins lucrativos somente podem implantar turmas em cursos de licenciatura que estejam devidamente credenciados no Sistema de Regulação do Ensino Superior - e-MEC e que, quando avaliados, apresentarem Conceito de Curso – CC igual ou superior a 3.

Quando tratar-se de IES do sistema estadual e municipal, cujo curso não esteja cadastrado no e-MEC, poderá ser admitida a implantação de turmas mediante apresentação do documento de autorização do curso pelo órgão credenciado para tal fim.

A Pedagogia é o curso com maior o número de turmas implantadas (34,31%), acompanhado de Matemática (8,86%) e Letras-Português (8,58%).



**Gráfico 21. Parfor: distribuição percentual das turmas, por curso, 2009-2013**

Na áreas de Ciências, cujo indicadores educacionais demonstram haver carência de professores, o Parfor formou um total de 690 docentes e apresenta um total de 9.836 alunos cursando.

No Parfor, entre 2009-2013, as matrículas na situação “cursando” e “formados”, em Matemática, Física, Biologia, Química e Ciência Naturais alcançam o percentual de 17,56%.

**Tabela 21. Parfor: Matrículas em áreas onde há falta de professores**

Curso	Cursando	Formados
Matemática	3.666	302
Física	401	21
Biologia	2.521	247
Química	612	21
Ciências Naturais	1.661	88
Integrada - Matemática e Física	587	11
Integrada - Biologia e Química	388	0
<b>Totais</b>	<b>9.836</b>	<b>690</b>

#### 2.9.4.4. A produção do Parfor

O Parfor é um programa que contribui para promover a produção de conhecimento no campo da Educação. Em 2013, os participantes dos cursos – coordenadores, professores formadores e alunos – que submeteram e tiveram trabalhos sobre o Parfor aprovados em eventos científicos receberam apoio para participação nos eventos. Além disso, o Programa apoiou a produção e publicação de diversos artigos, livros, revistas entre outros espaços de

divulgação da produção acadêmica de coordenadores, docentes e discentes do Parfor. As tabelas apresentam, de forma bem sucinta, parte dessa produção científico-acadêmica oriunda do Parfor:

a) Participação em eventos

IES	Autores do trabalho	Título do trabalho	Nome do Evento
FURB	Olívia Camboim Romano	"O ensino do Teatro nas escolas da rede pública de Blumenau e região: estudo com professores cursistas do PARFOR na FURB"	VII Reunião Científica da ABRACE
UFRB	Tatiana Polliana Pinto de Lima (UFRB)/ Rosana Cardoso Barreto Almasy (UFRB)/ Neilton da Silva (UFRB)/ Alexandre Américo Almasy Júnior (UFRB)	O Programa Nacional de Formação de Professores (Parfor) na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb): um caleidoscópio de olhares	XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas
UNOCHAPECÓ	Gilberto Oliari/Rosemari Zampieron	Estágio de Docência em Oficinas Pedagógicas: uma experiência no Parfor da Unochapecó	XXI Colóquio da AFIRSE - Educação, economia e território: o papel da educação no desenvolvimento
UNOCHAPECÓ	Francile Eleide Kuhn/ Leonel Piovezana	"Proposta metodológica da Pedagogia da Alternância nos processos de ensino aprendizagem do PARFOR: uma alternativa para a formação docente no Brasil."	XXI Colóquio da AFIRSE - Educação, economia e território: o papel da educação no desenvolvimento
UNOCHAPECÓ	Silvia Maria Alves de Almeida	Relato de Experiência de Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura Em Educação Especial – Parfor	XI EDUCERE e II SIRSSSE E IV SIPD- CÂTEDRA UNESCO
UNISANTOS	Rosana Aparecida Ferreira Pontes (UNISANTOS)/ Maria Flávia Medeiros dos Santos (UNISANTOS)	(Auto)Avaliação de uma Professora em Construção: implicações da Formação Parfor na Prática Docente	VIII Congresso Internacional de Educação/ III Congresso Internacional de Avaliação

b) Publicação de artigos e livros

IES	Publicações
UFPI	FERRO, G. <i>O Parfor no âmbito da UFPI: realidade, perspectivas e desafios de um percurso em construção</i> . Disponível em: <a href="http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parfor/arquivos/files/O%20PARFOR%20NO%20C3%82MBITO%20DA%20UFPI%20REALIDADE,%20PERSPECTIVAS%20E%20DESAFIOS%20DE%20UM%20PERCURSO%20EM%20CONSTRU%3%87%C3%83O.pdf">http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parfor/arquivos/files/O%20PARFOR%20NO%20C3%82MBITO%20DA%20UFPI%20REALIDADE,%20PERSPECTIVAS%20E%20DESAFIOS%20DE%20UM%20PERCURSO%20EM%20CONSTRU%3%87%C3%83O.pdf</a> . Acesso em: 03/12/2013.
URCA	ARAÚJO, C. R. P da; et al. <i>Análise Crítica do Parfor enquanto propósito e realidade no Cariri Cearense</i> . Disponível em: <a href="http://www2.unimep.br/endipe/3706p.pdf">http://www2.unimep.br/endipe/3706p.pdf</a> . Acesso em: 03/12/2013.
UENF	NOGUEIRA, S. M. de; MOURA, S. A. de. Diretrizes para uma melhor qualidade da educação: o PARFOR como ação política para promover a qualificação de professores de escolas públicas. Uma abordagem. Disponível em: <a href="http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SoniaMartinsdeAlmeidaNogueira-ComunicacaoOral-int.pdf">http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SoniaMartinsdeAlmeidaNogueira-ComunicacaoOral-int.pdf</a> . Acesso em: 03/12/2013.

UEL	CUNHA, M. C. da; PUCETTI, R.; SOUZA, M. I. P. O. <i>O Parfor e a formação do professor de artes visuais: a transformação de docentes/estudantes</i> . Disponível em: <a href="http://artenaescola.org.br/uploads/arquivos/Maria%20Carla%20da%20Cunha_Roberta%20Pucetti%20e%20Maria%20Irene%20P_%20O_%20Souza_O%20Parfor%20e%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor%20de%20artes%20visuais_a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20de%20docentes_estudantes.pdf">http://artenaescola.org.br/uploads/arquivos/Maria%20Carla%20da%20Cunha_Roberta%20Pucetti%20e%20Maria%20Irene%20P_%20O_%20Souza_O%20Parfor%20e%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor%20de%20artes%20visuais_a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20de%20docentes_estudantes.pdf</a> . Acesso em: 03/12/2013.
UNISANTOS	ABDALLA, M. de F. B.; MARTINS, M. A. R.; SILVA, A. F. Lopes. <i>Política Nacional de Formação (PARFOR) às representações sociais de professores-estudantes sobre a identidade profissional em construção</i> . Disponível em: <a href="http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4766_3461.pdf">http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4766_3461.pdf</a> . Acesso em: 03/12/2013.
UFPA	NASCIMENTO, D. de S. <i>A expansão da educação superior e o trabalho docente - um estudo sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na UFPA</i> . Dissertação de Mestrado. Disponível em: <a href="http://www.gepes.belemvirtual.com.br/arquivos/File/denise.pdf">http://www.gepes.belemvirtual.com.br/arquivos/File/denise.pdf</a> <a href="http://www.gepes.belemvirtual.com.br/arquivos/File/denise.pdf">http://www.gepes.belemvirtual.com.br/arquivos/File/denise.pdf</a> . Acessado em: 03/12/2013.
UFOPA	LIMA, M. de F. S.; et al. <i>O Plano Nacional de Formação Docente: fatos, limites e perspectivas</i> . Disponível em: <a href="http://www.sbec.org.br/evt2012/trab36.pdf">http://www.sbec.org.br/evt2012/trab36.pdf</a> . Acesso em: 03/12/2013.
IFSUL	PALMA, G.; BALZAN, C. F. P.; PEIXOTO, J. P. <i>Cores, Saberes e Sabores</i> . Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG); 2013.
IFPA	Coletânea de Cadernos Temáticos do PARFOR/IFPA: saberes e trajetórias da formação docente no PARÁ
UERGS	Reflexões sobre Prática Pedagógica no Parfor; Práticas e Saberes Pedagógica no Parfor; e Pesquisa e Formação Pedagógica no Parfor



Figura 16. Capas de publicações do Parfor

c) Eventos realizados

Organizadores	Nome do Evento
UFPI e UFPA	I Encontro Norte Nordeste do Parfor
UFPI	III Seminário de Iniciação Científica do Parfor
UNIFAP	I Feira Interativa de Ensino de Geografia - Parfor
UEL	I Encontro Estadual do Parfor no Paraná
UEM	I Jornada Parfor (Pedagogia e Formação Pedagógica)
UESB	I Encontro do Parfor da UESB
USF	V Encontro do Parfor - A arte na Educação: Estratégias Pedagógicas para o Professor de Educação Infantil e Series iniciais

d) Sites do Parfor

A capilaridade do Parfor pode ser constatada no Google, em blogs, You Tube e em várias comunidades da rede virtual. O uso da rede significa também que os professores começam a usar as tecnologias da informação e da comunicação. Embora alguns produtos ainda

sejam bastante simples, rompe-se a barreira de produção e utilização dos recursos tecnológicos à disposição dos educadores. Em 2012, o número de registros encontrados no buscador foi de 241.000. No ano de 2013, houve um forte crescimento, inclusive devido ao incentivo da Capes para que as IES utilizem tecnologias e os vastos recursos educacionais presentes na web.

A tela representada a seguir, de 09 de janeiro de 2014, mostra 1.530.000 resultados, indicando que o Parfor cresce e está presente na rede virtual e nas comunidades brasileiras.

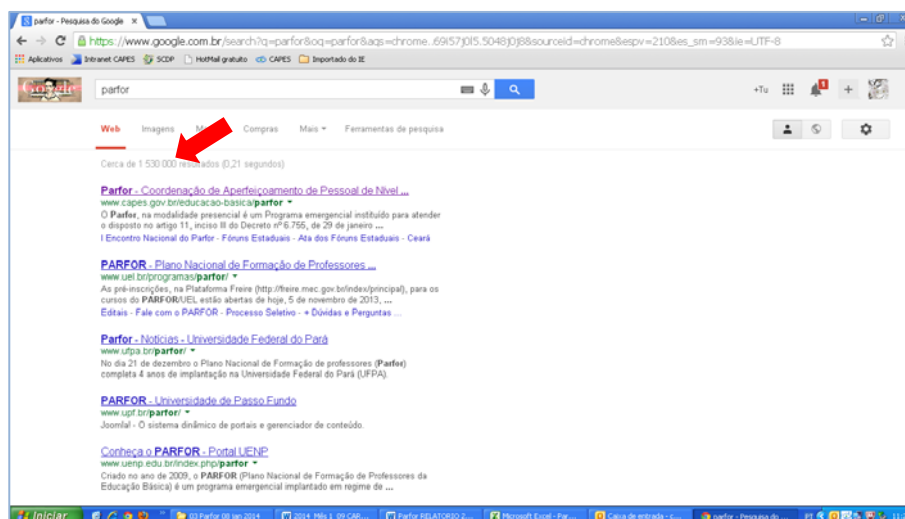


Figura 17. Tela do Google, com registros sobre o Parfor. Acesso em 09 de janeiro de 2014.

#### 2.9.4.5. Os professores

Os professores cursistas do Parfor se destacam como protagonistas da articulação entre a Educação Superior, as escolas de educação básica e destas com a comunidade em que vivem. No Parfor é recorrente o desenvolvimento, no percurso formativo, de atividades acadêmicas pelos professores envolvendo seus alunos e a comunidade local. Esse protagonismo interacional tem como seu principal resultado a elevação da qualidade da formação oferecida pelas IES e do ensino propiciado aos alunos da rede pública de educação básica.





**Figura 18. Professores do curso de Pedagogia do Parfor em Arraias**

Os Professores do curso de Pedagogia do Parfor em Arraias juntaram-se para propor uma atividade interdisciplinar: organizar seqüências didáticas e/ou projetos temáticos, que envolvessem conteúdos da área de geografia, mas que ao desenvolver esses trabalhos, eles também utilizassem conteúdos, competências e habilidades ligados à arte e ao movimento. Os estudantes do 7º período de Pedagogia, Valdeny Rodrigues Montal, Joely e Janaina Ganda realizaram o projeto Água: reflorestamento das margens do Córrego Anjical, a fim de preservar a água que ainda existe na comunidade, além de visar à melhoria da qualidade de vida da população. “O grupo fechou parcerias com governo municipal e uma empresa de fertilizantes e mobilizou a escola com palestras sobre meio ambiente, levando os alunos para reconhecerem os problemas in loco”.

Fonte: Jornal do Parfor UFT. Disponível em [http://50.115.167.17/~suporte/parfor/slides/Jornal\\_parfor.pdf](http://50.115.167.17/~suporte/parfor/slides/Jornal_parfor.pdf) . Acessado em: 9/12/2013.

Desde 2011, quando se iniciaram as formaturas, o Programa registrou um total 2.189 alunos professores formados. Desse total, 543 se formaram em cursos de primeira licenciatura, 1.529 em Segunda Licenciatura e 117 em Formação Pedagógica.

**Tabela 22. Parfor: alunos formados, por ano**

<b>Ano da oferta</b>	<b>1ª Licenciatura</b>	<b>2ª Licenciatura</b>	<b>Formação Pedagógica</b>	<b>Totais</b>
2009	347	696	0	1.043
2010	170	755	88	1.013
2011	26	78	0	104
2012	0	0	29	29
2013	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>543</b>	<b>1.529</b>	<b>117</b>	<b>2.189</b>

Fonte: Plataforma Freire



**Figura 19. Formandos de Ciências Naturais da UFPA – Município de Castanhal/PA**

Formatura do curso de Ciências Naturais da UFPA – Município de Castanhal/PA.  
Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/ParforUfpa>. Acessado em 09/12/2013

## **2.10. II Encontro Nacional do Parfor**

A DEB realizou no período de 05 a 07 de junho de 2013, o II Encontro Nacional do Parfor com o objetivo de debater as principais questões relacionadas à formação de professores e promover a troca de experiências entre as Instituições de Ensino Superior participantes do Programa.

O encontro contou com a participação de palestrantes nacionais e internacionais, entre os quais os Professores António Nóvoa, Bernardete Gatti, Elba Siqueira Sá e Guiomar Namó de Mello. Entre os palestrantes estavam, também, coordenadores e gestores do Programa, cujas apresentações, relacionadas às questões do cotidiano do Parfor, subsidiaram o debate que se norteou pelos seguintes eixos: a) articulação teoria e prática na formação de professores; b) desafios da formação de professores em serviço; c) o Parfor e a sala de aula em transformação e d) a tecnologia aliada à formação de professores.

O público que participou do evento estava composto por coordenadores gerais e de curso, alunos e professores do Parfor, UNDIME, representantes das secretarias estaduais, dos Fóruns e das secretarias do MEC, pesquisadores e gestores educacionais. O total de participantes foi de 289 pessoas, todavia, evento foi transmitido *on line*, o que possibilitou aos participantes virtuais postarem suas perguntas e comentários, alguns dos quais puderam ser lidos e respondidos pelos palestrantes.

Para registrar o evento, a DEB criou um *hot site* para abrigar as informações e vídeos do evento, que estão disponíveis no endereço eletrônico <http://seminarios.capes.gov.br/parfor> e podem ser acessados a qualquer tempo.

O evento foi, ainda, uma oportunidade para os alunos socializarem suas produções acadêmicas. Foram apresentados 22 pôsteres, cuja relação apresenta-se a seguir:

Tabela 23. Parfor: II Encontro Nacional: pôsteres, 2013

Parfor: Relação de Pôsteres aprovados		
Nº de ordem	Responsáveis pelo Pôsteres	IES
1	Antonia Maria Severino Silva	Universidade Estadual de Roraima
2	Camila Pirozzi Valles Salerno	Universidade Presbiteriana Mackenzie
3	Ivony Silva de Sousa	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
4	Núbia Carla Ferreira Cabau	Universidade Estadual de Londrina
5	Regilane Gava Lovato	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
6	Ademar Moraes da Costa Filho	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
7	Adriana Evangelista de Arruda	Centro Universitário Adventista de São Paulo
8	Ana Paula da Conceição Ferreira	Universidade Federal do Amapá
9	Andressa Marcela de Matos Ramos	Centro Universitário de Votuporanga
10	Cátia Regina da Costa Costa	Universidade Federal do Rio Grande
11	Daniela de Nazaré Torres de Barros	Universidade Federal Rural da Amazônia
12	Gilberto Oliari	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
13	Josemary Oliveira Santos Souza	Universidade de Ribeirão Preto
14	Lenita Nunes de Araújo Machado	Universidade de Sorocaba
15	Lia Raquel Lima de Sousa	Universidade Federal do Piauí
16	Lidijones Maia e Miranda	Universidade Estadual de Santa Cruz
17	Lizandra Andrade Nascimento	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
18	Maria Flávia Medeiros dos Santos	Universidade Católica de Santos
19	Nadia Prado da Costa Candido	Centro Universitário Claretiano
20	Raquel Teodora da Silva	Universidade de Passo Fundo
21	Ronnie Wesley Sinésio Moura	Universidade Estadual da Paraíba
22	Rúbia Rigotti	Universidade de Cruz Alta



Figura 20. Parfor: II Encontro Nacional, em 2013

## 2.11. Perspectivas para 2014

Em 2013, o Parfor conseguiu alcançar a meta de 70.000 matriculados. Os dados observados neste relatório indicam que o Programa está contribuindo para dar oportunidade de formação superior aos professores em serviço.

Segundo Relatório de Avaliação do Parfor presencial e a distância, elaborado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bernardete A. Gatti por solicitação da Capes, em 2012<sup>4</sup>, *“Pelos análises empreendidas há um esforço reconhecível por parte das instituições em realizar um trabalho adequado, tanto no programa PARFOR, como nos cursos oferecidos a distância dentro da proposta UAB. (...) Constata-se esforço e engajamento, tanto institucional como na implementação dos currículos, na direção de atingir profissionais e estudantes que teriam dificuldades de diversas ordens em realizar sua formação em nível superior não fossem essas modalidades de oferta.”* (Gatti, 2012)

As previsões de aposentadorias e o déficit de professores, em especial nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia, reforçam a necessidade de incremento a políticas e programas de formação docente. Assim, o contexto sinaliza a importância de manutenção do Parfor e a necessidade de sua ampliação na modalidade a distância para alcançar o professor onde ele estiver.

Os dados deste Relatório mostram que o Parfor se afirma como ação importante para a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior dos docentes em serviço, especialmente nos municípios do interior do País, em uma política de redução das assimetrias regionais sintonizada com as macropolíticas do Governo Federal.

No entanto, ainda há muito que avançar. Assim, para 2014, a DEB pretende realizar as seguintes ações:

- Identificar o número de professores sem formação superior por CPF e a rede de sua lotação, com a finalidade de articular com os Fóruns uma oferta de cursos e vagas qualificada para 2015;
- Solicitar ao Conselho Nacional de Educação a elaboração de orientações sobre o processo de certificação e habilitações para a Segunda Licenciatura e turmas ofertadas por meio de programas emergenciais;
- Ampliar a participação dos alunos do Parfor nos programas de cooperação internacional;
- Estimular a articulação do Parfor com os demais programas da DEB, em especial o Life, Pibib, Prodocência e Observatório da Educação;
- Realizar uma reunião técnica com os Fóruns para aperfeiçoar as ações do programa;
- Ampliar o número de matriculados para 75.000 alunos.
- Aplicar questionário *on line* para os professores alunos do Parfor, utilizando o *Google Drive*. O questionário irá subsidiar uma avaliação qualitativa do programa.

---

<sup>4</sup> Projeto de Cooperação Técnica MEC/UNESCO “Fortalecimento das Políticas de Valorização e Profissionalização Docente” (nº. 914BRZ1127), realizado por um grupo de especialistas orientados pela pesquisadora Bernardete Angelina Gatti. Foi elaborado um documento contendo a análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Artes, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Letras e Matemática do Parfor, nas modalidades presencial e a distância. O estudo foi realizado a partir de uma amostra de cursos, selecionados por modalidade e critérios que abrangeram a distribuição regional dos cursos, número de turmas e matrículas. Analisaram-se aspectos ligados à Estrutura Curricular dos cursos, à distribuição proporcional das horas destinadas às disciplinas.

Para concluir, ressalte-se que embora o caráter emergencial do Parfor seja o de ampliar o acesso dos professores em exercício à formação inicial, observa-se sua ação vem se afirmando como espaço de produção de conhecimento e inovação educacional e, principalmente, como estratégia de atualização e preparação dos professores da educação básica para atuarem na escola e no mundo complexo do século atual.

### 3. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos



**H**á um conjunto de programas em que a DEB atua não como gestora nem protagonista, mas como apoiadora ou parceira de outras diretorias da Capes ou outros órgão do MEC, sempre que demandado. Na sequência, apresentam-se algumas dessas parcerias.

#### 3.1. Programa de Apoio a Eventos no País – Paep

O Programa de Apoio a Eventos no País – Paep está sob responsabilidade da Diretoria de Bolsas no País – DPB e visa impulsionar a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, por meio da concessão de auxílio financeiro às comissões organizadoras.

Na origem, o programa era voltado apenas a eventos de pós-graduação. A partir de 2010, o edital passou a contemplar também instituições que trabalham com formação de docentes da educação básica.

Importa ressaltar a sinergia do Paep com outros programas da DEB, em especial, Pibid e Observatório da Educação. O crescimento do Pibid, por exemplo, tem gerado seminários de âmbito estadual, regional e nacional ou grandes eventos que unem áreas de conhecimento, com o apoio do Paep.

Já no primeiro ano de acolhimento de propostas de educação básica, a demanda por eventos relacionados à educação básica surpreendeu. Em 2010 foram homologadas 76 propostas com estimativa de público de 143.488 pessoas; em 2011, foram acolhidos 122 pedidos, com alcance potencial de 162.620 pessoas; em 2012, 133 eventos foram recomendados e em 2013, 224.

#### 3.2. Britannica on line

Em colaboração com a Coordenação-Geral do Portal de Periódicos, a DEB articulou o projeto *Britannica on line*, um portal para crianças de seis a onze anos, que cursam o ensino fundamental. Essa proposta sinaliza uma abertura do Portal de Periódicos a professores da educação básica.

Em 2013, a DEB continuou atuando em parceria com o Portal de Periódicos, buscando o aperfeiçoamento contínuo do projeto e motivação para o uso do [Portal](http://escola.britannica.com.br/). (<http://escola.britannica.com.br/>)

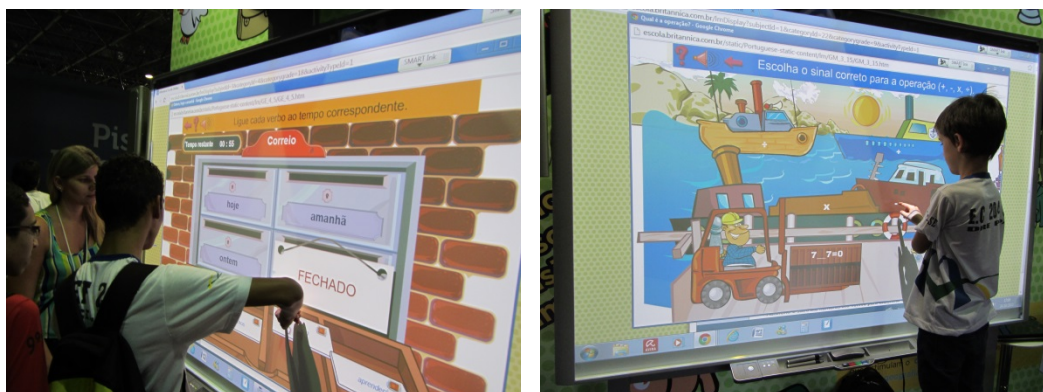


Figura 21. Portal Britannica on Line, no stand da Capes, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013

### **3.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação**

Em 11 de julho de 2012, data do aniversário da Capes, foram lançados três volumes da Revista Brasileira de Pós-Graduação que tratam da relação pós-graduação/educação básica.

Os textos mostram como os programas coordenados pela DEB, mesmo em um espaço de tempo curto, estão realmente promovendo a aproximação entre pós-graduação e educação básica, além de gerarem produção de conhecimento e disseminação de boas práticas. As obras sinalizam, também, o potencial de impacto e de aceitação da nova missão da Capes: a formação de professores da educação básica.

- **RBPG 16**

Trata da articulação entre a pós-graduação e a educação básica e abre espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes, como também para a discussão dos desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização do docente; e promove a inserção da temática em círculos nacionais especializados.

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 1**

O Suplemento 1 aborda o tema "Políticas Públicas e Diversidade Cultural", engloba 11 artigos apresentados em duas seções: "Políticas, Sociedade e Educação" e "Diversidade Cultural: Educação Indígena".

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 2**

O Suplemento 2 da RBPG destaca o tema "Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência", e apresenta 11 artigos organizados em duas seções: "Ensino de Ciência e da Matemática: formação e práticas" e "PIBID: experiências e reflexões".

Volumes encontrados em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/>

### **3.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI**

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) é gerenciado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A DEB atuou em algumas reuniões no Brasil e em Portugal e na contratação de uma avaliação externa do programa, atuando como parceira sempre que demandada.

Os dados do PLI são encontrados na DRI.

### **3.5. Estratégias de Comunicação**

Desde 2009, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social – ACS, da Capes, a DEB buscou ampliar sua estratégia de comunicação com seus parceiros. Assim, complementou o tradicional envio de documentos impressos com a comunicação *on line* direcionada a reitorias, pró-reitorias, dirigentes municipais e estaduais, com foco especial na Undime e Consed, e a potenciais parceiros e formadores de opinião. Em decorrência dessa ampliação, cresceu a submissão de propostas aos editais, como mostram os dados em cada programa.

Em 2012 e 2011, novas marcas e banners foram criados, para sinalizar uma revitalização dos programas e promover sua divulgação em eventos científicos e educacionais.

A parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime tem levado a DEB a participar dos eventos desses dois indispensáveis parceiros nos programas de formação e valorização de professores da educação básica.

### **3.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**

Desde 2010, por iniciativa da DEB, a CAPES conquistou um espaço na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI.

Em 2013, a DEB esteve presente ao longo de todo o evento. O stand da Capes destacou-se graças ao apoio do Prof. Dr. Eloi Teixeira César, diretor do Centro de Ciências da UFJF, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e coordenador do programa Novos Talentos. Os equipamentos financiados pelo programa, com as orientações da equipe do prof. Eloi e de servidores da Capes foram um incentivo às crianças e jovens que circularam nos pavilhões da feira.



**Figura 22. Fotos do stand da Capes na SNCT 2013**

### **3.7. Parceria DEB - FNDE**

Em 2011, a DEB procurou a Secretaria Executiva do MEC e o FNDE, solicitando que os mesmos equipamentos que fossem distribuídos nas escolas de educação básica da rede pública fossem também enviados aos cursos de formação de professores.

A estratégia visa assegurar que os professores, em especial os participantes do Parfor e do Pibid, saibam, desde seu processo de formação, operar e utilizar pedagogicamente esses recursos didáticos que contribuem para tornar mais lúdico, contemporâneo e efetivo o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, evita-se cobrar do professor o uso de recursos e metodologias que não estiveram presentes em sua formação e garante-se que os investimentos do MEC nas escolas públicas sejam aproveitados pelos alunos e professores.

Sensível à questão, a Secretaria Executiva autorizou e o FNDE repassou, em 2012, para as instituições públicas participantes do Parfor e do Pibid dois computadores interativos do Proinfo por IES.

Em 2013, coleções do Catálogo Raisonée, de Cândido Portinari também foram enviadas, incluindo os Lifes. A parceria precisa ser estendida ao programa de tablets, ao Programa Nacional de Biblioteca Escolar e Programa Nacional do Livro Didático, buscando sinergia entre a formação e a prática do professor da escola pública.



#### 4. Acompanhamento e Avaliação dos Programas

**A**lém das tradicionais atividades de análise de relatórios parciais e de cumprimento de objeto, a DEB adota como forma de acompanhamento dos programas que fomenta visitas *in loco*, atendimento por email e telefonemas, orientações por webconferência, participação em eventos locais, estaduais, regionais e a realização de seminários nacionais. Ademais, a DEB colocou-se a atribuição de buscar apoio para o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das ações que executa com o propósito de:

- acompanhar e avaliar quantitativa e qualitativamente os programas;
- conhecer e dar visibilidade às produções de cada instituição;
- oferecer um espaço de compartilhamento de experiências, materiais educacionais e boas práticas;
- permitir às instituições autoavaliação e benchmarking;
- integrar programas e ações;
- ampliar o diálogo interinstitucional;
- aperfeiçoar os indicadores educacionais dos programas.

Em 2010-2011, a DEB já havia feito uma pré-proposta no Moodle. Todavia o crescimento dos programas e do número de usuários potenciais levou os especialistas em TI a desaconselharem o uso do Moodle, dadas suas limitações. A imagem a seguir ilustra a página inicial do ambiente.



**Figura 23. Imagem do ambiente Comunidades no Moodle.**

Em 2012, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI sugeriu a migração para a plataforma Google, de modo a facilitar o acesso de todos os parceiros. A navegabilidade e o uso da nuvem na Internet levaram a essa sugestão e iniciou-se o processo de migração do Moodle para o Google.

No entanto o trabalho ainda não pode ser completado. O desafio atual é receber o apoio da DTI para possibilitar o uso do portal Comunidades pelos servidores e gerentes da DEB e

pelos coordenadores, bolsistas e demais participantes diretos e indiretos dos programas, concretizando, assim, os objetivos que levaram à sua construção.

Com a consolidação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação de seus programas, a DEB poderá integrar suas ações, ampliando seu alcance, gerando sinergia e promovendo impactos educacionais positivos na educação brasileira.

A logomarca que identifica o Portal Comunidades, sugere o mapa do Brasil com um conjunto de objetos que representam os diversos programas da Capes, gerando um movimento dinâmico de renovação da formação de professores da educação básica.



Figura 24. Logomarca do Portal Comunidades, no Google



Figura 25. Portal Comunidades: página inicial



**Figura 26. Portal Comunidades: estatística de produções postadas**

#### **4.1. Avaliação de Riscos frente aos objetivos estratégicos**

Nas demandas dos órgãos de controle, solicita-se que as diretorias apresentem suas estratégias de atuação para minimizar riscos e otimizar recursos para atingir os objetivos estratégicos do órgão.

A DEB atua da seguinte forma no tocante à avaliação de riscos:

- Avaliação Preliminar:

A Avaliação Preliminar é primeira etapa no processo de elaboração de políticas públicas. A DEB analisa as bases de dados do INEP, principalmente as que tratam (1) da formação de professores, (2) o Censo Escolar; (3) os dados do ENADE e do IGC; (4) a evolução do IDEB; e (5) as matrículas e conclusões nos cursos de licenciatura.

Além disso, examinam-se as alterações na LDB, as normas, as políticas e os programas do MEC relacionados com formação de professores. Nesse aspecto, a Lei 12.796/2013, o Ensino Médio Inovador, a Escola de Tempo Integral e as metas do PNE – Plano Nacional da Educação sinalizam a necessidade de ampliação do número de professores e de investimento na melhoria de qualidade da formação de docentes.

As tendências de taxas de aposentadoria de professores e a atração de novos profissionais são também acompanhadas pela DEB.

As boas práticas encontradas no Brasil e a compreensão e o conhecimento de experiências exitosas de outros países – visto que o tema da formação docente é hoje uma preocupação global – também colaboram para a definição da agenda da DEB.

Essa avaliação preliminar do cenário possibilita à DEB documentar evidências e fatos que a levem ao desenho de programas que respondam às atribuições da Capes em harmonia com o contexto legal, técnico e político do setor Educação, minimizando riscos e vulnerabilidades no desenho da programação a ser desenvolvida.

Um indicador de sucesso dessa Avaliação Preliminar é o crescimento do número de instituições de ensino superior (IES) formadoras que são parceiras da DEB: de 43 em 2009, para 311 em 2013. Ou seja, a agenda proposta tem sido acolhida pela comunidade acadêmica. Dessas 311, muitas participam de mais de um programa, o que significa a assinatura de convênios e instrumentos similares com 1.036 grupos que atuam nas IES com formação de professores. Outro exemplo é o aumento do número de concessões: o Pibid já

é o segundo maior programa de bolsas da Capes. Com a implementação das 90.254 bolsas em 2014, passará a ser o maior.

A Capes mantém intenso diálogo com as IES, em especial com as pós-graduações, com as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa. A DEB ampliou esse diálogo incluindo pró-reitorias de graduação e extensão, Fóruns Estaduais de Formação Docente, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, entidades e associações ligadas ao magistério e instituições formadoras de opinião.

- Avaliação de processo:

Além das atividades relatadas no primeiro parágrafo deste capítulo, o acompanhamento contínuo dos programas e dos projetos e a avaliação das frequências de ocorrências levam a DEB a propor um conjunto de ações que resolvem situações, previnem problemas, evitam a vulnerabilidade e mitigam riscos. Nesse contexto, a DEB liderou a redação da Lei nº 12.695/2012 e elaborou, em conjunto com a DED, a proposta de normatização das bolsas de educação básica da Capes.

A diretoria trabalha constantemente na intensificação da comunicação com os beneficiários de seus programas e projetos visando melhorar os controles dos recursos repassados e a repassar. Uma ferramenta que tem permitido a aproximação DEB/beneficiários é o uso do Google Drive cujos formulários têm mostrado excelentes resultados. Por meio dessa ferramenta, são enviados aos beneficiários da DEB questionários nos quais são pesquisadas questões referentes ao desenvolvimento dos programas, aos recursos disponíveis – utilização/ percentual de execução, necessidades futuras etc. Essa estratégia de controle tem permitido acompanhar resultados, estabelecer um melhor fluxo de caixa dos recursos, evitar a devolução de recursos não aplicados pelos beneficiários ao final do ano fiscal e monitorar aqueles que estão com dificuldades de implementar os programas e projetos, e, nesse caso, intervir de forma preventiva.

- Avaliações externas.

Outro mecanismo que tem mostrado bons resultados são as avaliações externas dos programas implementados pela DEB. Uma amostra de turmas do Parfor teve seus projetos pedagógicos avaliados por meio de consultores da UNESCO no ano de 2012.

Em 2013, foi realizada uma avaliação quanti e qualitativa do Pibid, por consultores da Fundação Carlos Chagas, especialistas em formação de professores. A base do trabalho foram aproximadamente 20.000 formulários de respostas enviados, por meio do Google Drive, pelos beneficiários do programa (coordenadores, supervisores e bolsistas de iniciação à docência). Além de avaliarem os resultados alcançados pelo programa, os consultores propuseram indicadores que permitirão um melhor acompanhamento técnico-pedagógico.

Destaque-se que o maior risco ao trabalho da Capes é a ausência de bons planos de carreira do magistério e as condições de trabalho em muitas escolas da rede pública. De um modo geral, os planos existentes não contemplam adequadamente o reconhecimento da formação docente e não atraem jovens para a carreira do magistério. Os programas fomentados pela Capes visam modificar as representações sociais a respeito do papel do professor da educação básica. A aproximação e o diálogo da Capes com o Consed e a Undime e com a Secretaria de Articulação dos Sistemas Educacionais, do MEC, revelam-se estratégicos para apoiar a construção de planos de carreira que valorizem o docente e sua formação.

## 5. Novos Programas em análise na DEB

**O**s programas a seguir listados estão em discussão na DEB. Alguns já poderiam estar em andamento, caso os recursos financeiros acompanhassem o crescimento da diretoria.

- **Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil:** Edital de fomento à formação de professores para a educação infantil, considerando a necessidade e as normas em vigor para a expansão da oferta.
- **Programa de Bolsa de Iniciação Júnior:** Edital de chamada a alunos do Ensino Médio para se incorporarem ao Pibid, aos Novos Talentos, às ações de formação das Olimpíadas de Matemática e Química e a outros programas, com o objetivo de atraí-los para a docência e a ciência, a partir de ações de monitoria orientada pelos participantes dos programas citados.
- **Programa Residência Docente:** Expansão do projeto-piloto do Colégio Pedro II a Colégios de Aplicação e outras instituições de referência na Educação Básica. Essa ação insere-se na tendência atual de acompanhar e orientar o professor nos anos iniciais da carreira, etapa em que acontece alto percentual de abandono. A exemplo da residência médica, o programa é indutor da permanência na carreira e de formação continuada do professor, a partir de ações concretas e transformadoras do processo de ensino e aprendizagem.
- **Programa Escolas Afilhadas** – Consiste na adoção de escolas da rede pública de educação básica por programas de Pós-Graduação, especialmente em áreas de Física, Química, Matemática e em outras onde há falta de professores. Reconhecimento do trabalho dos programas de pós na Avaliação Trienal.
- **Programa de Complementação Pedagógica, *on line***, em rede nacional, para bacharéis e profissionais já formados (engenheiros, químicos, médicos, economistas...) que queriam dar aulas em escolas públicas de ensino médio. O curso combinaria a formação *on line* com a prática nas escolas, concomitantemente. A formação deve trazer temas inovadores, como a contribuição da neurociência para a compreensão dos adolescentes e dos jovens, uso qualificado das TICs na educação e outros. A elaboração dos módulos seria feita por nomes nacionalmente reconhecidos.
- **Programa de Fomento a Projetos Escolares** – Edital para seleção de propostas de escolas públicas de educação básica, organizadas individualmente ou em rede, para apoio à realização de projetos que se configurem como um conjunto de ações intencionalmente planejadas, com caráter pedagógico, científico ou cultural, visando alcançar objetivos educacionais para o coletivo da escola.

Essas e outras propostas serão debatidas e construídas com o CTC – EB e dependem de recursos adicionais e novos servidores.

## 6. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013

O orçamento da DEB vem crescendo a cada ano, como se observa na tabela a seguir.

**Tabela 24. Evolução da Execução Orçamentária da DEB**

Ano	Execução DEB (R\$)	Dif( t=1,t)	Crescimento (t,t+1)
2009	44.811.805,39		
2010	178.967.895,29	134.156.089,90	299,38%
2011	283.190.183,90	104.222.288,61	58,24%
2012	439.807.162,10	156.616.978,20	55,30%
2013	500.798.764,92	60.991.602,81	13,87%

Em 2013, em função do contingenciamento orçamentário e recolhimento de recursos com PI detalhado, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento da DEB. Em face dessa situação, muitos programas não puderam ser implementados em sua plenitude e alguns não chegaram a ser iniciados.

Nos principais programas da DEB foram investidos:

**Tabela 25.. Recursos investidos na DEB - Período 2009-2013**

DEB*	2009	2010	2011	2012	2013	Totais
Parfor	12.394.341,09	70.914.408,33	110.987.220,82	162.895.436,02	171.919.765,09	529.111.171,35
Pibid	20.041.950,00	80.398.941,22	138.597.928,92	219.084.614,74	287.900.596,63	746.024.031,51
Obeduc	8.195.310,63	5.851.075,25	18.863.568,37	16.676.004,54	22.687.483,34	72.273.442,13
Prodocência	4.180.203,67	6.729.426,08	2.431.199,85	2.470.474,44	36.200,00	15.847.504,04
Novos Talentos	-	7.788.894,45	2.798.072,00	4.330.579,63	3.265.992,04	18.183.538,12
Projetos Especiais	-	6.329.639,03	9.512.193,94	15.664.809,77	14.133.778,29	45.640.421,03
Life	-	-	-	14.314.025,20	0,00	14.314.025,20
Outras despesas (AAE, diárias, passagens etc)	-	955.510,93	-	4.371.217,76	854.949,53	6.181.678,22
<b>Totais</b>	<b>44.811.805,39</b>	<b>178.967.895,29</b>	<b>283.190.183,90</b>	<b>439.807.162,10</b>	<b>500.798.764,92</b>	<b>1.447.575.811,60</b>

\* Os totais não incluem os valores inscritos em restos a pagar não processados.

### • Breve histórico das Ações Orçamentárias

Na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o período de 2009 a 2011, o Programa que ancorou o trabalho da DEB foi o 1448- Qualidade na Escola. Nele, estavam incluídas a Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid; a Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica e a Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, todas sob responsabilidade da CAPES/DEB.

Em 2009, a Ação 6333 foi executada pelo FNDE, mas a partir de 2010, a CAPES tornou-se a unidade gestora dessa ação utilizada na execução dos recursos de custeio do Parfor. A Ação 20CY – Cooperação Internacional para a Educação Básica - cabe à DRI.

No Programa 1061, Brasil Escolarizado, Ação 0A30, foram pagas as bolsas do Parfor.

No Programa 1449, Estatísticas e Avaliações Educacionais, a Ação 4000 foi utilizada pelo INEP para repassar os recursos de custeio do Observatório da Educação – OBEDUC em editais que são fruto da parceria CAPES/INEP.

No Programa 1375, Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, por meio da Ação 4019, que está sob responsabilidade da DPB, custearam-se Editais do Programa Projetos Especiais - **Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Olimpíadas Científicas** – e recursos de capital para o Observatório da Educação.

**Tabela 26. DEB: Programas e Ações do Orçamento, 2009-2011**

<b>Programa 1448 – Qualidade na Escola</b>
• 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid
• 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
• 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
• 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos profissionais da Educação Básica
<b>Programa 1061 - Brasil Escolarizado</b>
• 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
<b>Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais</b>
• 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais
<b>Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica</b>
• 4019 – Fomento à Pós-Graduação

O PPA 2012 – 2015 trouxe alterações significativas em relação à estrutura adotada pelos planos plurianuais anteriores. Na nova lógica proposta, o Plano Plurianual não deveria espelhar o orçamento, mas sim ser um instrumento de formulação, gestão e implementação das políticas públicas. Para a operacionalização do plano, diversas Ações orçamentárias de órgãos federais foram fundidas e agrupadas em Programas temáticos que reuniram políticas públicas afins. Isso levou a uma redução significativa no número de Ações.

No âmbito da Capes, as ações voltadas à educação básica e que operacionalizam o trabalho da DEB e da DED, foram ancoradas pelo **Programa 2030- Educação Básica**, por meio das Ações **20RO** – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica – e **20RJ** – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Na sequência, são apresentadas informações orçamentárias referentes ao período de 2008 a 2013.

#### **a) Ano de 2008**

Como já informado, na gestão 2007-2008, não foram feitos investimentos, conforme indica extração do SIAFI, atualizado em: 31/12/2008 às 17:31:18 h, a seguir.

**Tabela 27. Investimentos DEB em 2008**

PT Projeto/Atividade	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (LEI)	Créditos Suplementares	Créditos Reduzidos	Dotação Autorizada	Empenhado	Destques Concedidos	Empenho Liquidado	Empenho a Liquidar	Crédito Disponível
009U - CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00
		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00

**b) Ano de 2009**

No ano de 2009, a redação do orçamento não atendia adequadamente ao trabalho da diretoria. Somente o Pibid possuía recursos alocados na Capes; Prodocência e Observatório da Educação recebiam recursos descentralizados da SESu e INEP, respectivamente. Para viabilizar a operacionalização dos Programas Prodocência, Novos Talentos, Observatório da Educação e os Projetos Especiais, em 2010, depois de inúmeros esforços junto à Subsecretaria de Planejamento e Gestão do MEC, foi incluída a ação 20CV que permitiu à DEB assumir, com recursos próprios, os referidos programas. A medida deu mais visibilidade aos recursos aplicados.

Em 2009, a DEB investiu os recursos a seguir indicados, por programa.

**Tabela 28. Investimentos DEB em 2009.**

DEB – Execução 2009	R\$
Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor	12.394.341,09
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid Edital 2007	20.041.950,00
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência*	4.180.203,67
Programa Observatório da Educação - Edital 2006**	1.269.501,05
Programa Observatório da Educação - Edital 2008**	4.230.122,38
Programa Observatório da Educação Escolar Indígena	2.695.687,20
Total executado em 2009	44.811.805,39

\* Inclui repasse da SESu/MEC, parceira do programa.

\*\* Inclui repasse do INEP, parceiro do programa.

**c) Ano de 2010**

Em 2010, a DEB executou programas com recursos das Ações 009U e 20CV e das Ações da CAPES 0A30 e 6333. Contou, também, com recursos descentralizados do INEP e da SECAD para o Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena. O FNDE foi parceiro no pagamento das bolsas e custeio do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, referentes ao ano de 2010.

**Tabela 29. Investimentos DEB em 2010**

Programa	Ação	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	% Execução
1448	009U	111.462.000,00	80.398.941,22	72,13%
1448	20CV	49.860.000,00	32.788.477,97	65,76%
1448	6333	15.554.200,00	7.780.476,10	50,02%



1061	0A30	58.000.000,00	58.000.000,00	100,00%
	Total	234.876.200,00	178.967.895,29	66,73%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

\* Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos editais: Novos Talentos, Prodência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Observações sobre o pagamento do capital do Observatório da Educação:

- 1) O capital do Observatório da Educação foi pago na ação 4019, pois não houve liberação de cota financeira na 20CV no final do ano de 2010;
- 2) Capital do Observatório da Educação pago na 4019 - Despesa Empenhada - R\$ 628.432,25, Despesa Liquidada - R\$ 560.832,25, Valor Pago - R\$ 491.125,25, Empenho a liquidar - R\$ 67.600,00;

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados nos programas da DEB, em 2010.

**Tabela 30. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2010.**

Ação	Programa DEB	Despesas Empenhadas
20CV	Projetos Especiais - Bolsas	58.100,00
20CV	Projetos Especiais - AUXPE	843.721,00
20CV	Projetos Especiais - Fomento	5.427.818,03
	<b>Projetos Especiais - Total</b>	<b>6.329.639,03</b>
20CV	Prodência - AUXPE	4.715.687,55
20CV	Prodência - Fomento	517.287,44
20CV	Prodência - Convênios (Capital)	1.496.451,09
	<b>Prodência - Total</b>	<b>6.729.426,08</b>
009U	Pibid - Bolsa	68.693.201,04
009U	Pibid - AUXPE	6.224.825,68
009U	Pibid - Fomento	2.118.649,50
009U	Pibid - Convênios	3.362.265,00
	<b>Pibid - Total</b>	<b>80.398.941,22</b>
20CV	Observatório da Educação - AUXPE	1.815.754,69
20CV	Observatório da Educação Indígena - AUXPE	3.406.888,31
20CV	Observatório da Educação - AUXPE (Capital)	628.432,25
	<b>Observatório da Educação - Total</b>	<b>5.851.075,25</b>
20CV	Novos Talentos - AUXPE	7.788.894,45
	<b>Novos Talentos - Total</b>	<b>7.788.894,45</b>
20CV	Despesas diversas (AAE e outros)	955.510,93
	<b>Despesas Diversas - Total</b>	<b>955.510,93</b>
20CV	Parfor - Convênios (Capital)	5.133.932,23
0A30	Parfor Bolsas	58.000.000,00
6333	Parfor - Fomento	987.094,36
6333	Parfor - Convênios	6.793.381,74
	<b>Parfor - Total</b>	<b>70.914.408,33</b>
	<b>Total geral</b>	<b>178.967.895,29</b>

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

- **Sobre a execução em 2010**

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U - R\$ 111.462.000,00 -, foram empenhados R\$80.398.941,22, o que representou 72,13%.

Os valores não executados nessa Ação referem-se a bolsas e custeio de instituições de educação superior - IES que atrasaram o início dos trabalhos, seja devido ao período eleitoral, seja por questões de articulação com as secretarias de educação e com as escolas que recebem os bolsistas do Pibid. Entre as 33 instituições comunitárias que foram aprovadas pela Comissão que avaliou os projetos, seis tiveram pendências com a União e não puderam firmar convênio. É importante ressaltar que a CAPES somente repassa os recursos quando todos os documentos obrigatórios estão devidamente assinados e entregues. Com todos esses fatores, os recursos de AUXPEs, convênios e bolsas não começam a ser pagos de forma simultânea. Esses lapsos de tempo, que fogem à governabilidade da CAPES, geram uma perda de execução orçamentária.

Há que se considerar que o Pibid é um programa novo (o Edital de 2007 começou efetivamente a ser pago em 2009) e já representa o segundo maior volume de recursos para bolsas da CAPES. Ressalte-se, ainda, que na graduação muitos professores não tinham experiência de trabalho com a CAPES, tendo sido o Pibid seu primeiro projeto institucional fora do âmbito da docência. Esta Diretoria considera que a experiência adquirida nesses dois anos pelas 124 IES participantes e o trabalho de padronização de procedimentos técnico-administrativos deve contribuir para elevar a tempestividade da execução orçamentária em 2011.

A Ação 20CV começou a ser utilizada em 2010 e sua finalidade é "*Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica*". Nessa Ação incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB.

A dotação autorizada foi de R\$49.860.000,00. Por solicitação da DEB, uma parte do recurso de custeio foi remanejada para capital (R\$ 10.160.000,00). Somente em outubro foi confirmado esse remanejamento. Segundo dados extraídos do SIAFI, em 10 de janeiro de 2011, foram empenhados R\$ 32.788.477,97, um percentual de 65,76%. Como os editais do Prodocência, Observatório da Educação e Novos Talentos só puderam ser publicados em meados do ano e os resultados foram divulgados em outubro, houve uma retenção dos recursos, com início dos pagamentos acontecendo no final do ano. Em alguns casos, as instituições atrasaram o envio da documentação e não chegou a ser firmado o convênio em 2010 (por exemplo, as 14 instituições estaduais e 3 municipais do Prodocência). Esses fatos geraram impacto na execução orçamentária.

Considerando-se que a 20CV é uma Ação orçamentária nova; que os programas estão em consolidação e expansão; que já existe o desdobramento de recursos de custeio e capital, a equipe gestora da DEB julga que o percentual de 65,76% alcançado em 2010 será fortemente ampliado em 2011. Fundamentam esse julgamento os resultados qualitativos que os programas fomentados por essa Ação estão alcançando no contexto educacional e os processos de padronização de procedimentos técnico-administrativos em andamento na DEB.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2010 foi de R\$ 5.133.932,23 - foi pago na Ação 20 CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada foi de R\$ 15.554.200,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 7.780.476,10, representando uma execução de 50,02%.

Em relação à baixa execução verificada na ação 6333, relativa à execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), cabe destacar:

- Os cursos de licenciatura do Parfor são destinados aos professores em exercício das redes públicas da educação básica sem formação inicial adequada à LDB/1996. A projeção de ofertas de vagas em cursos especiais presenciais, para previsão de fomento dos cursos pela CAPES/MEC, foi superestimada por várias Instituições de Ensino Superior (IES) formadoras. Os planos estratégicos da formação inicial, tomados como base pelas IES e elaborados pelos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente, apresentam imprecisões e omissões nas demandas, pela ausência de dados confiáveis nos sistemas de ensino, estaduais e municipais, ou por terem como informação principal os dados do Educacenso/INEP, também imprecisos.
- A pré-inscrição dos candidatos aos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, sistema informatizado criado pelo MEC para a gestão dos cursos do Parfor. As pré-inscrições dos professores devem ser validadas pela Secretaria de Educação do respectivo sistema de ensino, para envio posterior das inscrições às IES, realização dos processos seletivos e eventual matrícula. A conjugação desses fatores - pré-inscrição, validação e seleção - gera divergências entre as metas físicas - estimada e executada.

A DEB trabalha para superar os problemas apresentados, com um diagnóstico extenso das várias atividades do Parfor. Entre as medidas tomadas e previstas estão a preparação e emissão de documentos normativos, a promoção de reuniões de orientação na CAPES e nos estados, visando melhorar a articulação com os Fóruns Estaduais, IES participantes e Secretarias de Educação.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 58.000.000,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 58.000.000,00, representando uma execução de 100,00%.

#### d) Ano de 2011

Em 2011, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 009U, 20CV e 6333. Também foram utilizadas outras Ações da CAPES - 0A30 e 4019 – no fomento de suas atividades. Contou, também, com recursos descentralizados pelo INEP por meio da Ação 4000 para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2011.

**Tabela 31. Investimentos da DEB em 2011**

PROGRAMA	AÇÃO	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos	% Execução
1448	009U	145.061.654,60	144.972.858,28	99,94%
1061	0A30	80.000.000,00	77.617.300,00	97,02%
1448	20CV	27.653.663,40	26.733.477,65	96,67%
1448	6333	27.500.000,00	25.366.575,38	92,24%
1375	4019	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%
1449	4000	4.500.000,00	4.499.972,59	100,00%
<b>Total</b>		<b>288.715.318,00</b>	<b>283.190.183,90</b>	<b>98,09%</b>

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

A dotação inicial da ação 009U foi de R\$ 178.531.624,00. Desse total foram contingenciados, ainda no início de 2011, R\$ 10.000.000,00, restando uma dotação de R\$ R\$ 168.531.624,00. Em agosto/2011 foi solicitado um remanejamento de recursos entre as ações da DEB – a ação 009U cedeu R\$ 23.469.969,40, sendo que a ação 20CV receberia R\$ 11.369.969,40 e a 6333 receberia R\$ 12.100.000,00. Síntese abaixo:

**Tabela 32. Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB**

Ação	Dotação Atualizada (R\$)	Total do Repasse da Ação Doadora (R\$)	Decreto (10% do Total da Ação Receptora) (R\$)	Projeto de Lei (R\$)	Dotação Pós-Remanejamento (R\$)	Dotação Remanejada com Cota Orçamentária para Execução (R\$)
009U	168.531.624,00	23.469.969,40			145.061.654,60	145.061.654,60
20CV	25.139.694,00		2.513.969,40	8.856.000,00	36.509.663,40	27.653.663,40
6333	25.000.000,00		2.500.000,00	9.600.000,00	37.100.000,00	27.500.000,00

O remanejamento solicitado por decreto foi liberado dentro do exercício de 2011 e executado nas ações 20CV e 6333. No entanto, o restante do remanejamento de recursos que ocorreria por meio de Projeto de Lei só ocorreu em 27/12/2012 e não foi disponibilizada cota orçamentária para que as ações receptoras do recurso, ações 20CV e 6333, pudessem executá-los. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 009U o valor de R\$ 145.061.654,60, na ação 20CV o valor de R\$ 27.653.633,40 e na ação 6333 o valor de R\$ 27.500.000,00.

Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos últimos editais realizados: Novos Talentos, Prodocência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

A ação 4000 não está sob responsabilidade da DEB. Por meio desta ação, o INEP repassou à CAPES recursos de custeio no valor de R\$ 4.500.000,00 que foram utilizados para o pagamento de despesas de projetos do Programa Observatório da Educação, edições 2008 e 2010, que são fruto da parceria CAPES/INEP.

Os recursos executados no valor de R\$ 4.000.000,00 na Ação 4019 foram aplicados no financiamento dos projetos selecionados por meio dos Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas. Quando foi firmada a parceria CAPES/CNPq/FNDE para o apoio aos referidos editais foi acordado que a CAPES apoiaria o primeiro edital com R\$ 1.000.000,00 e o segundo com R\$ 3.000.000,00 por meio da Ação 20CV. O FNDE contribuiria com iguais valores para cada edital. No entanto, depois de publicado o edital, o FNDE teve problemas com a liberação de recursos em rubrica compatível com o repasse de recursos ao pesquisador. Visando resolver a questão, a CAPES financiou ambas as partes. Dessa forma, a CAPES repassou um valor total correspondente a R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de Reais) para a chamada nº 25/2011, de apoio à realização de Feiras de Ciências (R\$ 3.000.000,00 da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019) e um valor equivalente a R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais) para a chamada nº 24/2011, de apoio a Olimpíadas Científicas (R\$ 1.000.000,00 por meio da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019).

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2011.

**Tabela 33. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2011**

Ação	Programa DEB	PI	Empenhado	Destaques concedidos	Empenhado + destaques concedidos
20CV	NT	Novos Talentos - AUXPE	2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
<b>Novos Talentos - Total</b>			<b>2.798.072,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.798.072,00</b>
20CV	Obeduc	Obeduc - Graduação	6.773.130,00	0,00	6.773.130,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Doutorado	1.445.400,00	0,00	1.445.400,00
20CV	Obeduc	Obeduc -Mestrado	2.856.000,00	0,00	2.856.000,00
20CV	Obeduc	Obeduc -AUXPE	713.666,50	0,00	713.666,50
20CV	Obeduc	Obeduc - Indígena - AUXPE	2.575.399,28	0,00	2.575.399,28
4000	Obeduc	Obeduc -AUXPE (INEP)	4.499.972,59	0,00	4.499.972,59
<b>Obeduc- Total</b>			<b>18.863.568,37</b>	<b>0,00</b>	<b>18.863.568,37</b>
6333	Parfor	Parfor - Fomento	1.655.536,49	12.298.204,11	13.953.740,60
6333	Parfor	Parfor - Convênios	11.412.834,78	0,00	11.412.834,78
009U	Parfor	Parfor - Fomento	0,00	6.374.929,36	6.374.929,36
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	0,00	37.610.100,00	37.610.100,00
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	40.007.200,00	0,00	40.007.200,00
20CV	Parfor	Parfor - Fomento	13.365,00	1.476.091,08	1.489.456,08
20CV	Parfor	Parfor - Convênios	138.960,00	0,00	138.960,00
<b>Parfor - Total</b>			<b>53.227.896,27</b>	<b>57.759.324,55</b>	<b>110.987.220,82</b>
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Bolsas	557.495,00	0,00	557.495,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - AUXPE	885.049,00	0,00	885.049,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais Fomento	0,00	4.069.649,94	4.069.649,94
4019	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Fomento (Termo de Cooperação)	4.000.000,00	0	4.000.000,00
<b>Projetos Especiais - Total</b>			<b>5.442.544,00</b>	<b>4.069.649,94</b>	<b>9.512.193,94</b>
009U	Pibid	PIBID - AUXPE	11.512.553,91	0,00	11.512.553,91
009U	Pibid	PIBID - Fomento	1.201.357,50	1.118.496,28	2.319.853,78
009U	Pibid	PIBID - Convênios	2.635.924,50	0,00	2.635.924,50
<b>Pibid - Total</b>			<b>137.479.432,64</b>	<b>1.118.496,28</b>	<b>138.597.928,92</b>
20CV	Prodocência	Prodocência - AUXPE	1.405.165,53	0,00	1.405.165,53
20CV	Prodocência	Prodocência - Fomento	729.858,27	0,00	729.858,27
20CV	Prodocência	Prodocência - Convênios	296.176,05	0,00	296.176,05
<b>Prodocência - Total</b>			<b>2.431.199,85</b>	<b>0,00</b>	<b>2.431.199,85</b>
<b>DEB 2011: Total geral</b>			<b>220.242.713,13</b>	<b>62.947.470,77</b>	<b>283.190.183,90</b>

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

- **Sobre a execução em 2011**

A execução orçamentária do exercício fiscal de 2011 foi muito superior a de 2010. Em todas as ações orçamentárias a utilização de recursos ultrapassou 90%. Esse sucesso na execução de 2011 está associado a uma melhor estruturação dos Programas Pibid e Parfor – Ações 009U, 6333 e 0A30 – e a um acompanhamento mais eficiente dos programas executados na Ação 20CV.

Nas Ações 6333 e 20CV o volume executado poderia ter sido maior, caso o remanejamento solicitado por meio de projeto de lei tivesse ocorrido em tempo hábil e tivesse vindo acompanhado da disponibilidade orçamentária (a liberação ocorreu dia 27 de dezembro de 2011). Dos R\$ 23.469.969,40 disponibilizados pela ação 009U para remanejamento, apenas R\$5.013.969,40 - remanejados por decreto - foram utilizados. O restante, que corresponde a R\$ 18.456.000,00 – R\$ 8.856.000,00 para a Ação 20CV e R\$ 9.600.000,00 para a Ação 6333 - não puderam ser utilizados.

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U – R\$ 145.061.654,60 – foram executados R\$ 144.972.858,28 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 99,94%.

Na Ação 20CV incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB. Nessa Ação são pagas despesas de custeio para todos os programas acima listados e investimentos de Capital para os programas Parfor e Prodocência.

A dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto para esta Ação foi de R\$ 27.653.663,40. Desse total foi executado R\$ 26.733.477,65 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 96,67 %.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda, o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2011 foi de R\$ 1.628.416,08 - foi pago na Ação 20CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto foi de R\$ 27.500.000,00. Desse total foram executados R\$ 25.366.575,38 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 92,24%.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 80.000.000,00. Desse total foi executado R\$ 77.617.300,00 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 97,02%.

O INEP utilizou a Ação 4000 para honrar a parceria firmada com a CAPES com o objetivo de apoiar o Programa Observatório da Educação (Editais 2008 e 2010). Dos R\$ 4.500.000,00 repassados foram executados R\$4.499.972,59, tendo uma execução próxima de 100%.

Por meio da Ação 4019, que é de responsabilidade da DPB, foram apoiados os Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas – R\$ 1.000.000,00 – e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas – R\$ 3.000.000,00. Essa Ação foi utilizada em caráter emergencial, tendo em vista que os referidos editais já tinham sido publicados quando o FNDE comunicou a impossibilidade de repassar os recursos previamente acordados. Portanto, dos R\$ 8.000.000,00 destinados aos Editais nº 24/2011 e nº 25/2011, R\$ 4.000.000,00 foram provenientes da Ação 20CV e R\$ 4.000.000,00 da Ação 4019. Face ao exposto, não se apresenta o percentual de execução da última Ação, tendo em vista que a mesma é da DPB e que inclui vários outros programas.

**e) Ano de 2012**

Em 2012, o orçamento da DEB trouxe incertezas. Uma síntese do orçamento destinado às Ações 20RJ e 20RO, que no âmbito da Capes englobam os recursos da DEB e da DED, é apresentada a seguir:

**Tabela 34. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2012**

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTACAO INICIAL (LEI)	CREDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTACAO AUTORIZADA	CRED.DE PROJETOS BLOQUEADO P/CONTROLE INTERNO	DOTAÇÃO DISPONÍVEL
20RJ	Custeio	183.942.444,00	169.331.125,00	-39.608.507,00	313.665.062,00	5.944.618,00	307.720.444,00
20RJ	Capital	15.115.979,00	16.277.634,00	0,00	31.393.613,00	7.046.732,00	24.346.881,00
<b>20RJ Total</b>		<b>199.058.423,00</b>	<b>185.608.759,00</b>	<b>-39.608.507,00</b>	<b>345.058.675,00</b>	<b>12.991.350,00</b>	<b>332.067.325,00</b>
20RO	Bolsas	503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
<b>20RO Total</b>		<b>503.914.935,00</b>	<b>154.690.109,00</b>	<b>0,00</b>	<b>658.605.044,00</b>	<b>0,00</b>	<b>658.605.044,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>702.973.358,00</b>	<b>340.298.868,00</b>	<b>-39.608.507,00</b>	<b>1.003.663.719,00</b>	<b>12.991.350,00</b>	<b>990.672.369,00</b>

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

A dotação inicial da Ação 20RJ foi de R\$ 199.058.423,00 e após receber créditos suplementares e sofrer bloqueio de créditos para controle interno resultou em recursos de R\$ 332.067.325,00. Um crescimento de 67% em relação ao orçamento definido no PLOA 2012. Esses recursos destinaram-se ao pagamento de despesas com custeio e de capital da DEB e da DED e ao pagamento das chamadas despesas administrativas, tais como passagens, diárias, dentre outras. Todas foram lançadas na Ação 20RJ.

A Ação 20RO teve uma dotação inicial de R\$ 503.914.935,00 e finalizou o ano fiscal com recursos de R\$ 658.605.044,00. Um crescimento de 31% em relação ao orçamento definido no PLOA2012. Esses recursos foram utilizados para o pagamento das bolsas da DEB e da DED.

As informações referentes às aplicações dos recursos orçamentários, que serão apresentadas em sequência, referem-se aos programas da DEB operacionalizados por meio das Ações 20RO, 20RJ, 4019 e 4000. Nas sínteses estão contabilizados apenas a aplicação de recursos realizadas pela DEB - diretoria foco deste relatório - e os recursos empenhados, descentralizados e inscritos em restos a pagar. As despesas administrativas – passagens, diárias e outras, que não puderam ser desmembradas por diretoria, não foram contabilizadas.

Em 2012, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 20RO e 20RJ e recebeu recursos da Diretoria de Programas e Bolsas – DPB para complementar recursos de capital para o LIFE. Recursos externos foram descentralizados pelo INEP para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2012.

**Tabela 35. Investimentos da DEB em 2012**

Origem Recurso	Programa	Ação	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos+ Inscritos em RP	% Execução
DEB	2030	20RO	247.692.680,00	315.487.266,87	127,37%
DEB	2030	20RJ	89.185.046,00	119.842.444,47	134,38%
DEB Total			336.877.726,00	430.958.494,34	
DPB	2032	4019	1.977.450,00	1.977.450,00	100,00%
DPB Total			1.977.450,00	1.977.450,00	
INEP	2032	4000	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00%
INEP Total			2.500.000,00	2.500.000,00	
Total Geral			341.355.176,00	439.807.161,34	128,84%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de outros setores aplicados por programa da DEB está assim distribuído:

**Tabela 36. Recursos aplicados por programa da DEB em 2012**

Programa DEB	EMPENHADO + DESCENTRALIZADO + RP NÃO PROCESSADO (R\$)					TOTAL (R\$)	% Recursos por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA			AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA			
	20RO	20RJ		4019	4000		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Capital (R\$)	Custeio (R\$)		
Pibid	198.099.682,33	19.131.399,06	1.853.533,35	0,00	0,00	219.084.614,74	50,31%
Parfor	102.769.312,00	60.011.686,68	114.437,34	0,00	0,00	162.895.436,02	37,41%
OBEDUC	13.513.827,54	207.550,00	454.627,00	0,00	2.500.000,00	16.676.004,54	3,83%
Projetos Especiais	1.104.445,00	14.560.364,77	0,00	0,00	0,00	15.664.809,77	3,60%
Life	0,00	12.336.575,20	0,00	1.977.450,00	0,00	14.314.025,20	3,29%
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	0,00	0,00	4.330.579,63	0,99%
Prodocência	0,00	2.090.283,10	380.191,34	0,00	0,00	2.470.474,44	0,57%
Total	315.487.266,87	112.668.438,44	2.802.789,03	1.977.450,00	2.500.000,00	435.435.944,34	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.



No PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R\$ 247.692.680,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, nas quais os recursos para a Ação 20RO foram contingenciados no início do ano e suplementados ao longo do ano fiscal, antes mesmo que os recursos contingenciados fossem liberados em sua totalidade, a execução orçamentária foi de R\$ 315.487.266,87, aproximadamente 127 % do valor inicial disponibilizado.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em bolsas em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2012.

**Tabela 37. Recursos da Diretoria aplicados em bolsas por Programa da DEB em 2012**

AÇÃO	PROGRAMA	EMPENHADO	RAP NÃO PROCESSADO	Recursos Empenhados + Inscritos em RP	% Bolsas Programa (R\$)/ Total de Bolsas (R\$)
20RO	PIBID	95.401.210,00	15.422.327,00	110.823.537,00	62,79%
20RO	PIBID	27.166.069,33	4.171.426,00	31.337.495,33	
20RO	PIBID	27.850.590,00	4.479.840,00	32.330.430,00	
20RO	PIBID	4.574.740,00	0,00	4.574.740,00	
20RO	PIBID	19.033.480,00	0,00	19.033.480,00	
	PIBID Total	174.026.089,33	24.073.593,00	198.099.682,33	
20RO	PARFOR	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	32,57%
	PARFOR Total	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	
20RO	Obeduc	2.094.700,00	387.600,00	2.482.300,00	4,28%
20RO	Obeduc	3.610.945,00	346.437,90	3.957.382,90	
20RO	Obeduc	1.482.876,64	132.000,00	1.614.876,64	
20RO	Obeduc	1.729.400,00	184.000,00	1.913.400,00	
20RO	Obeduc	3.222.300,00	323.568,00	3.545.868,00	
	Obeduc Total	12.140.221,64	1.373.605,90	13.513.827,54	
20RO	PE	770.320,00	0,00	770.320,00	0,35%
20RO	PE	241.100,00	57.900,00	299.000,00	
20RO	PE	25.860,00	0,00	25.860,00	
20RO	PE	9.265,00	0,00	9.265,00	
	PE Total	1.046.545,00	57.900,00	1.104.445,00	
	Total Geral	272.718.355,97	42.768.910,90	315.487.266,87	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RJ**

A Ação 20RJ deve ser vista em conjunto com a Ação 20RO que representa a concessão de bolsas. Por meio da 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas, viabilizam o dia-a-dia dos projetos institucionais. Em programas onde não há concessão de bolsas, a Ação 20RJ engloba a totalidade das atividades a serem induzidas e fomentadas. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação. Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em custeio e capital no ano de 2012.

**Tabela 38. Recursos da Diretoria aplicados em custeio e capital por Programa da DEB em 2012**

AÇÃO	PROGRAMA	PLANO INTERNO	FOMENTO	RAP NÃO PROCESSADO	RECURSOS EMPENHADOS + DESTAQUES CONCEDIDOS + INSCRITOS EM RP	% CUSTEIO E CAPITAL (R\$)/ TOTAL CUSTEIO E CAPITAL (R\$)
20RJ	PARFOR	PARFOR - AUXPE	Custeio	0,00	1.380.000,00	50,13%
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Custeio	16.388.417,13	58.631.686,68	
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Capital	51.662,50	114.437,34	
	PARFOR Total			16.440.079,63	60.126.124,02	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	95.807,81	431.849,07	17,49%
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	235.758,00	10.666.686,68	
20RJ	PIBID	PIBID - FOMENTO	Custeio	336.897,29	1.471.614,73	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Custeio	4.260.831,67	6.561.248,58	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Capital	265.280,00	1.545.382,77	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Capital	32.000,00	308.150,58	
	PIBID Total			5.226.574,77	20.984.932,41	
20RJ	PE	Projetos Especiais - AUXPE	Custeio	5.781.444,94	14.162.994,94	12,14%
20RJ	PE	Projetos Especiais- PNOQ - AUXPE	Custeio	0,00	200.000,00	
20RJ	PE	Projetos Especiais- SBF - AUXPE	Custeio	0,00	167.939,03	
20RJ	PE	Projetos Especiais- RD - INSTITUCIONAL	Custeio	12.134,80	29.430,80	
	PE Total			5.793.579,74	14.560.364,77	
20RJ	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital	399.871,85	12.336.575,20	11,93%
4019	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital		1.977.450,00	
	LIFE Total			399.871,85	14.314.025,20	
20RJ	NT	NOVOS TALENTOS - AUXPE	Custeio	0,00	4.330.579,63	3,61%
	NT Total			0,00	4.330.579,63	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Custeio	57.553,85	1.406.260,23	2,06%
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Custeio	556.470,87	684.022,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Capital	0,00	38.179,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Capital	0,00	342.011,47	
	ProdocênciaTotal			614.024,72	2.470.474,44	
20RJ	OE	Observatório da Educação - AUXPE	Custeio	40.000,00	132.550,00	2,64%
20RJ	OE	Observatório da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	25.000,00	
4000	OE	Observatorio da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	2.500.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Custeio	0,00	50.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	56.000,00	446.627,00	

20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	0,00	8.000,00	
	OE Total			96.000,00	3.162.177,00	
	Total Geral			28.570.130,71	119.948.677,47	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

#### • Sobre a execução em 2012

A execução orçamentária anual da DEB no período de 2009 a 2012 reflete o processo de consolidação pelo qual a Diretoria passa. Com uma baixa execução orçamentária em 2009, que em 2010 subiu para 66,73 %, finda o ano de 2011 num patamar superior a 98 %. Essa tendência crescente de capacidade de execução é confirmada em 2012, cuja execução foi superior a 127%.

O ritmo de crescimento da execução orçamentária no período 2009 – 2012 foi expressivo – aproximadamente 900% em quatro anos. No entanto, o crescimento dos recursos humanos que operacionalizam e fiscalizam esse montante de recursos não acompanhou essa tendência.

Em 2012, diversos programas adiaram sua implementação ou expansão em função de indefinições orçamentárias. Logo no início do ano, foi determinado o contingenciamento orçamentário que perdurou por todo o ano fiscal de 2012. Suplementações orçamentárias foram autorizadas, antes que os recursos contingenciados fossem liberados. Essa ausência de lógica orçamentária dominou o cenário por todo o ano e dificultou o planejamento das ações da Diretoria. Apesar de todas as dificuldades, a execução orçamentária da DEB pode ser considerada excelente – média superior a 127 %. Em suas ações próprias, a execução foi superior a 134,38% na 20RJ e acima de 127,37% na 20RO. Os recursos externos, recebidos de outras diretorias ou descentralizados por outros órgãos, por meio das ações 4019 e 4000, respectivamente, foram executados em sua totalidade (100%).

#### f) Ano de 2013

O ano fiscal de 2013 foi marcado por diversas incertezas durante a execução das Ações 20RO e 20RJ. Foi um ano caracterizado por disponibilidade orçamentária e ausência de cotas financeiras. Na prática, as Ações 20RO e 20RJ, que são utilizadas para fomentar na CAPES os programas da DEB e da DED, não puderam ser executadas na íntegra e diversos programas das referidas diretorias não foram lançados ou tiveram reduzidas suas abrangências.

Uma síntese dos recursos recebidos pelas duas diretorias em 2013 é apresentada a seguir:

**Tabela 39. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2013**

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL (LEI)	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTAÇÃO AUTORIZADA
20RJ	Custeio	92.406.260,00	172.606.086,00	0,00	265.012.346,00
20RJ	Capital	7.593.740,00	90.769.011,00	-2.531.247,00	93.300.257,00
<b>20RJ Total</b>		<b>100.000.000,00</b>	<b>263.375.097,00</b>	<b>-2.531.247,00</b>	<b>358.312.603,00</b>
20RO	Bolsas	700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
<b>20RO Total</b>		<b>700.268.052,00</b>	<b>241.471.674,00</b>	<b>-30.000.000,00</b>	<b>911.739.726,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>800.268.052,00</b>	<b>504.846.771,00</b>	<b>-32.531.247,00</b>	<b>1.270.052.329,00</b>

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O orçamento conjunto das duas diretorias atingiu o montante de R\$ 1.270.052.329,00 após duas suplementações orçamentárias: a primeira liberada em agosto/2013 por meio de decreto no valor de R\$ 113.334.941,00; e a segunda por meio da publicação em 6/12/2013 do

Projeto de Lei 12.889/13 no valor R\$ 358.980.583,00. Esses créditos foram reduzidos em R\$ 32,5 milhões. No entanto, os recursos suplementados vieram com a cota orçamentária e a cota financeira tinha que ser negociada caso a caso, o que impediu que eles fossem executados em sua totalidade. Ao final do ano, R\$ 88.866.880,87 foram colocados em restos a pagar a processar – RAP 2014 — R\$ 53.961.311,01 da Ação 20RJ (custeio e capital) e R\$ 34.905.569,86 da Ação 20RO(bolsas) — e R\$ 325.394.963,66 foram recolhidos pela SPO/MEC.

Um montante de R\$ 1.709.899,05 foi gasto em despesas administrativas (passagens, diárias, auxílio avaliação educacional – AAE) e repartidos igualmente entre as duas diretorias, pois não há como separar por diretoria essas despesas. O orçamento da DEB para 2013 foi de R\$ 634.294.767,38 e o da DED foi de R\$ 635.757.561,62.

- **Recursos orçamentários recebidos pela DEB e suas aplicações – Ano 2013**

No ano de 2013 a DEB executou recursos que foram alocados nos Programas 2030 - Educação Básica — Ações 20RO, 20RJ — e no Programa 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais — Ação 4000.

Os recursos disponibilizados na Ação 20RO somaram um total de R\$ 481.155.877,29 e foram utilizados no pagamento das bolsas aos programas fomentados pela DEB. Na Ação 20RJ foram alocados R\$ 153.138.890,09, sendo R\$ 94.347.429,65 em recursos de custeio e R\$ 58.791.460,44 em recursos de capital. A Ação 4000 foi utilizada para receber R\$ 7.000.000,00 do INEP, oriundos de uma parceria estabelecida entre CAPES/INEP para fomentar o Programa Observatório da Educação. A seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários disponibilizados para a DED no ano de 2013, considerando recursos próprios e os resultantes de parceria.

**Tabela 40. Recursos orçamentários destinados à DEB – 2013**

AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	Total Ações (Próprias e Externas)
20RO	20RJ		4000		
Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Custeio (R\$)		
481.155.877,29	94.347.429,65	58.791.460,44	634.294.767,38	7.000.000,00	641.294.767,38

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de parceiros aplicados por programa da DEB está resumido na tabela a seguir.

**Tabela 41. Recursos orçamentários executados por programa pela DEB – 2013**

Programa DEB	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO + RAP 2014 - NÃO PROCESSADO (R\$)										% Recursos executados por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	RAP 2014 - NÃO PROCESSADO				TOTAL (R\$) (Ações Diretoria, Externas e RAP-2014)	
	20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	20RO	20RJ		Total (RAP2014)		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)			
<b>Pibid</b>	279.492.640,61	8.398.456,02	9.500,00	287.900.596,63		17.928.960,86	752.162,00	8.000,00	18.689.122,86	306.589.719,49	<b>55,68%</b>
<b>Parfor</b>	125.335.138,00	46.439.917,09	144.710,00	171.919.765,09		7.886.700,00	415.990,19	4.500,00	8.307.190,19	180.226.955,28	<b>32,73%</b>
<b>OBEDUC</b>	22.014.949,10	372.677,24	299.857,00	22.687.483,34	6.315.115,80	2.352.080,00		80.000,00	2.432.080,00	31.434.679,14	<b>5,71%</b>
<b>Projetos Especiais</b>	5.170.279,29	8.963.499,00		14.133.778,29		915.260,00	870.000,00	0,00	1.785.260,00	15.919.038,29	<b>2,89%</b>
<b>Novos Talentos</b>		3.265.992,04		3.265.992,04			6.277.049,90		6.277.049,90	9.543.041,94	<b>1,73%</b>
<b>Prodocência</b>		36.200,00		36.200,00			4.579.713,57		4.579.713,57	4.615.913,57	<b>0,84%</b>
<b>Life</b>		0,00	0,00	0,00			1.403.006,11		1.403.006,11	1.403.006,11	<b>0,25%</b>
<b>Despesas Administrativas</b>		854.949,53		854.949,53					0,00	854.949,53	<b>0,16%</b>
<b>Total</b>	<b>432.013.007,00</b>	<b>68.331.690,92</b>	<b>454.067,00</b>	<b>500.798.764,92</b>	<b>6.315.115,80</b>	<b>29.083.000,86</b>	<b>14.297.921,77</b>	<b>92.500,00</b>	<b>43.473.422,63</b>	<b>550.587.303,35</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

- **Análise da aplicação dos recursos disponibilizados – ano 2013**

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RO recursos na ordem de R\$ 481.155.877,29 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. A execução orçamentária foi de R\$ 432.013.007,00 e R\$ 29.083.000,86 foram alocados em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 20RJ**

Por meio da Ação 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas pagas na Ação 20RO, viabilizam o dia-a-dia dos projetos fomentados pela DEB.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química, Olimpíadas Brasileiras de Matemática e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RJ recursos na ordem de R\$ 153.138.890,09 para o fomento de custeio e capital no âmbito da DEB – R\$ 94.347.429,65 para custeio e R\$ 58.791.460,44 para capital. A execução orçamentária foi de 68.785.757,92 e R\$ 14.390.421,77 foram colocado em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 4000**

Por meio da Ação 4000 foram repassados pelo INEP à Capes R\$ 7.000.000,00 destinados ao custeio do Programa Observatório da Educação. Desse total, R\$ 2.500.000,00 destinaram-se aos projetos fomentados pelo Edital 2010 e R\$ 4.500.000,00 aos projetos do Edital 2012. A execução orçamentária foi de R\$ 6.315.115,80.

- **Sobre a execução em 2013**

As dificuldades orçamentárias enfrentadas pela DEB ao longo de 2013 já foram descritas no tópico referente ao ano de 2013. Vale salientar que programas importantes deixaram de ser expandidos em 2013 em função das incertezas orçamentárias. Como exemplo citamos o Pibid, que deveria ter passado de 49.321 bolsistas para 75.000 já em 2013, e o Programa Residência Docente, que foi implementado inicialmente no Colégio Pedro II e que deveria ser expandido para os 17 Colégios de Integração. A não expansão também alcançou o Parfor cuja modalidade voltada à educação infantil foi adiada. Em situação crítica ficou o LIFE, que teve todo o recurso de capital recolhido pela SPO/MEC e o edital do programa que já tinha selecionado e divulgado o resultado do processo seletivo não pode ser implementado em 2013.

Apesar de todos os problemas enfrentados, pode-se considerar que a DEB teve uma boa execução orçamentária em 2013. A tabela a seguir sintetiza os recursos aplicados em cada Ação e informa o percentual de execução.

**Tabela 42. Execução orçamentária das Ações da DEB – 2013**

AÇÃO	MODALIDADE	DI + DECRETO + PL	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE)	RAP 2014	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014)
20RO	Bolsas	481.155.877,29	432.013.007,00	89,79%	29.083.000,86	461.096.007,86	95,83%
20RJ	Custeio	94.347.429,65	68.331.690,92	72,43%	14.297.921,77	82.629.612,69	87,58%
	Capital	58.791.460,44	454.067,00	0,77%	92.500,00	546.567,00	0,93%
4000	Custeio	7.000.000,00	6.315.115,80	90,22%	0	6.315.115,80	90,22%
<b>Total</b>		<b>634.294.767,38</b>	<b>507.113.880,72</b>	<b>79,95%</b>	<b>43.473.422,63</b>	<b>550.587.303,35</b>	<b>86,80%</b>

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

Analisando o total de recursos orçamentários executados, tem-se uma execução média de 79,95%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 86,80%.

A execução orçamentária na Ação 20RO foi de 89,79%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 95,83%. O custeio da Ação 20RO também teve uma boa execução, 72,43% se não for considerado o RAP 2014. Considerando essa parcela, sobe para 87,58%. Os recursos externos, recebidos por meio da Ação 4000 e aplicados em custeio, tiveram uma execução de 90,22%. Esses números mostram que, apesar de todas as dificuldades orçamentárias, a execução orçamentária foi eficiente quando consideramos os recursos destinados às bolsas e ao custeio.

O grande problema na execução orçamentária está na Ação 20RJ na rubrica capital, cujo valor é inferior a 1%. Embora a cota orçamentária de R\$ 58.791.460,44 tenha sido liberada, não foi disponibilizada a cota financeira. Dessa forma, recursos que estavam reservados para os programas LIFE, Pibid, Parfor, Prodência e Observatório da Educação não puderam ser empenhados e foram recolhidos pela SPO/MEC.

## 7. Desafios da DEB

**E**m 2013, a equipe responsável pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB manteve seu trabalho de consolidação, expansão e implantação dos programas de indução e fomento à formação dos professores da educação básica, e tendo como norte a valorização do magistério e a elevação da qualidade da educação brasileira. Nesse período de cinco anos, já se observam resultados significativos e a sociedade percebe na Capes um agente capaz de fomentar e impulsionar mudanças na formação de professores e, por extensão, na educação básica do País.

Registre-se a sensibilidade para o tema da educação básica e o apoio irrestrito e competente do presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, às políticas e aos programas desenvolvidos pela DEB. Sem dúvida, o desafio de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores, na perspectiva de valorizar a carreira docente e de buscar a qualidade da educação no Brasil, foi simplificado pelo entusiasmo e pelo sentido de urgência que o presidente conferiu à nova missão da Capes.

Além de desenvolver programas, a DEB cuida de questões estruturantes para a inserção plena da educação básica na Capes. Um primeiro cuidado, ainda em 2009, foi a revisão do orçamento, negociando as ações e os recursos destinados à área. Ações novas foram incluídas na Lei Orçamentária e mantidas no PPA 2012-2015. A garantia de recursos financeiros que suportem o crescimento dos programas ainda é um assunto que merece cuidado, já que a cada ano torna-se necessário pedir suplementação.

Em 2011, a DEB liderou a proposta de mudança na Lei 11.502/2007, reivindicando para a educação básica as mesmas condições dadas à pós-graduação e a possibilidade de o presidente da agência estabelecer as bolsas necessárias ao pleno desenvolvimento da missão do órgão. Em 2012, com a promulgação da Lei 12.695, esta diretoria, em conjunto com a Diretoria de Educação a Distância, elaborou proposta de regulamentação das bolsas pagas pela Capes, nas ações de formação de professores da educação básica. A autonomia concedida à presidência, a exemplo do que acontece no FNDE e no CNPq, é essencial para assegurar agilidade e transparência à Capes.

Com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, a DEB discute os grandes desafios e os caminhos para a formação docente, inclusive no tocante a uma pontuação na avaliação trienal da Capes que reconheça o envolvimento e o compromisso da pós-graduação com a educação básica.

Junto ao Conselho Superior, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e a todos os Comitês de Área de Capes, a DEB mostrou o cenário da educação básica no país e a necessidade de investimentos na formação de professores como estratégia essencial para a busca da qualidade do sistema nacional de educação. Os primeiros resultados já começam a aparecer: todas as grandes áreas apresentaram propostas de articulação da pós-graduação com a educação básica e cresce o número de mestrados profissionais para professores da educação básica.

Nesse contexto de mudanças e inovações, e buscando atingir os objetivos previstos no planejamento estratégico e alinhar suas ações à sistemática de trabalho da Capes - indução, fomento, avaliação, com flexibilidade, agilidade e responsabilidade pública - os principais desafios que se colocam para a DEB são:

- a) resolver questões ligadas ao número de analistas e assistentes de C&T em exercício da diretoria, tendo em vista o crescimento de seus programas e os recursos a serem executados (em recursos humanos a DEB é a menor diretoria da Capes);



- b) buscar apoio da DTI para reduzir o volume de trabalho não informatizado, tornando o Sicapes um sistema completo, que ofereça aos parceiros e ao corpo técnico respostas simples e amigáveis aos processos de recebimento e análise de propostas, acompanhamento e monitoramento em tempo real, prestação de contas, relatórios parciais e de cumprimento de objeto e outros, de modo a liberar os analistas de C&T para o acompanhamento pedagógico mais intenso e qualitativo das atividades desenvolvidas;
- c) manter, junto à DTI, as negociações para a implantação do ambiente virtual Comunidades Capes, que será um importante instrumento de gestão, visibilidade e compartilhamento dos programas que induz e fomenta, integrando-o ao Sicapes para que as informações e os produtos nele postados sejam parte do Relatório Técnico de Cumprimento de Objeto, simplificando o trabalho das IES parceiras e dos técnicos da Capes;
- d) acompanhar sistematicamente a implementação do PPA (Plano Plurianual) de modo a garantir uma execução orçamentária sempre acima de 90%;
- e) consolidar e, em alguns programas da DEB, implantar a cultura de acompanhamento e avaliação de processo e efetividade, com olhares externos;
- f) valorizar a educação básica na avaliação da pós-graduação;
- g) incentivar a integração e a sinergia dos programas apoiados;
- h) ampliar o diálogo e o compartilhamento dos programas com os parceiros responsáveis pela sua execução e destes entre si;
- i) buscar junto aos setores competentes o estabelecimento de uma base financeiro-orçamentária compatível com o tamanho dos programas e as projeções de crescimento estabelecidas para cada ano;
- j) expandir seu trabalho com a implantação de novos programas que contribuam para consolidar a missão da Capes na educação básica de induzir e fomentar, em regime de colaboração com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e sua valorização.

Para a DEB, o desafio da melhoria da qualidade da educação relaciona-se diretamente com a qualidade da formação de professores, com a estruturação da carreira, com as condições de trabalho dos profissionais e com a valorização do magistério nas instituições de ensino, na comunidade científica e na sociedade em geral. Embora não sendo responsável por todo esse arcabouço, a DEB considera que, se cada um fizer seu trabalho no presente, o futuro poderá trazer a mudança que o Brasil espera. A DEB está fazendo sua parte e sua visão de futuro inclui a expansão e a consolidação do que vem sendo feito e o crescimento inovador que levará à excelência e à equidade na formação docente.

Pautam o trabalho da Diretoria os ensinamentos de dois grandes brasileiros: Paulo Freire e Anísio Teixeira. O primeiro conclama à criatividade e a uma ação comprometida com o fazer responsável, com o aqui-agora: *“Na medida em que o homem cria, recria e decide, vão se formando as épocas históricas. E é também criando, recriando e decidindo como deve participar nessas épocas. É por isso que obtém melhor resultado toda vez que, integrando-se no espírito delas, se apropria de seus temas e reconhece suas tarefas concretas.”* (Paulo Freire, 1979, p. 64).

Anísio Teixeira, criador da Capes, lembra a necessidade de universalizar uma formação que prepare o educador que se forma e forma cidadãos de um mundo complexo: *“O desafio moderno é sobretudo este: conseguir que todos os homens adquiram a disciplina intelectual de pensamento e estudo que, no passado, conseguimos dar aos poucos especialistas dotados para essa vida intelectual. O conhecimento e a vida adquiriram complexidade tamanha que só uma autêntica disciplina mental poderá ajudá-lo a se servir da ciência, a*

*compreender a vida em sua moderna complexidade e amplitude e a dominá-la e submetê-la a uma ordem humana.”*

Reconhecendo a complexidade de formar um profissional de alta competência para as exigências da educação do século XXI, o papel estruturante dos professores da educação básica na concretização de um Brasil democrático e inclusivo, a necessidade de construção de um sistema nacional de educação de elevado grau de qualidade e equidade, a DEB enfrenta suas tarefas concretas e seus desafios com a certeza de estar contribuindo para escrever um novo capítulo na história dessa sexagenária e respeitada Fundação, a Capes.



**Figura 27. Equipe DEB 2012**

**DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA –  
DEB**

**CARMEN MOREIRA DE CASTRO NEVES**  
Diretora

**PAULO SÉRGIO PARRO**  
Assessor da Diretoria

Érika Sousa Dias - Secretária  
Margareth Lopes Alves – Secretária

**COORDENAÇÃO DE APOIO À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CGDOC**

**IZABEL LIMA PESSOA**  
**Coordenadora-Geral**

Alcione Rodrigues da Silva - Secretária

**LORENA LINS DAMASCENO**  
**Coordenadora de Apoio à Formação de Profissionais do Magistério – CAF**

Mariana Gomes Candido Fontes – Analista em Ciência e Tecnologia  
Paloma Siqueira Fonseca – Analista em Ciência e Tecnologia  
Guilherme Henrique Barata Macedo - Assistente em Ciência e Tecnologia  
Barbara França Gontijo – Assistente em Ciência e Tecnologia  
Sofia de Brito Ferreira - Analista em Ciência e Tecnologia  
Regiane Kawakami - Analista em Ciência e Tecnologia  
Stefany Matie Martins - Apoio Administrativo  
Alexandre Ferreira da Costa – Apoio Administrativo

**NINNA CARLA ZAMARIOLLI ARAÚJO**  
**Coordenadora de Apoio a Programas de Valorização das Licenciaturas – CAL**

Ruy Gonçalves Silva - Analista em Ciência e Tecnologia  
Isabela Ramos Coelho Pimentel - Assistente em Ciência e Tecnologia  
Ana Paula Bezerra - Assistente em Ciência e Tecnologia  
Cleide Isaias dos Santos Soares - Apoio Administrativo  
Bruna Fernanda Pamplona - Apoio Administrativo

**COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO  
– CGV**

**HÉLDER ETERNO DA SILVEIRA**  
**Coordenador-Geral**

Kelly Vieira Flores - Secretária

**FERNANDA LITVIN VILLAS BOAS**  
**Coordenadora de Apoio a Inovação e a Pesquisa em Educação – CINPE**

Betúllia Mariano de Oliveira Souto – Apoio Administrativo  
Carine Pereira Mariani – Assistente em Ciência e Tecnologia  
Cláudia Barbosa Santos Ferreira de Souza – Analista em Ciência e Tecnologia  
Daniela Amorim Meira – Assistente em Ciência e Tecnologia  
Felipe Formiga Tavares – Analista em Ciência e Tecnologia  
Giulliano Amaral Viana - Analista em Ciência e Tecnologia  
João de Deus Francisco de Almeida - Analista em Ciência e Tecnologia  
Marcel Garcia de Souza - Assistente em Ciência e Tecnologia  
Patrícia Amaral – Analista em Ciência e Tecnologia  
Sílvia Helena Rodrigues – Analista em Ciência e Tecnologia  
Talysson Andrey Rocha Santos – Assistente em Ciência e Tecnologia  
–Matheus de Siqueira Xavier - Estagiário

**CLAUDETE BATISTA CARDOSO**  
**Coordenadora de Valorização da Formação Docente - CVD**

Adriano Marini - Analista em Ciência e Tecnologia  
Alex Frank de Oliveira Ferreira  
Ana Carolina Villares Barral Villas Boas - Analista em Ciência e Tecnologia  
Andreisa de Oliveira Cardoso - Analista em Ciência e Tecnologia  
Elivelton de Oliveira – Apoio Administrativo  
Fabrício Gonçalves Silva Filho – Analista em Ciência e Tecnologia  
Gabriela Sousa Dias – Apoio Administrativo  
Gisele Ferreira Esteves Peixoto – Analista em Ciência e Tecnologia  
Inaê Murrieta Costa – Assistente em Ciência e Tecnologia  
Josélia Paulino Borges - Analista em Ciência e Tecnologia  
Lucas Lopes de Santana - Analista em Ciência e Tecnologia  
Rose Cleide Mendes Monteiro – Analista em Ciência e Tecnologia  
Simone Rodrigues da Rocha - Analista em Ciência e Tecnologia  
Thailisa Sousa Bernardes – Assistente em Ciência e Tecnologia  
Yuri Ghobad da Silva – Analista em Ciência e Tecnologia  
Kariny Cristina Pereira – Estagiária  
Letícia Del Pilar Lastras Batalha - Estagiária

**Diretoria de  
Formação de Professores da Educação Básica - DEB**

**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**

Ministério da Educação - MEC Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 6, 4º. Andar

CEP: 70.040-020 - Brasília/DF

Fone: (0055 61) 2022-6550; (0055 61) 2022-6565

Fax: (0055 61) 2022-6560

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica>

## 8. ANEXO I – IES Parceiras

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
<b>Total de projetos-grupos de pesquisa/IES</b>				<b>311</b>	<b>96</b>	<b>285</b>	<b>32</b>	<b>240</b>	<b>115</b>	<b>101</b>	<b>126</b>	<b>37</b>	<b>1032</b>
<b>NORTE</b>				<b>28</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>110</b>
N	AC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	AC	Privada	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	FAB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1	1	0	0	1	0	1	0	4
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1	1	0	1	0	2	1	0	6
N	AM	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	UNINILTON	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	IFAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1	1	0	1	0	0	1	1	5
N	AP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	UEAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1	1	1	0	1	1	1	1	7
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1	1	0	0	2	1	1	0	6
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1	1	1	10	1	2	2	0	18
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1	1	0	0	1	0	0	0	3
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1	1	0	2	1	0	1	0	6
N	PA	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE	CEULS	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			SANTARÉM										
N	PA	Privada	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	RO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ	CEULJI/ULBRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Privada	FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA	FCR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	0	1	1	1	2	1	0	0	6
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1	1	0	0	1	1	1	0	5
N	TO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	IFTO	0	1	0	0	0	0	1	0	2
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1	1	0	2	2	0	1	1	8
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	0	1	0	0	1	0	1	0	3
N	TO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>NORDESTE</b>				<b>61</b>	<b>26</b>	<b>56</b>	<b>12</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>12</b>	<b>227</b>
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	0	1	0	0	1	1	1	1	5
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	0	1	0	4	1	1	1	0	8
NE	AL	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
NE	AL	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DE ALAGOAS	FAPEAL	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	0	1	1	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	0	1	0	0	2	0	1	0	4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1	1	1	4	0	1	1	1	10
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1	1	1	0	1	1	1	0	6
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	0	1	0	0	1	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1	1	0	0	0	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1	1	0	0	1	1	1	0	5



Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1	1	0	1	2	1	1	0	7
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1	1	1	2	0	0	2	0	7
NE	BA	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	UCSAL	0	0	0	1	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	0	1	1	1	1	1	1	1	7
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1	1	0	1	1	1	2	0	7
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1	1	1	0	1	0	0	0	4
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	CE	Privada	FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE	FVJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	FA7	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1	1	1	0	1	0	1	0	5
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1	1	0	0	1	0	1	1	5
NE	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	0	1	1	0	2	0	1	0	5
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	0	1	0	1	2	2	1	1	8
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1	1	0	2	1	0	1	1	7
NE	PB	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	UNIPÊ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1	1	1	2	0	1	1	0	7
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1	1	0	1	0	1	1	1	6
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	0	1	1	0	1	0	0	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	FAFOPAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM	FABEJA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE ASCES	ASCES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE DA ESCADA	FAESC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE	FAFIRE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE SANTA CATARINA	FASC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1	1	0	0	1	0	2	0	5
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1	1	1	1	2	0	1	1	8
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1	1	0	0	1	0	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1	1	0	0	0	1	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1	1	0	6	1	3	1	1	14
NE	RN	Estadual	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY	IFESP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1	1	0	1	1	0	1	0	5
NE	RN	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DO RN	FAPERN	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	RN	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	UNIFACEX	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	0	1	0	4	2	0	2	1	10
NE	SE	Privada	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FJAV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>CENTRO-OESTE</b>				<b>23</b>	<b>5</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>24</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>98</b>
CO	DF	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1	1	1	6	2	3	2	0	16
CO	DF	Privada	FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ	FAJESU	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
CO	DF	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CNPq	0	0	0	0	0	0	0	2	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	0	1	0	0	0	0	0	1	2
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	0	1	1	5	0	1	1	0	9
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	0	1	0	0	1	0	2	0	4
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CO	GO	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC/GO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	GO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	UNIEVANGÉLICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	GO	Privada	INSTITUTO APHONSIANO DE ENSINO SUPERIOR	IAESUP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	0	1	1	1	0	0	1	0	4
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	0	1	1	4	2	3	2	1	14
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1	1	0	1	1	0	0	0	4
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	0	1	0	2	0	0	0	0	3
CO	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	0	1	0	0	1	0	0	0	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1	1	0	4	2	2	1	0	11
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1	1	1	1	0	7	0	0	11
CO	MT	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA	AJES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>SUDESTE</b>				<b>131</b>	<b>23</b>	<b>114</b>	<b>3</b>	<b>96</b>	<b>28</b>	<b>31</b>	<b>39</b>	<b>10</b>	<b>344</b>
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1	1	0	0	0	0	2	0	4
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	ES	Municipal	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE	FAFIA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	ES	Privada	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	FABRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	SÃO CAMILO - ES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	FACULDADE FUCAPE	FUCAPE	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESFA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFETMG	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	0	1	0	0	0	1	1	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	0	1	0	0	2	0	0	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	IFSEMG	0	1	0	0	2	0	1	0	4
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	0	1	1	6	2	1	1	1	13
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	0	1	0	1	1	1	0	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	0	1	0	0	0	0	2	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	0	1	0	0	1	2	1	0	5
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	0	1	0	3	2	1	2	1	10
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	0	1	0	0	0	2	1	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	0	1	1	0	0	0	1	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	0	1	0	0	2	0	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	0	1	0	0	1	1	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DE ITAJUBA	FEP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNILESTE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE CAMPOS GERAIS	FACICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	FUCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	FAPAM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DO FUTURO	FAF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE PRISMA	FAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES VALE DO CARANGOLA - FAVALE	FAVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FAI - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	FAI-MG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE FUMEC	FUMEC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS	ISED	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI	UNIVAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	0	1	0	4	0	0	0	0	5
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1	1	0	0	1	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	0	1	0	0	0	1	0	0	2
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	0	1	0	1	0	5	1	0	8
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	0	1	0	7	2	2	1	2	15
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1	1	0	2	0	1	1	0	6
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	0	1	0	2	0	0	1	0	4

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	RJ	Federal	COLÉGIO PEDRO II	CPII	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYYLAERT	ISEPAM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO	ISERJ	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1	1	0	2	0	0	1	0	5
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	0	1	0	3	2	2	1	0	9
SE	RJ	Privada	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	IMPA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE ARTHUR SA EARP NETO	FASE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	FFCLDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS	FGV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	RJ	Privada	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	UNIFOA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	UGB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	0	0	0	2	0	0	0	0	2
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ORGÃOS	UNIFESO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UNICAM	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	SBM	0	0	0	0	0	0	0	2	2
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA	SBF	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	0	1	0	0	2	0	2	0	5
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	0	1	0	8	1	0	1	0	11
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	0	1	0	1	2	2	1	0	7
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	0	1	0	11	1	3	1	1	18

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1	1	0	7	1	2	2	0	14
SE	SP	Municipal	FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA FÉ DO SUL	FUNEC	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	SP	Municipal	FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1	1	0	0	0	2	1	0	5
SE	SP	Municipal	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ	ESEFJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	UNI-FACEF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1	1	1	1	1	0	2	0	7
SE	SP	Municipal	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA	FESB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	FFCL	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	USC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO DE BATATAIS	CEUCLAR	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	Centro Universitário UNIFAFIBE	FAFIBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - FAPE	FAPE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FAPI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE SÃO VICENTE	FSV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	FESL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	FIC	2	0	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	FGV-EAESP	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE PAULISTA DE ARTES	FPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA	FSDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SANTA MARCELINA	FASM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SEQUENCIAL	SEQUENCIAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES ATIBAIA	FAAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'ÁVILA	FATEA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO VERA CRUZ	ISE VERA CRUZ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC/CAMP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1	1	0	4	0	0	0	0	6
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	UNASP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	UNIBAN	0	0	0	3	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	UNICASTELO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	UNIFIEO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	UNIMEP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	UNIFEB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	UNISAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	UNISA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	UNIVAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	1	0	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	UMC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	UMESP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	0	1	0	1	0	0	0	0	2
<b>SUL</b>				<b>68</b>	<b>26</b>	<b>66</b>	<b>7</b>	<b>68</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>6</b>	<b>253</b>
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1	1	0	5	0	3	1	1	12
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1	1	1	0	1	1	2	0	7



Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1	1	1	3	1	0	1	0	8
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1	1	0	0	1	0	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	0	1	0	0	1	1	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1	1	0	5	1	2	1	0	11
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	0	1	1	1	2	1	1	0	7
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1	1	1	3	1	1	1	0	9
S	PR	Privada	FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO	FACECLA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	FACDOMBOSCO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE GUAIRACÁ	FAG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE SANT'ANA	IESSA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/PR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	0	0	0	2	0	0	0	0	2
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	0	1	0	0	2	0	2	0	5
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1	1	0	0	2	1	2	0	7
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1	1	0	0	0	0	1	1	4
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1	1	0	2	2	2	1	0	9
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	0	1	0	4	2	1	2	0	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	0	1	0	5	1	0	2	1	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1	1	0	4	1	2	1	1	11
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	0	1	0	2	1	4	2	1	11
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	IPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	RS	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	0	1	0	2	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO	FACOS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	0	1	0	3	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	0	1	0	1	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	UNIFRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE TRÊS DE MAIO	SETREM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	UNILASALLE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ISEI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES EST	EST	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE PALOTINA	FAPAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IF-SC	0	1	0	0	0	1	0	0	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	0	1	1	1	2	2	2	0	9
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	0	1	1	9	1	3	1	1	17
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE	IFC	0	1	0	0	1	0	0	0	2
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	0	1	0	2	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1	1	0	1	1	1	1	0	6

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	SC	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ	0	0	0	0	1	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	UNIFEBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	1	1	0	3	0	0	0	0	5
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	1	1	1	0	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	SC	Privada	FACULDADE DE ITAPIRANGA	SEI/FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

## 9. ANEXO II – IES Parfor

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					96
<b>NORTE</b>					<b>16</b>
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1
N	AP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	IFAP	1
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1
N	AP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	UEAP	1
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1
<b>NORDESTE</b>				<b>61</b>	<b>26</b>
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1
NE	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	1
NE	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	1
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1
NE	RN	Estadual	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY	IFESP	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1
<b>CENTRO-OESTE</b>				<b>23</b>	<b>5</b>
CO	DF	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1
<b>SUDESTE</b>				<b>131</b>	<b>23</b>
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO	ISERJ	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	FFCL	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO DE BATATAIS	CEUCLAR	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	FIC	2
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC/CAMP	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	UNASP	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	UNIMEP	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1
<b>SUL</b>				<b>68</b>	<b>26</b>
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	1

